



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FERNANDA PERDIGÃO DA FONSECA TONIOL

**O CAPITAL NO CAMPO E SUAS NOVAS ARTICULAÇÕES NO
MUNICÍPIO DE TERRA RICA – PR**

Maringá

2017



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FERNANDA PERDIGÃO DA FONSECA TONIOL

**O CAPITAL NO CAMPO E SUAS NOVAS ARTICULAÇÕES NO
MUNICÍPIO DE TERRA RICA – PR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia pela Universidade
Estadual de Maringá como requisito parcial
para obtenção do título de doutora em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

Maringá
2017

Ao grande amor da minha vida, meu
esposo Tom, daqui até a eternidade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu *Deus* e Senhor, dono de mim, minha essência, meu sustentador, Àquele para o qual eu vivo. Por cada dia difícil, por cada deserto cruzado, por tudo o que me ensinaste a viver, tudo vale a pena quando se caminha ao Seu lado.

Ao meu esposo, Tom, por todo o apoio e compreensão incalculáveis nesta jornada, por tanto amor e carinho em cada gesto, cada palavra, Deus te colocou ao meu lado, pois sabia o quanto eu precisaria de você. Por fazer cada dia meu mais feliz, por me fazer alguém melhor, por compartilhar dos mesmos sonhos. À nossa filha Alice, expressão clara do amor e do toque de Deus em nossas vidas.

Aos meus pais, Olisio e Denise, por tamanho apoio, de todas as formas possíveis, tanto amor e incentivo, vocês são a base de quem eu sou hoje. À minha irmã Fabiana, Eduardo, João Pedro e Isabela, e cada membro de nossa família, é muito bom viver essa união, isto com certeza me traz forças pra prosseguir.

Ao Professor Elpídio, por toda disposição, sempre pronto a ensinar e orientar, por todo incentivo desde o início desta caminhada nos tempos da graduação. Muito obrigada por cada direcionamento, por tanto conhecimento, sua orientação foi fundamental.

À Professora Maria Teresa, pelos apontamentos feitos na qualificação e pela ajuda com as cartas e imagens, muito obrigada por toda a sua disposição em ajudar.

Aos colegas professores da Unespar – Campus Paranavaí, pelo apoio e palavras de incentivo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de estudos.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

RESUMO

As diversas fases pelas quais perpassou a região Noroeste do Paraná e, por conseguinte o município de Terra Rica, no que diz respeito a sua base econômica agrária, revelam também as diversas formas de articulação do capital no campo nestes espaços. Desde a época de sua colonização, onde a cultura do café era o carro chefe da economia, as relações capitalistas no campo já eram reconhecidas, mas em diferentes patamares do que se tem mais adiante com a substituição de culturas (pastagens) e atualmente com a cana-de-açúcar e demais lavouras temporárias. A pesquisa buscou apreender as novas articulações engendradas pelo capital no campo no município de Terra Rica, assim como as novas configurações decorrentes deste processo sustentando como hipótese central a ideia de que a intensificação do capital no campo nas últimas décadas tem gerado um processo de reconfiguração em seu espaço agrário, refletindo conseqüentemente em todo o conjunto do espaço geográfico, especialmente após a instalação de uma usina sucroalcooleira. O objetivo principal foi estabelecido no sentido de investigar, tanto as articulações engendradas pelo capital no campo, como as novas configurações no espaço local oriundas desta inserção e intensificação da atividade do capital no campo, enfatizando as especificidades deste fenômeno e de sua natureza e ainda revelando sua diversidade, movimento e evolução enquanto organização espacial. Tendo como respaldo um aporte metodológico qualitativo, fez-se valer de técnicas de pesquisa como o trabalho de campo e observação aliados a outras técnicas como entrevistas abertas e semiestruturadas e o estudo de caso. A partir da análise dos dados, informações, leituras e observações na área de estudo, compreendeu-se que, no contexto atual, as articulações do capital no campo apresentam maior intensidade, velocidade e dinamismo, redefinindo papéis (rural e urbano) e reconfigurando relações de diversas esferas (sociais, econômicas e de trabalho). Além disso, os arrendamentos rurais, a concentração de terras e capitais, a exploração do trabalhador rural, relações tipicamente capitalistas permeadas por relações consideradas não capitalistas, revelaram uma realidade peculiar da área de estudo. O movimento complexo dessa realidade, que gera as novas articulações, não se deve tão somente à influência de fatores locais, mas ao movimento global que por sua vez apresenta uma lógica (contraditória) e segue uma ordem dentro deste universo (combinada), ou seja, não age aleatoriamente. Nesse contexto, compreendeu-se que o jogo instaurado pelo capital inclui em sua trama, tanto os agentes hegemônicos como aqueles que se encontram a margem do sistema, para assim garantir a sua reprodução.

Palavras-chave: Capital no campo; Arrendamento de terras; Articulações do capital agrário; Município de Terra Rica; Noroeste paranaense;

ABSTRACT

The various phases through which it crossed the Northwest region of Paraná and, consequently, the city of Terra Rica, and how it influenced its agrarian economic base, also reveal the various forms of articulation of the capital in the countryside in these spaces. Since the time of its colonization, where the coffee culture was the flagship of the economy, the capitalist relations in the field were already recognized, but at different levels of what is later to be replaced by crops (pastures) and currently with the Sugarcane and other temporary crops. The research sought to apprehend the new articulations engendered by the capital in the countryside in the city of Terra Rica, as well as the new configurations resulting from this process supporting as central hypothesis the idea that the intensification of the capital in the field in the last decades has generated a process of reconfiguration in its agricultural space, reflecting consequently in the geographic space, especially after the installation of a sugar-alcohol plant. The main objective was to investigate both the articulations engendered by the capital in the field and the new configurations in the local space resulting from this insertion and intensification of the activity of the capital in the field, emphasizing the specificities of this phenomenon and its nature and still revealing its diversity, movement and evolution as spatial organization. Having as support a qualitative methodological contribution, we used research techniques such as fieldwork and observation, allied to other techniques such as open and semi-structured interviews and the case study. From the analysis of data, information, readings and observations in the studied area, it was understood that, in the current context, the articulations of capital in the countryside present greater intensity, speed and dynamism, redefining roles (rural and urban) and reconfiguring relationships of various spheres (social, economic and labor). In addition, rural leases, the concentration of land and capital, the exploitation of the rural worker, typically capitalist relationships permeated by relations considered non-capitalist, revealed a reality peculiar to the area of study. The complex movement of this reality, which generates the new articulations, is not only due to the influence of local factors, but to the global movement which in turn presents a (contradictory) logic and follows an order within this (combined) universe, that is, does not act randomly. In this context, it was understood that the game established by capital includes in its plot, both the hegemonic agents and those who are at the margin of the system, in order to guarantee their reproduction.

Key words: Capital in the countryside; Rental of land; Articulations of agrarian capital; City of Terra Rica; Northwest of Paraná;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização da área de estudo, Município de Terra Rica, na mesorregião Noroeste do Paraná.....	28
Figura 2- Mapa das Bacias hidrográficas do Estado, com destaque para as unidades incluídas na mesorregião Noroeste do Paraná.....	29
Figura 3 – Mapa hipsométrico do município de Terra Rica – PR.	33
Figura 4 – Vista do Complexo da Usina Santa Terezinha em área de altimetria mais elevada– Unidade Terra Rica.....	34
Figura 5 – Área com atividade agropecuária extensiva, bastante presente na região, com vista do Complexo da Usina Santa Terezinha – Unidade Terra Rica - em área de altimetria mais elevada ao fundo.....	34
Figura 6 - Principais deslocamentos populacionais no Noroeste do Paraná – pós década de 1940.....	37
Figura 7 – Colônia Paranaíba, dividida em glebas, com destaque para a localização aproximada do atual município de Terra Rica.....	42
Figura 8 – Área de arrendamento para lavoura de soja. Município de Terra Rica..	70
Figura 9 – Maquinário e infraestrutura em área de arrendamento para o plantio de lavouras como soja, milho e mandioca. Município de Terra Rica.....	71
Figura 10 – – Descarte de embalagens de produtos químicos (insumos e inseticidas) utilizados na lavoura de soja ao fundo. Município de Terra Rica.....	71
Figura 11 – Terra arrendada de mandioca. Município de Terra Rica.....	74
Figura 12 – Área de arrendamento para lavoura de mandioca em período de colheita. Município de Terra Rica.....	74
Figura 13 – Maquinários utilizados em período de colheita da lavoura de mandioca. Município de Terra Rica.....	75
Figura 14 – Arrendatário de lavoura de mandioca. Município de Terra Rica.....	75
Figura 15 – <i>Bag</i> com a produção da lavoura de mandioca e veículo de transporte de trabalhadores rurais ao fundo. Município de Terra Rica.....	76
Figura 16– <i>Bag</i> com a produção da lavoura de mandioca e trabalhadores rurais volantes ao fundo. Município de Terra Rica.....	76

Figura 17 – Vista aérea do complexo agroindustrial da Usina Santa Terezinha. Município de Terra Rica.....	81
Figura 18 – Área de arrendamento da Usina Santa Terezinha para lavoura de cana de açúcar. Município de Terra Rica.....	81
Figura 19 – Propriedade rural anteriormente ocupada pela atividade agropecuária (indicada pelo imponente portal) agora arrendada para lavoura de cana-de-açúcar. Município de Terra Rica.....	82
Figura 20 – Lavoura de arrendamento para mandioca, com cocho para alimentação de gado ao fundo (destaque). Município de Terra Rica.....	89
Figura 21 – Área de arrendamento para soja, com estrutura para manejo de gado ao fundo (destaque). Município de Terra Rica.....	89
Figura 22 – Área de pastagem plantada efetivamente ocupada pela atividade pecuária, no Município de Terra Rica.....	94
Figura 23 – Área de pastagem sem a presença da atividade pecuária, no Município de Terra Rica.....	94
Figura 24 – Vista da granja situada na zona rural do município de Terra Rica.....	96
Figura 25– Instalações da granja localizada no município de Terra Rica.....	96
Figura 26 – Trabalhadores rurais e plantação de capim-napier destinado à alimentação do gado.....	97
Figura 27 – Atividade pecuária desenvolvida sob forma de arrendamento.....	97
Figura 28 – Trabalhador rural utilizando maquinário para colheita de capim-napier destinado à alimentação do gado.....	98
Figura 29- Mapa da área de cultivo de cana-de-açúcar nos anos de 2005 e 2013, com destaque para município de Terra Rica – PR.....	103
Figura 30- Evolução do uso da terra no Município de Terra Rica – 1995 à 2015...	106
Figura 31- Mapa de localização dos municípios que possuem unidades produtoras (usina/destilaria), na mesorregião Noroeste do Paraná.....	107
Figura 32- Gráficos ilustrativos de Área e Número de estabelecimentos (de acordo com a condição do produtor) para o município de Terra Rica e o Noroeste do Paraná.....	111
Figura 33- Agricultor assentado em meio à plantação de frutas em seu lote. Município de Terra Rica.....	132

Figura 34- Viveiro de mudas de frutas em lote de assentamento. Município de Terra Rica.....	132
Figura 35- Plantação de frutas e culturas diversas em lote de assentamento. Município de Terra Rica.....	133
Figura 36- Árvore de frutas em lote de assentamento. Município de Terra Rica.....	133
Figura 37- Variedade de fruta cultivada em lote de assentamento. Município de Terra Rica.....	134
Figura 38 – Equipamento utilizado para tratamento de leite em lote de assentamento. Município de Terra Rica.....	135
Figura 39- Estrutura utilizada para ordenha em lote de assentamento. Município de Terra Rica.....	135
Figura 40- Equipamentos e objetos utilizados para ordenha em lote de assentamento. Município de Terra Rica.....	136
Figura 41- Galpão utilizado para confinamento de gado leiteiro em lote de assentamento. Município de Terra Rica.....	136
Figura 42- Equipamento utilizado para lavoura em lote de assentamento. Município de Terra Rica.....	137
Figura 43- Animais criados soltos e equipamento utilizado para lavoura em lote de assentamento. Município de Terra Rica.....	137
Figura 44- Estrutura de moradia de pequenos produtores mutuários do Programa Banco da Terra. Município de Terra Rica.....	140
Figura 45- Estrutura precária – ao fundo – utilizada para o bombeamento de água (insalubre) subsuperficial. Município de Terra Rica.....	140
Figura 46- Ao fundo, veículo utilizado para transporte de trabalhadores rurais agenciados informalmente para o trabalho volante na lavoura de mandioca. Município de Terra Rica.....	143
Figura 47- Trabalhadores rurais volante na lavoura de mandioca. Município de Terra Rica.....	143
Figura 48- Modelo de repartição de terras utilizado pela CMNP no Norte paranaense.....	149
Figura 49- Esboço do assentamento Santo Antônio das Águas do Corvo I –	

Município de Terra Rica.....	152
Figura 50- Esboço do assentamento Nossa Senhora da Penha – Município de Terra Rica.....	152
Figura 51- Esboço do assentamento Vida Nova – Município de Terra Rica.....	153
Figura 52- Esboço do assentamento São Paulo – Município de Terra Rica.....	153
Figura 53- Esboço do assentamento Sétimo Garibaldi – Município de Terra Rica.	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção brasileira de café, dos principais Estados produtores, em milhões de sacas beneficiadas. 1961/62 – 1969-70.....	51
Tabela 2 - Culturas Substitutivas, área e porcentagem. Paraná, 1962.....	54
Tabela 3- Lavouras atingidas pela geada de 1975 (em milhões de covas).....	58
Tabela 4 - Culturas substitutivas, área e porcentagem da área ocupada. Noroeste do Paraná, 1962 a 1964.....	59
Tabela 5- Evolução da área plantada (em hectares) das principais culturas comerciais para a região Noroeste do Paraná e Município de Terra Rica 1970-2006.....	85
Tabela 6- Evolução da área de pastagem (em hectares) para a região Noroeste do Paraná e Município de Terra Rica.....	88
Tabela 7- Utilização das terras (em hectares) para a região Noroeste do Paraná.....	100
Tabela 8- Utilização das terras (em hectares) para o município de Terra Rica.....	100
Tabela 9- Evolução da área cultivada (em hectares) de cana-de-açúcar para o Município de Terra Rica.....	104
Tabela 10- Área (em hectares) e Número de estabelecimentos agropecuários, de acordo com a condição do produtor, para a região Noroeste do Paraná.....	110
Tabela 11- Área (em hectares) e Número de estabelecimentos agropecuários, de acordo com a condição do produtor, para o município de Terra Rica.....	110
Tabela 12- Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de área, para a região Noroeste do Paraná 1995-2006.....	114
Tabela 13- Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de área, para o município de Terra Rica – 1995-2006.....	114
Tabela 14- Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área, para a região Noroeste do Paraná 1995-2006.....	114
Tabela15- Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área, para o município de Terra Rica – 1995-2006.....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Produção brasileira de café, dos principais Estados produtores, em milhões de sacas beneficiadas. 1961/62 – 1969-70.....	51
Gráfico 2 - Culturas Substitutivas e área ocupada (ha) nas áreas de substituição das lavouras cafeeiras no Paraná, 1962.....	54
Gráfico 3- Evolução da área plantada (em hectares) das principais culturas comerciais para a região Noroeste do Paraná 1970-2006.....	85
Gráfico 4- Evolução da área plantada (em hectares) das principais culturas comerciais para o município de Terra Rica.....	86
Gráfico5- Evolução da área de pastagem (em hectares) para a região Noroeste do Paraná.....	88
Gráfico 6- Evolução da área de pastagem (em hectares) para o município de Terra Rica.....	88
Gráfico 7 - Utilização das terras (em hectares) para a região Noroeste do Paraná.	100
Gráfico 8- Utilização das terras (em hectares) para o município de Terra Rica.....	101
Gráfico 9- Evolução da área cultivada (em hectares) de cana-de-açúcar para o município de Terra Rica.....	105
Gráfico 10- Evolução do número de estabelecimentos agropecuários para a região Noroeste do Paraná 1995-2006.....	115
Gráfico 11- Evolução do número de estabelecimentos agropecuários para o município de Terra Rica –1995-2006.....	115
Gráfico 12- Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários para a região Noroeste do Paraná 1995-2006.....	116
Gráfico 13- Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários para o município de Terra Rica –1995-2006.....	116

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. RECORTE ESPACIAL DE PESQUISA: O MUNICÍPIO DE TERRA RICA	19
2.1 O recorte espacial	20
2.2 O espaço do município de Terra Rica no Noroeste paranaense.....	28
2.3 A colonização e o desenvolvimento regional.....	36
2.4 A crise do café e a descapitalização do produtor rural.....	50
3. A QUESTÃO AGRÁRIA: AGRICULTURA E CAPITALISMO	64
3.1 As lavouras modernas e a submissão ao capital: a renda da terra.....	65
3.2 Estrutura fundiária: concentração de terras e concentração de capitais.....	91
4. AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES NO CAMPO E AS NOVAS ARTICULAÇÕES DO CAPITAL AGRÁRIO	119
4.1 A intensificação da relação agricultura-indústria e as novas formas de articulação do capital.....	120
4.2 As relações de trabalho – socioeconômicas como base para a reprodução capitalista.....	128
4.3 O capital agrário e seus interesses na reprodução do campesinato.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com proprietários de terras de Terra Rica	168

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com arrendatários de terras de Terra Rica	169
APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com pequenos produtores de Terra Rica	170
APÊNDICE D – Roteiro de entrevistas com assentados/mutuários de Terra Rica	171
APÊNDICE E – Roteiro de entrevistas com trabalhadores rurais de Terra Rica	172
APÊNDICE F – Roteiro de entrevistas com comerciantes de Terra Rica	173

1. INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Colonizada a partir da década de 1940, a mesorregião Noroeste paranaense teve como seu primeiro ciclo econômico a cultura do café, oriunda num primeiro instante da região Oeste paulista e posteriormente do Norte Pioneiro e Norte Novo paranaense. Uma das peculiaridades da área de estudo tomada como referência para esta abordagem, a saber, o município de Terra Rica localizado na referida Região, já começa a ganhar forma neste momento inicial de ocupação, visto que as condições geocológicas regionais típicas aliadas à colonização dirigida para a cultura cafeeira, gerou um cenário agrícola de diversidades entre as culturas comerciais principais (café, pastagem, algodão) e as culturas destinadas à subsistência (feijão, milho, arroz e outros). Este entrelaçamento de culturas diversas com diversas finalidades conferiu e ainda confere ao Noroeste do Paraná, características próprias não encontradas nas áreas próximas de colonização contemporânea a mesma.

Desta forma, as articulações engendradas pelo capital no campo nesta região, assim como as novas configurações decorrentes deste processo, foram aqui tratadas a partir de um diálogo teórico-metodológico que aponta para a apreensão das transformações decorrentes deste dinâmico processo que se reflete no espaço local/regional. É válido lembrar que, a articulação do capital no campo já se configurava como motor de desenvolvimento ou mola propulsora, desde o período de colonização desta região com a cultura cafeeira. No entanto, com o passar do tempo, as profundas transformações denotadas neste espaço, tanto no que se refere ao âmbito agrícola/agrário como em todo o espaço geográfico, revelam novas formas dessa articulação, agora ainda mais intensa e dominante.

Com o intuito de orientar a investigação aqui estabelecida, tem-se como hipótese central a ideia de que a intensificação do capital no campo nas últimas décadas no espaço regional do Noroeste Paranaense e especialmente no Município de Terra Rica, leia-se a instalação de um complexo sucroalcooleiro (Usina Santa Terezinha), tem gerado um processo de reconfiguração em seu espaço agrário, refletindo conseqüentemente em todo o conjunto do espaço geográfico. Considerado até então um espaço que sobrevive a sucessivos ciclos econômicos insustentáveis dentro de contextos de crise e de poucas perspectivas, passa a viver um dinamismo maior e a estabelecer um novo ritmo e uma nova forma de se construir o espaço regional, resultando em importantes mudanças em relação ao período precedente.

Neste sentido, o interesse de se levar adiante uma investigação sobre o referido Município inserido na região Noroeste do Paraná, visto a importância do conjunto de

transformações no espaço geográfico conhecidas nas últimas décadas e que teve na chegada desta usina sucroalcooleira um evento significativo na condução dessas mudanças.

Para tanto, buscou-se investigar, tanto as articulações engendradas pelo capital no campo, como as novas configurações no espaço local oriundas desta inserção e intensificação da atividade do capital no campo, enfatizando as especificidades deste fenômeno e de sua natureza e ainda revelando sua diversidade, movimento e evolução enquanto organização espacial.

Além disso, outros objetivos mais específicos também fazem parte do universo do estudo proposto, sendo eles:

- Analisar a importância contextual da Usina Santa Terezinha no conjunto das transformações no espaço do município de Terra Rica;
- Contextualizar os aspectos conceituais da temática “espaço geográfico” no espaço regional;
- Resgatar o processo de evolução e organização da estrutura fundiária da região Noroeste do Paraná, valorizando os aspectos relacionados ao uso da terra;
- Identificar as novas relações apreendidas no contexto social e econômico do município de Terra Rica em função do aprofundamento das relações capitalistas no campo.

Neste sentido, compreende-se que tal viés alicerça a tentativa de, embasar uma concepção científica da complexa e contraditória realidade, nunca perdendo de vista que “as verdades científicas, em geral, significam graus do conhecimento, limitados pela história, mas, (...) este relativismo não significa reconhecer a incapacidade de o ser humano chegar a possuir a verdade” (TRIVIÑOS, 2012, p.51).

Vale aqui ressaltar a estratégia utilizada, visto consistir, o estudo de caso, num aporte metodológico típico da abordagem qualitativa, aqui trabalhada, onde o espaço em questão é analisado de maneira aprofundada, investigando-se as relações estruturais fundamentais dos fenômenos vigentes.

As técnicas de pesquisa utilizadas para este fim foram arregimentadas dentro do arcabouço sustentado pelas bases de uma pesquisa qualitativa, a qual, de acordo com Pessoa (2012, p. 13), faz uso de técnicas de pesquisa como o trabalho de campo e observação aliando-se a outras técnicas tais como a entrevista aberta e semiestruturada e o estudo de caso. Foram então realizadas entrevistas com diversos sujeitos envolvidos nos processos de intensificação e transformação acarretadas pela ação do capital no campo tais como proprietários de terras, arrendatários, pequenos produtores, trabalhadores rurais e

comerciantes do município de Terra Rica. Além das entrevistas foram ainda realizadas numerosas abordagens diretas e informais as quais consistiram em fontes de informações bastante relevantes ao longo do trabalho.

Assim, neste esforço investigativo de interpretar a realidade optou-se pela perspectiva qualitativa, entendendo-se que a mesma proporciona, através de um corpo teórico-metodológico e técnicas consistentes, condições para explicar as contradições e complexidades do objeto de estudo.

A pesquisa foi estruturada em três eixos, sendo que em cada um destes considerou-se primaz ressaltar as perspectivas conceituais pertinentes a temática aliadas a realidade da área de estudo. Na perspectiva de caracterizar o recorte espacial de pesquisa, a saber, o município de Terra Rica, o primeiro eixo intitulado “Recorte espacial de pesquisa: o município de Terra Rica” traz uma abordagem sob o enfoque geográfico de espaço, valorizando a integração e interação dos diversos aspectos naturais e sociais. Para tanto, investigar e analisar estas diversas características, bem como suas transformações, reconfigurações e ressignificações no espaço referido exigiu reconhecer a trajetória de ocupação do território e intenções atreladas a esta. Com este intuito de melhor compreender a formação e organização atual da área em questão, foi elencado como conceito balizador o “espaço geográfico”, tomando-o assim como conceito-chave da investigação, visto ser este constituído por “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p. 63). Importante clarificar que o intuito aqui não perpassou por uma discussão conceitual pura ou direta deste conceito, todavia, tratá-lo dentro de uma abordagem contextualizada ao objeto de estudo, tomando assim como principal referência para o desenrolar desta contextualização conceitual o conjunto de ideias construídas pelo geógrafo Milton Santos.

O segundo eixo da pesquisa intitulado “A questão agrária: agricultura e capitalismo” aborda as questões diretamente relacionadas ao aprofundamento das relações capitalistas no campo. Procura, a partir de uma perspectiva conceitual de termos como “renda da terra”, “concentração de terra” e “concentração de capitais” contextualizar o *status quo* da área de estudo. Através da disponibilização de dados em tabelas e gráficos, e ainda de figuras ilustrativas da área de estudo, foi possível realizar uma explanação tomando como base as primeiras bases agrárias no contexto regional - cultura cafeeira – até chegar ao panorama atual, cada vez mais subordinado ao grande capital. Os estratagemas utilizados pelos agentes

hegemônicos do capital agrário também foram discutidas, compreendendo a concentração de terras dissimulada ou encoberta através da concentração de capitais.

Com o título “As transformações das relações no campo e as novas articulações do capital agrário” o terceiro eixo da pesquisa aborda as transformações denotadas no espaço geográfico a partir do aprofundamento das relações entre agricultura e indústria na área de estudo. Trata da evolução e intensificação deste vínculo, desde a época da cultura cafeeira até os dias atuais, especialmente, a partir da entrada intensiva da cultura da cana-de-açúcar, acarretando em novas formas de articulação do capital no campo. Apreende-se aqui uma nova dinâmica, muito mais intensa, onde os papéis são redefinidos, e o aquilo que se dizia estar atrelado estritamente ao setor urbano, agora se estende ao setor rural e vice-versa. Mais do que interligar os espaços urbano e rural, as articulações desenvolvidas como fruto da nova e intensa dinâmica capitalista, evidenciam a característica contraditória e combinada do sistema de produção capitalista. Nesse sentido, as duas pontas do sistema, tanto a classe hegemônica como aqueles que se encontram à margem do sistema, representam partes fundamentais que alimentam esse sistema em suas contradições.

A pesquisa veio assim ao encontro de elucidar como se dão as novas articulações do capital no campo na área de estudo, compreendendo ainda as implicações acarretadas a todo o conjunto do espaço geográfico. Buscou valorizar os aspectos que particularizam este espaço e o diferencia dos demais.

2. RECORTE ESPACIAL DE PESQUISA: O MUNICIPIO DE TERRA RICA

2.1 - O recorte espacial

A realização de um recorte geográfico que delimita e delinea a área a ser estudada com maior especificidade em uma pesquisa precisa atentar ao fato de que o espaço a ser investigado, conforme a própria designação conceitual atribuída, não deve ser tratado como um espaço autocontido, que se explica em sua totalidade fechada. Ao contrário, é imprescindível, para que o espaço geográfico seja entendido e reconhecido como tal, considerar as especificidades internas deste como em um sistema, onde cada elemento pode ser visto como um fator interligado tanto às internalidades como às externalidades. Tratando o recorte espacial geográfico atribuído a esta pesquisa com respaldo nesta premissa, revela-se pertinente o pensamento de Milton Santos (2004), quando este evidencia a importância em se partir de uma totalidade empírica, examinando e revisitando o movimento do universal para o particular e vice-versa. Nesse ínterim, cabe ressaltar que embora diversos autores poderiam satisfatoriamente servir como subsídio para este estudo quando abordada a esfera conceitual do espaço geográfico, o referenciado autor, apresenta uma base extremamente consolidada na formulação de seu sistema de conceitos. Para além de seu reconhecimento e renome no bojo da ciência geográfica mundial, o mesmo delinea e constrói este conceito a partir de diversas bases científicas (sociais, filosóficas e antropológicas), sempre permeando cada objeto e ação por um viés essencialmente geográfico, o que permitiu uma adequada simetria entre a teoria e prática analisada.

Nestes termos, compreender as nuances do recorte geográfico aqui delimitado, a saber, o espaço regional do Noroeste Paranaense e, com maior especificidade, o município de Terra Rica, remete a um processo histórico atrelado a organização espacial regional e local, revelando elos que deem base para alicerçar estrategicamente os sistemas de ações e objetos deflagrados na atualidade àqueles que ora constituíam a complexa realidade regional/local. É ainda de suma importância, nesta etapa, reconhecer o processo histórico a partir de seus bastidores, compreendendo mais do que suas evidências, mas sua complexidade e intencionalidade velada. Assim, parte-se do pressuposto de que

O processo histórico é um processo de complexificação. Desse modo, a totalidade se vai fazendo mais densa, mais complexa. Mas o universo não é desordenado. Daí a necessidade de buscar reconhecer a ordem no universo, este podendo ser visto como um todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis e estruturas internas [...] (SANTOS, 2004, p.117).

A respeito desta totalidade que se busca apreender, o mesmo autor sinaliza para a diferenciação entre totalidade e totalização, visto que a primeira é o resultado e a segunda o processo que leva a tal resultado. Neste sentido, cada totalidade, para que se entenda como tal, não está findada ou estanque visto que, no mesmo momento em que se encontra pronta, perfeita, inclusive para ser analisada e investigada, está passando, concomitantemente, por um processo ou movimento contínuo que a refaz, ou seja, um perpétuo movimento de transformação.

Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço (SANTOS, 2004, p.119).

A escolha deste recorte característico, analisado pela ótica do espaço geográfico, demonstra a preocupação em compreender e melhor elucidar as apreensões abrangidas no quadro regional e local do Noroeste Paranaense e município de Terra Rica, respectivamente, espaço bastante diferenciado em vista de um cenário regional que, embora diversificado no que se remete às suas culturas agrícolas, apresenta regular similaridade quanto ao emprego do capital no campo e seus desdobramentos. Neste sentido, torna-se mister compreender as veias deste decurso histórico, com vistas a clarificar os processos vigentes ou ainda a sua totalidade presente ou atual, elucidando assim quais as ações e as condições que propiciaram o resultado da realidade concreta hoje contemplada na área de estudo. Para tanto, Meliujin (1963), destacado por Milton Santos (2004, p. 123), acrescenta que “para que a possibilidade se transforme em realidade precisam-se de dois fatores na natureza: primeiro, a ação de leis objetivas, e segundo, a criação de condições propícias”.

As particularidades encontradas no município de Terra Rica, no que tange aos desdobramentos intensivos do capital no campo sugerem o caráter daquilo que considera-se a ação do universal unindo-se ao que se caracteriza como particular. Neste âmbito, entende-se que as condições pré-existentes em cada espaço, no caso, em cada um dos municípios da região Noroeste paranaense, podem se revelar como fator de distinção entre estas realidades e que conseqüentemente gerarão totalidades complexas e distintas umas das outras. Contudo, se analisado o contexto regional, guardadas suas especificidades, tais como a ocupação humana, idade e área dos municípios, densidade demográfica, renda, padrão cultural, ou seja, reconhecendo aqui não estar partindo de um fator homogeneizador da região, passa-se a

identificar, de modo geral, um caráter de similitude quando focalizado o viés da “intensificação do capital no campo e seus desdobramentos”, o que em alguns momentos pode revelar-se até mesmo como resultado de uma certa resistência destes espaços aos impactos causados por novos eventos. O município de interesse desta pesquisa denota assim uma variação deste perfil de similaridade regional, dado um conjunto de fatores que corroboram para esta diferenciação, a saber, dentro de um jogo de estímulo-resposta, intencionalidades, que por sua vez, considerando o contexto preexistente, respondem de forma a aqui intensificar a dinâmica do capital no campo com seus respectivos reflexos na organização socioespacial do município. O atrelamento do setor agrícola ao setor agroindustrial, como no caso do complexo sucroalcooleiro e das fecularias/farinheiras instalados em Terra Rica, acarretam um valor agregado que se encontra investido no próprio município, gerando assim uma verdadeira rede de investimentos locais, tanto na área rural como urbana.

As existências são uma técnica em funcionamento, um objeto operacionalizado, uma ação historicizada e geografizada, uma norma em vigor como resultado de um jogo de forças possível, em um dado momento e lugar. Através do processo histórico, o todo de existências é dado como relatividade. Por exemplo, uma técnica é nominalmente plena, absoluta, mas raramente é usada em plenitude. Cada ator a toma segundo uma maneira. Teoricamente, ela é plena; na prática não o é. Através da facticidade, passamos do “absoluto” irrealizado ao “relativo” realizado: para cada caso, uma certa combinação de quantidades e qualidades. De resto, essas combinações irão, por sua vez, condicionar as novas qualidades e quantidades possíveis. É o papel do contexto preexistente (SANTOS, 2004, p. 124).

Complementarmente a esta ideia tem-se que os elementos de impacto, os eventos, ou seja, os fatores que estimulam ou desencadeiam certas reações no espaço, serão distribuídos factualmente de formas diversas e distintas, porém intencionalmente ordenadas, em cada parcela (subespaço) ou parte do espaço como um todo. Daí se explicar, conforme Santos (2004, p. 125), a “diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular”. Além disso, como já sabido, as transformações ditadas pelo jogo intencional do capital não se dão ao mesmo tempo e da mesma forma em todos os lugares, ou seja, são diferentes no tempo e no espaço, não dispostas aleatoriamente, um jogo desigual e combinado, o que gera resultados e respostas diferentes.

Mesmo considerando o jogo universal lançado pelo capital em suas diversas esferas é ainda imprescindível tanto considerar como caracterizar de forma significativa as condições

ou circunstâncias do meio geográfico regional/local (Noroeste paranaense e município de Terra Rica), para que não se restrinja a realidade atual de um espaço à pura lógica dominante, entendendo então cada espaço como um agente de sua própria condição de realização, e não apenas como um mero abrigo do processo histórico.

Tomando assim uma perspectiva de análise que considera no processo de formação espacial, a interação das características dos sistemas naturais e sociais, tem-se em mãos, quando abordada a mesorregião Noroeste do Paraná, todo um cenário diferenciado das demais mesorregiões ao seu entorno (Norte Central e Pioneiro¹) onde os solos, predominantemente provenientes do basalto, eram nitidamente favoráveis ao cultivo do café e posteriormente às culturas temporárias (as chamadas *commodities* agrícolas). Embora na região Noroeste os solos mais arenosos não fossem tão favoráveis à lavoura cafeeira, isso não impediu o rápido avanço deste cultivo por essas terras, já que, por outro lado, o clima em muito favoreceu tal expansão. A questão climática aqui referida faz menção direta ao chamado Paralelo 24, também conhecido como a “linha da geada”, visto que todas as áreas localizadas ao norte deste paralelo (como é o caso do Noroeste paranaense) apresentavam risco muito menor de sofrer com a ocorrência de geadas do que as áreas situadas ao sul do mesmo.

Esgotado o estoque de “terra roxa”, a colonização avança sobre o arenito, de menor qualidade para suportar as lavouras por mais tempo, com os mesmos índices de produtividade, e por isso de menor valor no mercado imobiliário, considerando os custos praticados na época. O impedimento maior para o avanço das lavouras sobre novas áreas, não era propriamente o solo, mas o clima: ao Norte do Paralelo 24, o risco da ocorrência de geadas era menor; ao contrário, quanto mais ao Sul do Paralelo, o risco era maior, o que significa que as lavouras de café tinham no Paralelo 24, na linha da geada, o seu obstáculo natural (SERRA, 2015, p. 27).

Ademais, a vocação agrícola regional pode ser desvelada desde a sua colonização, que teve como carro chefe a cultura cafeeira já com vistas ao mercado internacional aliada a culturas de subsistência e ao comércio local, marcando profundamente as bases de sua

¹ Aqui se faz referência às três mesorregiões, Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste, que juntas formam a grande região Norte do Paraná, de acordo com os limites geográficos e terminologias adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE. Contudo, em diversos momentos desta pesquisa encontrar-se-á a referência aos termos “Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo”, que correspondem direta e respectivamente aos termos citados acima utilizados pelo IBGE. Conforme esclarecido por Fonseca (2006, p. 64) “Visto se tratar de uma extensa área, muitas vezes até passível de discussão sobre as definições de seus limites e extremos, entende-se que o Norte paranaense foi sendo gradativamente explorado e colonizado. A partir da análise dos diferentes momentos da colonização desta Região, foram designadas três diferentes denominações: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo – cada qual correspondente a uma porção do norte paranaense – utilizadas mais como uma forma estratégica de colonização do que em um sentido propriamente geográfico. Cada uma dessas áreas foi colonizada em um período histórico diferente e com formas de ocupação sócio-econômica que, embora sejam semelhantes, diferem uma da outra por possuir certas peculiaridades”.

organização espacial através das pequenas e médias propriedades. O traçado regional foi assim sendo delineado na medida em que o café, como principal produto de exportação nacional à época, ia se mostrando bastante rentável e levava adiante a abertura de novas fronteiras agrícolas no cenário regional. Por se tratar de uma cultura bastante familiar aos produtores que migraram para esta região, visto que já possuíam experiência e tradição nas lavouras de café, e pelas facilidades de acesso à terra (recorte da estrutura fundiária em pequenos e médios lotes com formas de pagamento bastante acessíveis) proporcionadas pelo Estado em conjunto com as empresas colonizadoras, tem-se um alavancar do desenvolvimento regional.

O impulso que direciona a abertura desta fronteira agrícola no Noroeste do Paraná, tendo como mote principal a lavoura de café, perdura até meados da década de 1970, quando, associada a políticas de desestímulo e erradicação desta cultura tem-se a ocorrência de uma forte geadada que põe de vez um fim à saga empreendida pelo café no cenário regional. Nesse ínterim, uma política voltada à diversificação de culturas já se encontrava estrategicamente em curso, levando para a região a pastagem como novo motor da economia agrícola.

Assim, não se pode inferir que a aptidão ou vocação natural dos solos levou a um fadado “determinismo natural”, visto que, ao passo que o Norte Central aderiu à mecanização como base motora das culturas temporárias, soja/trigo, após a desarticulação da economia cafeeira, a região Noroeste ganha novos rumos ao adaptar seu contexto agrícola e agrário a culturas diversas, como a citricultura, sericicultura, mandioca, cana-de-açúcar, amendoim, feijão, além das pastagens plantadas que ainda hoje desempenham papel relevante no cenário regional.

A expansão da citricultura, da sericicultura e da cultura da mandioca, marcadamente, na paisagem do Norte Novíssimo, deve-se em parte, à ausência de culturas com emprego intensivo de capital e altamente valorizadas pelo mercado, em razão das características dos solos regionais – arenosos, friáveis, com elevada susceptibilidade à erosão, e reduzida fertilidade em relação aos solos tipo “Terra Roxa” -, além dos estímulos gerados pela demanda do mercado, devido à implantação de agroindústrias específicas e pela ação do Estado (MORO, 1991, p.306).

Todo este cenário de diversificação de culturas adotado na esfera regional ilustra como a ação e intensificação do capital lançou suas diretrizes, emoldurando uma paisagem peculiar onde alia suas intencionalidades às características do espaço regional a partir da ação de seus diversos agentes de organização, neste caso, as cooperativas agropecuárias, as associações de produtores rurais, as agroindústrias do capital privado, e o Estado, sendo que estes, conforme

destaca Moro (1991, p. 153) “ [...] em conjunto, desenvolveram suas ações como verdadeiros agentes do capital, ao procurarem organizar a produção nos moldes do sistema de economia de mercado [...]”.

É sabido que as transformações decorrentes desta intensificação do capital no campo, em seus diversos níveis e abordagens, geram um acentuado e (des)contínuo movimento da realidade, contraditória e complexa, quadro este ressignificado por um dos seus principais agentes de modificação, a sociedade. Contextualizando ao âmbito regional, tem-se que a intencional substituição da cultura cafeeira pelas pastagens plantadas e ainda acrescida a uma diversidade de culturas a pouco mencionadas, acarreta um cenário de transformações não restrito ao uso do solo, mas ainda vinculado à estrutura fundiária através da concentração de terras, às relações sociais de trabalho agora não mais pautadas na mão de obra familiar e às relações entre área rural e urbana, sendo que esta última passa a ser o *lócus* de moradia de maior parte da população, além de uma crescente subordinação do campo à cidade.

A intencionalidade pode ser vista aqui como um fator chave que desvenda os caminhos percorridos e dispostos no traçado regional, quando das relações permeadas pelos interesses do capital, essencialmente do capital agrário. Para Milton Santos (2004, p.90), a noção de intencionalidade é “eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno”. É possível assim compreender o processo de colonização, apropriação e repartição de terras da região Noroeste como resultado indicativo das ações de seus agentes de fomento (Estado e colonização privada), dotadas de completa intencionalidade e não de modo casual ou espontâneo, imbricadas às condições do sistema natural encontradas. O mesmo autor ainda pontua, de acordo com seu aporte literário em torno da fenomenologia, que a própria ação humana não se restringe apenas a uma ação, mas está sempre imbuída de uma relação intencional, entendendo assim ser inerente à implicação mútua do “sujeito e do mundo” ou ainda uma reunião do “homem e do objeto”, como em uma trama indissociável.

Seguindo com o respaldo desta mesma linha de pensamento, tem-se que, para cada período histórico, corresponde um conjunto específico de objetos, e assim, ao passar do tempo, sucessivamente é possível deparar-se com novos conjuntos de técnicas e objetos, os quais, ao se sucederem, carregam atrelados a si, novas ações e intencionalidades. À luz de tais considerações, passa-se a ler o espaço geográfico do Noroeste Paranaense, sobretudo o município de Terra Rica, com especial interesse nos diversos e complexos conjuntos ou

sistemas de objetos, os quais, por sua vez, revelam os desdobramentos e as diferentes ações e intencionalidades do capital agrário e de seus agentes ao longo do tempo.

É importante ainda não perder de vista, que em diversos momentos do processo investigativo depara-se com objetos que compõe este espaço geográfico ganhando nova significação, levando à concepção de que os objetos podem sofrer uma alteração em seu uso, ainda que sejam os mesmos do ponto de vista material, sua essência já não o é. Isso ocorre devido a teia de relações percebidas onde os mesmos estão inseridos, as quais sofrem variações ao longo do tempo e assim tendem a transformar ou ressignificar os objetos já estabelecidos de acordo com os interesses dominantes. Vale ressaltar que, em muitos momentos, novos objetos são estabelecidos com o intuito de prover maior rendimento ou produtividade, visto que, por mais que um antigo objeto seja ressignificado a partir de uma nova estrutura conjuntural, este ainda carrega em si características e propriedades que podem comprometer a eficácia esperada para o novo momento.

A região Noroeste testemunha, não isoladamente, ao longo de sua história, e assim desde sua colonização, um jogo de conformações e interesses do capital essencialmente agrário, que definem e redefinem, a cada período, novos conjuntos de objetos e, por outro lado, novos valores a objetos antigos. Junto a cada nova cultura, a saber, o café, pastagem, mandioca, laranja, bicho-da-seda, feijão, cana-de-açúcar e outras, soma-se todo um aparato que dá base para o desenvolvimento das mesmas. Atrelados a estes conjuntos de técnicas e objetos necessários a cada cultura a seu tempo no espaço, apreendem-se intrínsecas e profundas transformações nas relações de trabalho (mão de obra), relações sociais e na estrutura fundiária regional, que por sua vez refletem tanto na conformação quanto na essência e intenção indissociável das ações e dos próprios objetos, ou seja, no espaço geográfico.

Em se tratando do jogo hegemônico do capital agrário e destes novos arranjos, é crucial ainda estar atento aos seus meandros e melindres, que mantém por sua própria direção e factual intencionalidade aqueles que outrora, por olhos desatentos, poderiam ser vistos como um empecilho a sua reprodução, o pequeno produtor rural. Ou seja, ao mesmo tempo em que o avanço imperioso do modo de produção capitalista no campo faz crescer a massa de trabalhadores assalariados (trabalhadores volantes), produz também, de forma contraditória e, reafirmando sua natureza, as relações familiares de trabalho e produção, aumentando assim o trabalho familiar no campo, conforme clarifica Oliveira (2001):

Dessa maneira, devemos entender que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil está marcado, contraditoriamente, por esse processo desigual que, ao mesmo tempo que amplia o trabalho assalariado no campo, aumenta, igual e contraditoriamente, o domínio do trabalho familiar camponês. Esse processo tem aberto, para estas duas formas de produzir no campo, espaços distintos de predomínio, o familiar, nas pequenas unidades camponesas, e o assalariado, nas médias e grandes unidades capitalistas (OLIVEIRA, 2001, p. 85).

Esta premissa se mostra real pelo fato do grande capital inserir em seu jogo de poder os pequenos produtores familiares, sempre lançando sobre eles o seu jugo. Esta realidade pode ser facilmente evidenciada através de exemplos nitidamente tão corriqueiros com os quais se depara no Noroeste paranaense, como o caso dos produtores de frango integrados a grandes avícolas regionais, os quais, através do emprego da força de trabalho predominantemente familiar, veem-se dominados pela empresa integradora desde à montante até à jusante de sua produção. Este tipo de vínculo, denominado de “integração”, envolve, de um lado, o fornecimento por parte da avícola ao produtor, de todos os insumos, assistência técnica e ainda a garantia de compra das aves pela empresa. Em contrapartida, o produtor se vê amarrado em um processo de subordinação aos auspícios da empresa integradora (formalizados através de um contrato), onde o mesmo deve sujeitar toda a sua produção à avícola de acordo com os preços estabelecidos por ela. Assim, além de necessariamente precisar seguir à risca a cartilha que reza o modelo e os padrões para o estabelecimento de seu aviário, muitas vezes contraindo dívidas vultosas através de financiamentos, o produtor tem sua autonomia comprometida no que se refere à sua condição econômica.

Contudo, outra face deste processo pode ser entendida quando se debruça sobre as condições atuais dos trabalhadores volantes, especialmente do corte de cana-açúcar, que, frente ao moderno aparato tecnológico para a colheita, veem-se cada vez mais sem alternativas viáveis de sobrevivência no campo e acabam sendo alijados do espaço rural e muitas vezes até mesmo de sua identidade como trabalhador rural. Embora seja importante esclarecer que as condições oferecidas tanto de trabalho como social e econômica, a um trabalhador volante no campo deixam muito a desejar e estão bastante distante de ser o ideal para a formação e integração de um sujeito à sociedade como um todo, mas o que se pretende apontar aqui é a preocupante questão do reordenamento desta classe trabalhadora levando ao seu cerceamento como homem do campo, ou ainda trabalhador rural, visto que em sua grande maioria tendem a se instalar nas zonas periféricas da área urbana.

2.2 O espaço do município de Terra Rica no Noroeste paranaense

O município de Terra Rica, área de estudo da presente pesquisa, localizado na mesorregião Noroeste do Paraná (Figura 1), apresenta um quadro geocológico não destoante do cenário regional. A área, ocupada atualmente, em sua maioria, com pastagens, lavouras temporárias, sendo predominante a cana-de-açúcar, a cultura de grãos, mandioca e ainda algumas lavouras permanentes como a laranja, é constituída, de um modo geral, por solos formados a partir da alteração dos arenitos da Formação Caiuá, o que já lhe confere uma textura mais vulnerável e com alto grau de degradação estrutural, levando à geração de processos erosivos relativamente acelerados principalmente se retirada a cobertura vegetal. Conforme tratado em Fonseca (2006), a partir da derrubada da mata, a inserção da cultura cafeeira, das pastagens, cana-de-açúcar e lavouras mecanizadas, têm levado os solos da região Noroeste do Paraná a sofrer um intenso processo de degradação, desencadeado, principalmente, pela precariedade de práticas de manejo e conservação dos solos, aliados ao intenso e exaustivo uso da terra.

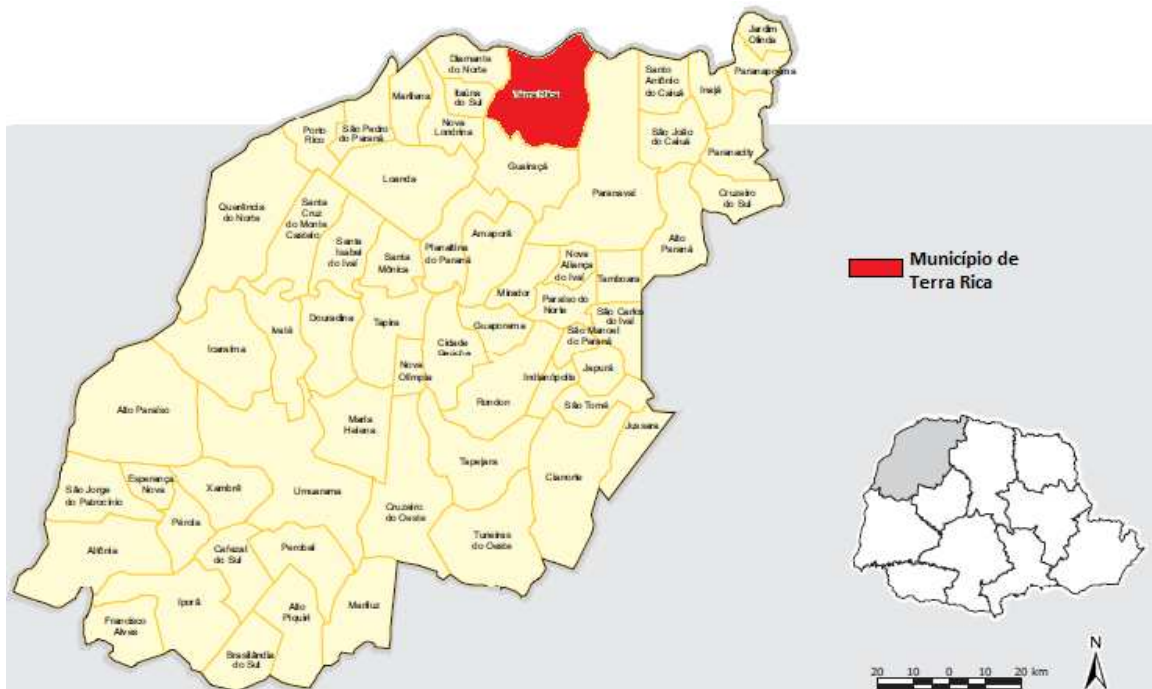


Figura 1- Mapa de localização da área de estudo, Município de Terra Rica, na Mesorregião Noroeste do Paraná.

Fonte: Adaptado de IPARDES, 2004.

Org.: TONIOL, F.P.F.

No que se refere ao potencial hídrico das águas superficiais, a região Noroeste é favorecida pela presença total das bacias hidrográficas do Paraná 1, Paraná 2 e Paranapanema

4 e parcialmente pelas bacias do Ivaí e Piquiri, enquanto que uma pequena área, a leste, também avança sobre a bacia do rio Pirapó (Figura 2). Diante deste aspecto, Terra Rica, situada às margens do rio Paranapanema, no trecho pertencente a Bacia do Paranapanema 4, despontou em situação favorável frente aos demais municípios no momento de sua constituição como município, pela facilidade que possuía no escoamento de sua produção através do Porto Fluvial Euclides da Cunha, situado a 22 quilômetros da sede municipal. Sobre tal fator, Denardi (1987, p.13) aponta que “em parte, graças a sua situação privilegiada, Terra Rica teve rápido e extraordinário desenvolvimento, crescendo social e economicamente dentro de reduzido espaço de tempo e de maneira impressionante (...)” à época de sua colonização.



Figura 2- Mapa das Bacias hidrográficas do Estado, com destaque para as unidades incluídas na mesorregião Noroeste do Paraná.

Fonte: Adaptado de SUDERHSA, 2004.

Org.: TONIOL, F.P.F.

Na segunda metade da década de 1980, a construção da Usina Hidrelétrica de Rosana e a formação de seu lago reservatório (empreendimento realizado inicialmente pela CESP – Companhia Elétrica de São Paulo e posteriormente administrado pela Companhia Duke

Energy), fez com que pelo menos 4.000 hectares de terras do município fossem alagados para a formação de uma represa instalada a 25 quilômetros da foz do Rio Paranapanema, entre os Estados de São Paulo e Paraná. Dentre os diversos impactos naturais ocasionados pelo enchimento do reservatório, como o alagamento das áreas de várzea e banhados, acrescenta-se aqueles de ordem social e econômica, que acarretaram um rearranjo do espaço local, conforme evidenciado por Toniolo (2006), quando se reporta às mudanças ocasionadas no uso do solo:

Na área que foi inundada predominavam os campos nativos e as pastagens (67,7%), usadas para a pecuária extensiva, atividade com pequena capacidade de geração de empregos. Era também importante a presença de matas nativas que ocupavam respectivamente 15,1% e 13,4% do total inundado pelo reservatório de Rosana. Os cultivos anuais, permanentes e semipermanentes ocupavam uma pequena parte da área total da inundação de Rosana, 3,9%. Entretanto, estes cultivos eram muito importantes, pois abasteciam de alimentos as áreas adjacentes e ocupavam muitos pequenos proprietários, posseiros e parceiros (TONIOLO, 2006, p. 63).

Além disso, de acordo com a mesma autora, a produção de várzea praticada por pequenos proprietários, parceiros e posseiros voltada às culturas como arroz, milho, feijão, alho e cebola foi bastante prejudicada com o alagamento, já as grandes propriedades destinadas à pecuária não sentiram este impacto com a mesma intensidade, visto que “foram inundadas parcialmente e os recursos de desapropriação de parte de suas áreas poderiam ser investidos, a fim de aumentar a produção das áreas restantes” (TONIOLO, 2006, p. 65).

Desta forma, revela-se, a partir do favorecimento exercido deliberadamente sobre as grandes propriedades ligadas à atividade agropecuária, em detrimento dos pequenos proprietários e seus cultivos diversos cuja destinação é o mercado local e regional, o interesse em alavancar as atividades vinculadas ao agronegócio, ou seja, o grande capital. Assim, percebe-se que o pequeno e médio proprietário, com sua produção de subsistência e de circulação local/regional, acabam sendo engolidos neste processo de valorização dos vínculos cada vez mais estreitos entre agricultura e capital, pois se caracterizam como o elo mais fraco e vulnerável desta corrente.

É neste mesmo sentido que é possível perceber, na atual conjuntura agrária do município, o crescimento da área plantada de cana-de-açúcar e mandioca em detrimento dos cultivos alimentares, visto que estas culturas tem adentrado inclusive as pequenas e médias propriedades, principalmente sob a forma de arrendamento de terras. Estas propriedades se tornam interessantes à incorporação pelas usinas sucroalcooleiras quando apresentam

condições favoráveis, tais como, relevo mais aplainado (favorável ao uso de máquinas agrícolas), proximidade da usina e especialmente quando se encontram em meio a outras áreas maiores já anexadas ao sistema de arrendamento. Já as grandes propriedades tradicionalmente vinculadas à pecuária pouco tem sido afetadas com as mudanças acarretadas pela intensificação da cultura canavieira e de mandioca.

A análise regional indica que a agropecuária do Noroeste vem caminhando em direção a atividades caracterizadas pela produção em escala, *commodities* e matérias-primas industriais fatores que tendem a garantir níveis de rentabilidade mais elevados aos produtores, em detrimento das atividades voltadas ao atendimento do consumo doméstico (CARVALHEIRO, 2005, p. 104).

A cultura da mandioca, já considerada tradicional no município desde a década de 1990, segundo Passos (2013, p. 167), também representa uma importante face da economia local e regional, visto que envolve desde o setor primário (do plantio ao arranque) até o seu processo de industrialização e produto final (farinha e/ou fécula). Pode ser considerada, assim, em razão da cadeia produtiva que gera, um significativo alicerce que estrutura e regulamenta os diversos segmentos e setores que compõe o espaço em questão.

Assim, também, a cultura da cana-de-açúcar agrega de forma significativa seu valor e forma sua cadeia produtiva inserida no próprio município, visto que desde o ano de 2004, com a instalação do complexo sucroalcooleiro “Usina Santa Terezinha”, é nítido não apenas o aumento da área plantada de cana-de-açúcar, mas a relação intrínseca estabelecida entre a agroindústria canavieira e os mais diversos setores da economia e sociedade local.

Estas transformações relativas às esferas sociais, econômicas e de uso do solo verificadas nestes casos, no município de Terra Rica, demonstram que a presença destes objetos técnicos, como designados por Milton Santos (2004, p. 63), a saber, o porto fluvial, o reservatório de uma usina hidroelétrica, fazendas mais modernizadas (aumentando sua produtividade), agroindústrias, lavouras temporárias (mandioca e cana-de-açúcar), quando acrescidos ao território municipal, condicionam a forma como se dão as ações sobre este espaço. E é nesta interação entre tais objetos e as ações decorrentes sobre os mesmos que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. Cada objeto opera, particularmente, um efeito sobre o sistema local de relações, reconfigurando o meio onde foi inserido.

Por outro lado, também é preciso considerar a influência que reside nas ações empreendidas quando da formação de novos objetos. A instalação de um complexo sucroalcooleiro, como o caso da Usina Santa Terezinha no município de Terra Rica, remete a

um jogo de interesses estipulado pelo capital agrário naquele espaço em favor de alguns grupos ou setores dominantes. Isso revela que, em todo espaço, como neste caso, os objetos, inseridos em um sistema maior, desvelam as relações e intenções ali existentes.

A partir destas considerações, reafirma-se a indissociabilidade pregada por Milton Santos quanto ao sistema de objetos e sistema de ações, quando reporta-se à constituição do espaço geográfico, entendendo assim que torna-se impossível apreendê-lo longe de uma análise integrada destes dois sistemas. Assim, como lembra o autor, “o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido” (SANTOS, 2004, p. 86). Daí a preocupação em caracterizar o espaço estudado diante de seus vários aspectos, tanto naturais como sociais e econômicos, dentro de um “modo uno” e integrado.

É por esta perspectiva que ainda se destacam aqui as características relativas ao relevo regional, entendendo que estas, associadas a outros fatores dentro do sistema de ações (e intenções), podem gerar melhor compreensão do objeto de estudo. Tais características geomórficas são em muito condicionadas pela ocorrência do arenito da Formação Caiuá, apresentando modo geral, um traçado suavemente ondulado. Conforme explica IPARDES (2004), embora sejam áreas que possuam aptidão à agricultura mecanizada e não-mecanizada, bem como à pecuária e ao reflorestamento, seu potencial agrossilvipastoril é muito prejudicado pela susceptibilidade erosiva, necessitando de práticas conservacionistas adequadas.

Contudo, em se tratando da área específica do município de Terra Rica, é possível observar que as condições e feições de relevo apresentam certas particularidades que a destacam no contexto regional. Aí dominam colinas amplas de topos largos e achatados de onde partem, em geral, longas vertentes convexo-retilíneas e com fracas declividades. Dessa paisagem de colinas amplas, cujas altitudes são predominantemente inferiores a 500 metros (Figura 3), emergem, de acordo com Santos (1984, p. 93) “morros testemunho orientados de SE para NW, na forma de pequenas mesetas alongadas e bem marcadas na área”. O autor se refere ao Morro Três Irmãos, formado por três elevações de topos planos, cuja altitude chega a 640 metros, sobressaindo-se do seu entorno, transformando-se em um atrativo paisagístico. A Usina Santa Terezinha criada nesta localidade no ano de 2004 está localizada sobre o topo de uma dessas colinas amplas, em uma situação topográfica favorável à sua implantação e desenvolvimento das suas operações. A Figura 4 ilustra bem, visualmente, este plano mais elevado onde se encontra instalado o parque industrial da usina, e complementarmente, a Figura 5, revela um quadro bastante típico do cenário agrário regional, onde a atividade

agropecuária encontra-se presente nas proximidades da agroindústria sucroalcooleira. Para uma usina sucroalcooleira, o fator topográfico torna-se relevante, dada a necessidade de direcionar o escoamento do líquido proveniente das lagoas de decantação (vinhaça) para canais destinados à irrigação de suas lavouras de cana-de-açúcar. Deste modo, contando com a vantagem da gravidade para a realização deste escoamento, elimina-se a necessidade de onerosos procedimentos e equipamentos de bombeamento deste efluente.

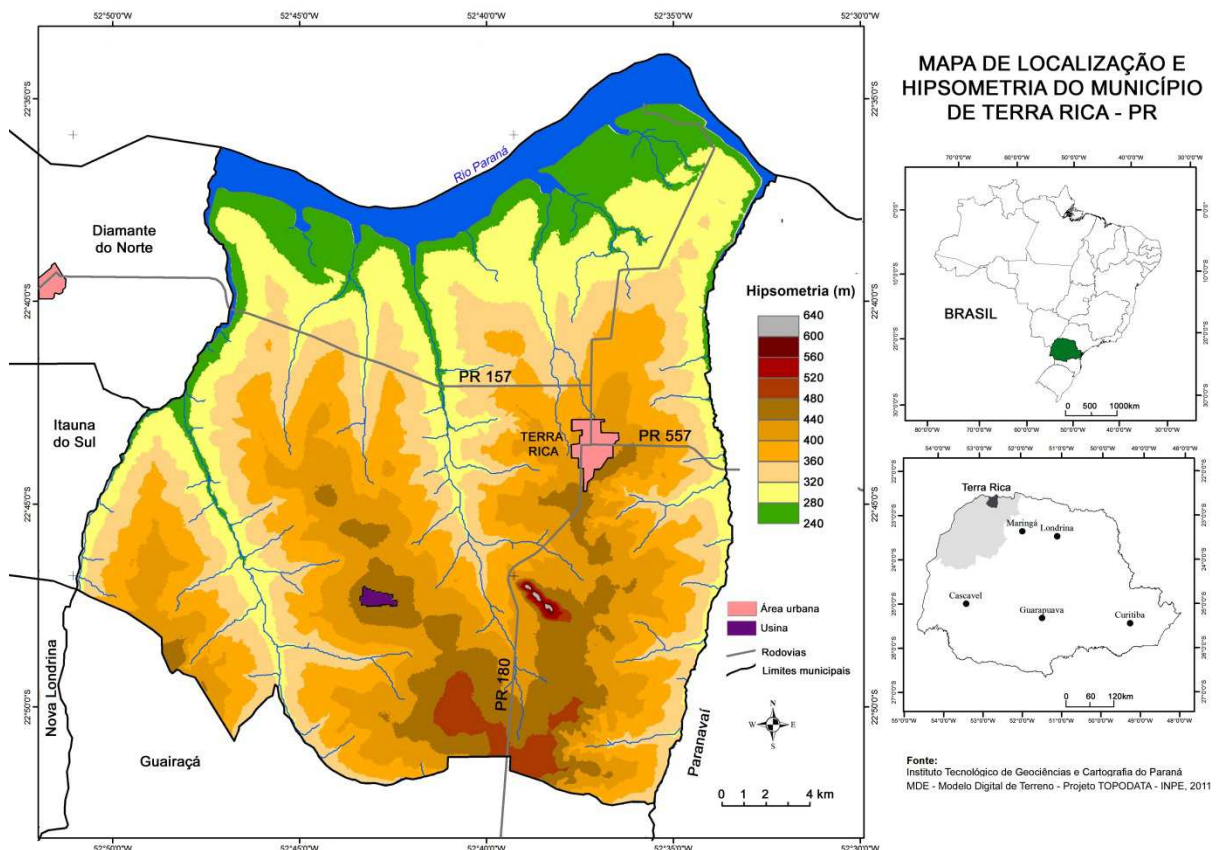


Figura 3 – Mapa hipsométrico do município de Terra Rica – PR.
Organização: TONIOL, F.P.F. 2016.



Figura 4 – Vista do Complexo da Usina Santa Terezinha em área de altimetria mais elevada– Unidade Terra Rica.

Fonte: TONIOL, F.P.F. 2014



Figura 5 – Área com atividade agropecuária extensiva, bastante presente na região, com vista do Complexo da Usina Santa Terezinha – Unidade Terra Rica - em área de altimetria mais elevada ao fundo.

Fonte: TONIOL, F.P.F. 2014

No entanto, deve-se atentar que não foram apenas os fatores locacionais, entenda-se ambientais, que direcionaram a instalação desta usina sucroalcooleira, mas pondera-se sobretudo as alianças políticas e dos segmentos dominantes (latifundiários, comerciantes) como peça fundamental neste jogo de interesses do capital agrário.

Dada esta caracterização e análise dos principais aspectos relativos ao espaço geográfico de Terra Rica, fica bastante evidente a relação intrínseca entre os mais diversos setores que compõe a economia local e os segmentos sociais ao setor agrário. Este vínculo vem sendo arraigado desde a formação e organização deste espaço, reflexo destas mesmas relações estabelecidas em âmbito regional.

Deste modo, e aqui sendo lançada como uma das premissas desta intervenção, coloca-se em pauta a dinâmica intensa e singularizada do Município de Terra Rica no que se refere à intensificação da ação do capital na esfera agrária frente aos demais arranjos configurados ao longo da própria região Noroeste. Ora, se em todo o contexto regional encontra-se semelhante “envelope e conteúdo” quando reportado aos aspectos naturais, entende-se ser relevante a elucidação, através desta análise investigativa, desta dinâmica tão particular e diferenciada no entrelaçamento entre sistema de objetos e ações, como a apreendida neste município em relação aos demais que formam esta região.

2.3 A colonização e o desenvolvimento regional

O Noroeste do Paraná apresenta uma dinâmica intensa quando reportado ao seu cenário agrário, visto que, desde sua colonização perpassou por momentos diversos sempre impulsionados pelo anseio em atender ao mercado das *commodities* agrícolas. A forte presença do capital agrário direcionando os rumos e até mesmo o traçado regional, ainda hoje se mostra imponente quando analisados os mais diversos aspectos concernentes à organização deste espaço. Olhando por este prisma, é possível identificar algumas fases que se superpõe neste contexto regional e que junto a si carregam uma série de transformações e rearranjos que refletem em sua configuração espacial.

O modelo de colonização regional empreendido no Noroeste paranaense, a partir da década de 1940, foi baseado e motivado pela economia de mercado agrícola tendo como mola propulsora a cultura do café. A chegada das frentes pioneiras à região (embora não se constitua na primeira forma de ocupação ou povoamento²) pode ser entendida, dentre outros fatores, como produto da localização geográfica da mesma, ou seja, formam uma superposição de frentes advindas prioritariamente do Estado de São Paulo (região de Presidente Prudente) e, posteriormente, de gaúchos (vindos diretamente do Rio Grande do Sul ou do Sudoeste paranaense), conforme se observa na Figura 6.

[...] na década de 1960, todo o Estado do Paraná está com o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terras. Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamento, a do Paraná tradicional que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo, com a criação de gado, a indústria da erva-mate e da madeira de pinho; a dos agricultores da agricultura tropical do café que, pelas origens e pelos interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados à São Paulo; e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que pela origem e pelos interesses históricos, se ligaram mais intimamente ao rio Grande do Sul. Cada uma dessas três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968 apud HARACENKO, 2007, p. 42).

² Conforme destaca Haracenko (2007), a região Noroeste não encontrava-se desocupada à época de sua colonização regional pelas empresas colonizadoras, pois já apresentava um histórico de povoamento e ocupação por parte de uma população autóctone.

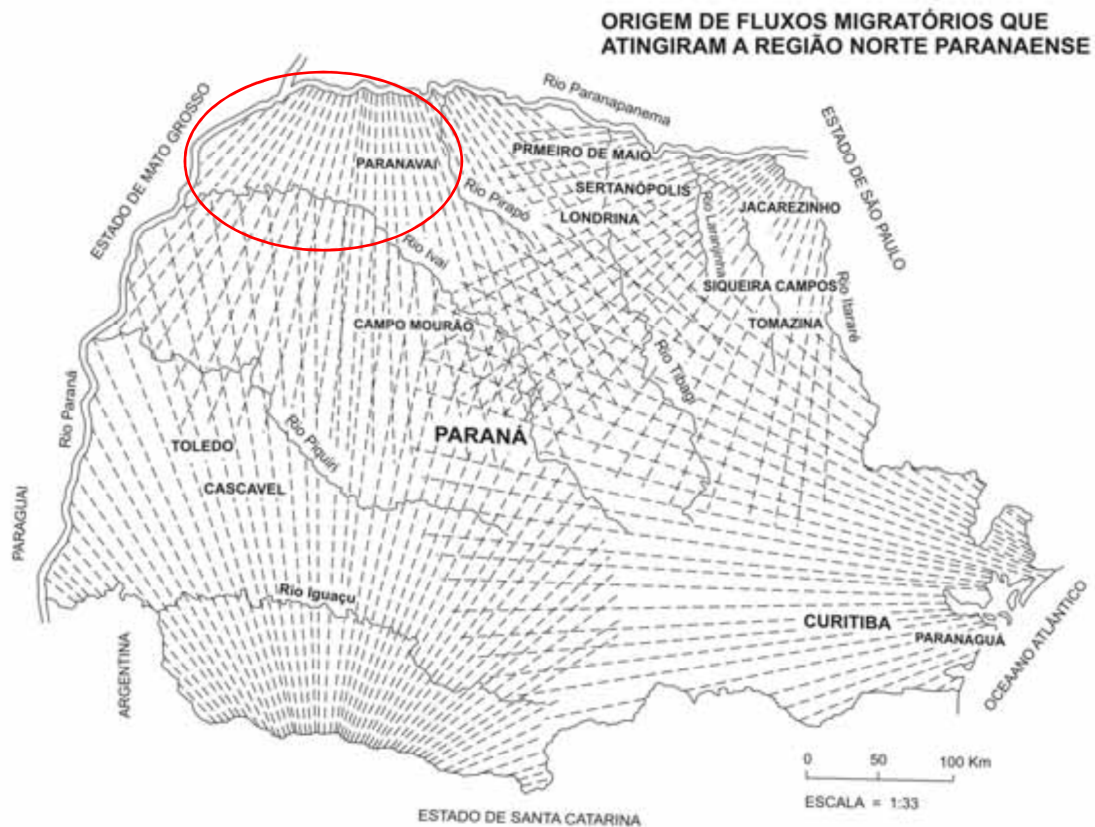


Figura 6 - Principais deslocamentos populacionais no Noroeste do Paraná – pós década de 1940
 Fonte: Tomazi (1997, p. 175)

O entrecruzamento destas duas frentes (paulista e gaúcha, também do sudoeste paranaense), rege a ocupação pós década de 1940 da região Noroeste, que se move em busca de novas terras para a expansão da cultura cafeeira já alastrada por todo o Norte Pioneiro e Central. Com o esgotamento das fronteiras agrícolas nas duas mesorregiões de colonização anterior a do Noroeste (Norte Pioneiro e Central) e com o “fim do estoque” das férteis terras “roxas” é que a frente pioneira alcança o Norte Novíssimo, buscando novas áreas para o desenvolvimento do plantio do café.

Fato interessante é que enquanto os migrantes paulistas advindos principalmente da região próxima de Presidente Prudente possuíam toda uma tradição no plantio do café já em sua terra de origem (embora em um molde de estrutura fundiária bastante diverso, baseado, em geral, na grande propriedade), onde a economia agrícola cafeeira neste período já se encontrava em desarticulação, os sulistas que chegavam às terras do arenito não possuíam o mesmo conhecimento, o que levou muitos destes ao insucesso quanto ao cultivo do café. Outro aspecto que revela as marcas das origens, tradições e costumes trazidos pelos migrantes para o contexto regional do Noroeste paranaense são alguns traços culturais até hoje

deflagrados em seu espaço geográfico, tais como a presença, em vários municípios, de igrejas Luteranas e dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e o hábito de consumo do chimarrão denotando a cultura gaúcha. Por outro lado, o costume do famoso cafezinho tão imbuído no cotidiano dos habitantes da região nos remete à influência da cultura paulista.

Assim, denota-se aqui, conforme destacado por Westphalen et al apud Haracenko (2007), que cada frente colonizadora trouxe consigo as características e similitudes organizacionais (sociais e econômicas) de sua terra de origem, o que reforça ainda a afirmação de Bosi (1992), quando diz, a respeito do significado de colonizar, que o mesmo consiste em um

[...] deslocamento que os agentes sociais fazem do seu modo de vida para outro onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio. [...] Como se fossem verdadeiros universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potenciam-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização. Mas o novo processo não se esgota na reiteração dos esquemas originais; há um *plus* estrutural de domínio, há um acréscimo de forças que se investem no desígnio do conquistador emprestando-lhe às vezes um tônus épico de risco e aventura. A colonização dá um ar de recomeço e de arranque a culturas seculares (BOSI, 1992, p. 12).

Deste modo, especialmente no que se refere à significativa frente paulista que se desloca para esta região, denota-se que a mesma chega impelida pelo desejo de formar as promissoras lavouras cafeeiras outrora bem sucedidas nas demais porções da grande região Norte do Paraná (Norte Pioneiro e Norte Central), onde se encontrava a famosa “terra roxa” solos férteis provenientes do basalto. No entanto, a realidade dos solos mais arenosos do Noroeste se mostrava bastante incongruente à imagem semeada pelos agentes imobiliários (loteadoras), que, na maior parte das vezes, realizavam a transação imobiliária ainda no local de origem do produtor. Sobre isso, Haracenko (2007, p. 225) destaca:

Por nossa vez, salientamos que em nossa trajetória pela área em estudo, através de conversas com os colonos, indubitavelmente, podemos considerar que o discurso do Norte do Paraná influenciou a atuação das colonizadoras e conseqüentemente fez diferença no momento de o colono decidir migrar para o Noroeste. As empresas colonizadoras atuaram no Noroeste tendo como pano de fundo um discurso que evidenciava a fertilidade das afamadas terras do Norte do Paraná (HARACENKO, 2007, p. 225).

Ainda sobre as negociações imobiliárias realizadas pelo país afora para a venda das terras do Noroeste paranaense, a mesma autora considera:

Cumpra salientar que a influência de colonos paulistas, gaúchos, catarinenses e nordestinos no Noroeste do Paraná é notável [...]. Isso demonstra a atuação desempenhada pelas colonizadoras nos diversos estados do Brasil. Essas empresas enviavam corretores a vários estados do país, ou então fixavam os corretores em um determinado Estado como ponto de referência, dependendo do estereótipo do colono que haviam planejado trazer ao Noroeste do Paraná (HARACENKO, 2007, p. 226).

Contudo, até a década de 1950, o cenário que assinalava o acesso à propriedade destas terras era bastante conturbado e por que não dizer manchado por extrema violência, visto que estas áreas eram disputadas entre posseiros, grileiros e ainda, mais adiante, pelas loteadoras privadas. Este quadro de conflitos pode ser entendido por diversas óticas, mas para efeito desta pesquisa é importante salientar o papel controverso estabelecido entre o poder público e uma classe dominante embrenhada em influências e favores políticos. Essa relação estabelecida com base em troca de favores, a saber, às custas de apoio parlamentar para o então governador do Estado, Moisés Lupion³, era até então, umas das principais formas de acesso à terra por parte de uma elite dominante, que se “apropriava” de extensas áreas do Noroeste paranaense via grilagem de terras (documentações falsas), expulsando ou exterminando significativo número de posseiros e pequenos produtores rurais anteriormente estabelecidos ali. Denota-se, assim, através desta forma indevida de apropriação de terras, a mácula que desde muito cedo marca as relações entre as esferas pública e privada no cenário estadual.

Sob o comando de Lupion, o Governo reedita seu papel contraditório no contexto da organização do espaço agrário, ao contemplar amigos e correligionários do Governador com grandes áreas, muitas das quais produtivas e devidamente tituladas em nome de pequenos produtores rurais (SERRA, 1991, p. 87).

Fica bastante evidente que, desde o início da abertura de suas fronteiras, esta região foi entregue aos interesses majoritários do capital, que num primeiro momento estava representado por pessoas de influência na conjuntura política da época, entenda-se aqui pessoas próximas ou de interesse do então governador Moisés Lupion (grileiros), ora estava representado pelas diversas empreendedoras imobiliárias por meio de colonização dirigida concedida pelo próprio Estado. Isso revela que, para o governo, tornava-se muito mais interessante e lucrativo repassar para tais empresas a função de colonizar estas áreas ao invés

³ Moisés Lupion foi eleito governador do Estado do Paraná por dois mandatos não consecutivos, sendo o primeiro entre 1947 e 1951 e o segundo entre 1956 e 1961.

de administrar diretamente estas questões relativas à colonização de terras. Assim, conforme afirma Lopes (1982, p. 57), “a possibilidade da existência de terras livres ao capital no Norte do Paraná foi proporcionada pelo Governo do Estado através de várias políticas de colonização”, marcando assim um período onde predomina a ocupação pela propriedade privada do solo.

Assim, esta fase foi marcada ainda pela interferência Estadual no âmbito das negociações de terras, o qual titulava as terras diretamente aos interessados ou ainda a empresas colonizadoras devidamente autorizadas, como anteriormente mencionado. O governo do Estado não estava, portanto, interessado em despendar gastos com a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento daquelas áreas, abrindo assim, mais uma vez como a exemplo do Norte Novo, o espaço para a ação de empresas colonizadoras que estivessem dispostas a colocar em prática um plano de colonização com vistas ao povoamento da Região, em troca de valores considerados simbólicos (FONSECA, 2006, p. 71).

A fase correspondente à colonização privada via companhias loteadoras, revela, no processo de repartição das terras do arenito, pautado na pequena e média propriedade, de um modo geral, os principais agentes de colonização que eram tanto o Estado, com sua intervenção direta na venda dos lotes, quanto às colonizadoras privadas, que possuíam a concessão do governo para o loteamento de extensas áreas.

O estilo de ocupação da fronteira agrícola que predominou nas áreas do norte paranaense baseou-se fundamentalmente no regime de colonização dirigida, na maior parte dos casos sob os auspícios do capital privado, nacional e mesmo internacional. Por meio do loteamento das terras para venda em pequenas parcelas, as empresas de colonização atraíram para a região milhares de trabalhadores que, juntamente com suas famílias, formaram pequenas e médias propriedades voltadas à produção para consumo próprio e para a comercialização (IPARDES, 2004, p. 21).

Ainda que, conforme destacado pelo IparDES (2004), tenha predominado o regime de colonização dirigida em todo o norte paranaense, torna-se imprescindível aqui distinguir alguns processos e nuances que marcaram especificamente a colonização da mesorregião Noroeste, diferentemente do restante da grande região Norte (Norte Pioneiro e Norte Central), já que, via de regra, todas as três mesorregiões apresentam neste processo diversas similitudes, mas também suas particularidades. Embora a região Noroeste carregue em seu histórico de ocupação e abertura de fronteiras (pós década de 1940) a marca da colonização via empresas imobiliárias (conforme estabelecido majoritariamente na região Norte Central),

tendo a cultura cafeeira como carro chefe de sua economia, tem-se o papel do Estado bastante presente nos rumos dessa ocupação, talvez com uma ação mais direta e deliberada do que no restante do Norte paranaense.

Dentro deste contexto da presente atuação do Estado na colonização da região Noroeste, remete-se aqui à área onde atualmente se encontra o município de Terra Rica, área de estudo desta pesquisa, visto que a mesma somente será repassada para a iniciativa privada após a década de 1950, figurando até então como terra devoluta em poder do Estado. Anteriormente a este período, assim como grande parte da área compreendida desde a divisa das terras da Companhia de Terras Norte do Paraná (município de Nova Esperança) até o rio Paraná, e entre os rios Paranapanema e Ivaí, a área correspondente a Terra Rica integrava a chamada “Colônia de Paranaíba”. Esta Colônia dividida em várias glebas, como ilustra a Figura 7, consistia em uma extensa área retomada ao poder do Estado na década de 1930, após a anulação de sua concessão à empresa colonizadora Braviaco (Companhia Brasileira de Viação e Comércio) através de um jogo de interesses políticos e econômicos.

É neste sentido que se mostra aqui a presença do Estado de forma mais marcante do que nas outras mesorregiões do Norte paranaense, lembrando, entretanto, que o Estado, como de fato não é de sua natureza, não atua de forma tão eficaz e empreendedora nos projetos de colonização como se veria outrora com as colonizadoras particulares conforme destacado por Soares (1973), quando diz que,

[...] o Departamento de Terras do Estado, responsável pela demarcação das colônias, teve uma atuação bastante limitada como “colonizador”. Uma vez demarcados e medidas as glebas da colônia, feita a medição dos lotes, se iniciava a sua distribuição aos interessados mediante irrisórias quantias, e praticamente, aí terminava a atuação do Estado como colonizador. Em certos casos ele atuou como verdadeiro colonizador, mas isso numa proporção muito menor que a participação das Cias. “particulares” de colonização (SOARES, 1973, p.9).

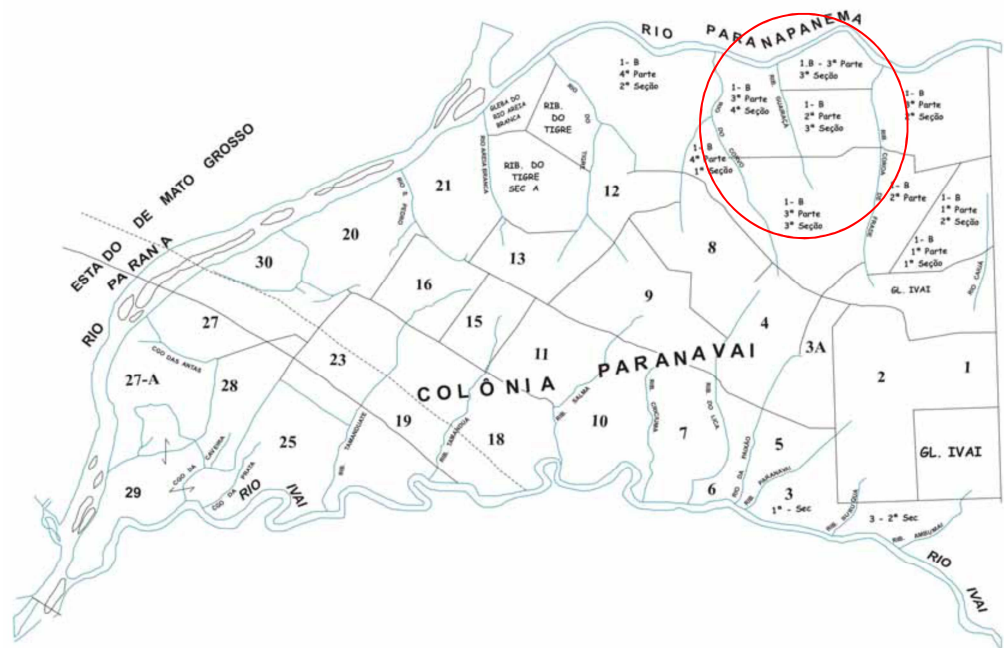


Figura 7 – Colônia Paranaíba, dividida em glebas, com destaque para a localização aproximada do atual município de Terra Rica.

Fonte: Adaptado de Haracenko, 2007.

O maior interesse do Estado naquele momento estava em dinamizar e ocupar a extensa área correspondente ao Noroeste do Paraná, integrando-a ao circuito comercial e econômico estadual, e é a partir dessa estratégia que este lança mão da concessão e venda destas áreas a empresas colonizadoras ou a particulares, ou seja, tem-se início a abertura ao domínio do capital privado.

O processo de colonização do município de Terra Rica em muito reflete este quadro desenhado em âmbito regional, vinculado ao uso econômico destas áreas a partir da frente cafeeira via empresas colonizadoras delegadas pelo Estado, especialmente após a década de 1950. Assim como grande parte do território regional, este Município foi também colonizado por uma loteadora privada que teve como estratégia a repartição de sua área em pequenas e médias propriedades aptas a atrair seu principal público alvo, produtores rurais desejosos de se tornarem proprietários de seu pedaço de terra e cultivar o café como cultura principal.

A área que compreende o Município foi requerida ao Estado paranaense no ano de 1950, pelo então correligionário do Governador Moisés Lupion, Aniz Abud, figura de grande influência também em outras áreas do Norte Paranaense. Sócio com seu filho, Ibrahim Abud

Neto, da empresa Aniz Abud e Cia Ltda, já possuíam grandes concessões de terras em outras localidades da região, onde inclusive criaram (pela aprovação da Assembleia Legislativa da época) o município de Lupionópolis, no ano de 1951, sendo seu filho Ibrahim o primeiro prefeito deste Município. Na concessão das terras onde hoje se localiza o município de Terra Rica, Aniz Abud possuía um sócio, o senhor Adhemar de Barros, nome hoje atribuído ao distrito pertencente a Terra Rica. Os nomes atribuídos aos municípios e distritos, conforme visto, revelam os vínculos existentes no cenário político marcado por um jogo de influências e interesses, como no caso citado do município de Lupionópolis em homenagem ao governador Moisés Lupion, que repassou estas terras para a família Abud, e do distrito pertencente a Terra Rica, Adhemar de Barros, em homenagem ao então sócio dessas áreas e também governador do Estado de São Paulo.

Além dos negócios com Lupion, Aniz foi sócio de um outro empresário e político de grande destaque, Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo, aquele a quem foi atribuído o lema “rouba, mas faz”. Aniz e Adhemar eram sócios da fazenda, onde mais tarde, seria criado o município de Terra Rica. Lupion (também marcado por denúncias de corrupção não comprovadas), Adhemar de Barros, muito, muito dinheiro, e a participação direta no mundo da política. Poder (O CLÃ ABUD, 2013. Não paginado).

Assim, mesmo já possuindo influência e experiência política e com a ação colonizadora, alguns anos mais tarde, Aniz Abud transferiu estas terras para a empresa colonizadora Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – SINOP, a qual tinha como um de seus sócios fundadores e dirigentes o senhor Enio Pipino.

Com o passar do tempo o colonizador Abud transferiu esta gleba à Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná - SINOP. Pela Lei Municipal n.º 13, de 05 de agosto de 1952, foi criado o Distrito Administrativo de Terra Rica. Por conta de sua posição geográfica estratégica, o distrito teve crescimento rápido e acentuado. Pela Lei Estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, o distrito foi elevado à categoria de município emancipado, com território desmembrado de Paranaíba, cuja instalação deu-se no dia 04 de dezembro de 1955 (FERREIRA, 2006, p. 318).

Conforme citado por Ferreira (2006), à época da transferência destas terras para a colonizadora SINOP, tais áreas, correspondentes ao atual município de Terra Rica, faziam parte do distrito de Paranaíba, que por sua vez, pertencia ao município de Mandaguari. Somente no ano de 1954, Terra Rica é elevada a município.

Como destaca Denardi (1987, p.13), a colonizadora SINOP “passou a medir, demarcar e vender lotes, datas e sítios, iniciando-se já em 1950 a formação de importante núcleo populacional no sertão do Norte do Paraná”. E assim como no quadro geral do Norte paranaense, este Município não fugiu à regra, desenvolvendo, como principal atividade econômica, o cultivo do café, tendo o plantio do algodão em segundo plano. Afora as culturas comerciais, destinadas ao mercado externo, eram ainda cultivados diversos outros produtos com a finalidade de subsistência e/ou para a venda nas localidades próximas, como o feijão, milho, arroz, amendoim, trigo, e outros.

No início de sua ocupação, a maioria dos estabelecimentos rurais eram ocupados pela monocultura comercial do café, voltada para o mercado externo, associada durante a fase de formação dos cafezais, à policultura comercial de sustentação com produtos como feijão, milho e arroz e, em menor escala, o amendoim, trigo, batata-inglesa, hortelã, pimenta e mamona que se destinavam à comercialização nos centros urbanos regionais (DENARDI, 1987, p. 13).

Assim, reitera-se aqui o viés econômico, bem expresso pela cultura cafeeira, que permeia este processo de colonização do Noroeste paranaense, visto que para os diversos atores e agentes envolvidos nesta ação, o objetivo não consistia tão somente em desenvolver um espaço de mero povoamento, mas prioritariamente conduzir ao uso racional e exploratório do solo, como corrobora Bosi (1992, p. 11), quando assinala que, em se tratando de colonização, é possível distinguir dois processos: “o que se atém ao simples povoamento, e o que conduz à exploração do solo”. Neste mesmo sentido Laranjeira (1983), clarifica que

[...] colonizar é o ato de ocupar o território, de modo racional. Colonização é o processo correspondente de povoamento com seletividade, para exploração econômica do solo. Colônia é o resultado desse procedimento, como um conjunto de glebas, onde as pessoas possam desenvolver suas atividades (LARANJEIRA, 1983, p. 4).

Assim, tal processo de colonização, pode ser entendido em diferentes fases, e de acordo com Pio dos Santos (1979) citado por Laranjeira (1983), este processo pode ser organizado em três etapas:

a primeira, de desbravamento, que corresponde à implantação de uma infraestrutura de acesso a toda a região; a segunda, de identificação dos recursos naturais e planificação do seu aproveitamento econômico; a terceira, de ocupação social, ou colonização, propriamente dita (Pio dos Santos, 1979 apud LARANJEIRA, 1983, p. 35).

No que se refere às estratégias da colonização, entende-se que, dependendo a partir de qual ótica se está analisando, ou seja, para cada um dos agentes envolvidos, existe uma estratégia a priori. Ainda que, no caso do Noroeste paranaense, grande parte das áreas tenha sido colonizada por empresas imobiliárias, colonizadoras privadas, é relevante salientar que “a colonização sempre foi um ato da vontade do poder estatal, e sempre acompanhou uma estratégia de expansão do capital por sobre os novos territórios”, como afirma Santos (1989), destacado por Haracenko (2007, p. 186).

De acordo com Assumpção (1996), a colonização dirigida ou particular, como a ocorrida neste caso, pode ser entendida como um

[...] processo de aproveitamento econômico de terras de domínio particular, pela sua divisão em lotes ou parcelas rurais de tamanho mínimo igual ao de uma propriedade familiar. É uma atividade de iniciativa privada que pode ocorrer em terras públicas por delegação do Poder Público (ASSUMPCÃO, 1996, p. 52).

Ficam assim bastante evidentes os diversos interesses envolvidos neste processo de colonização dirigida a partir da iniciativa privada com o aval do Estado, que, almejava o desenvolvimento e aproveitamento econômico da região, disponibilizando essas terras a partir de seu parcelamento em pequenas e médias propriedades e de seu potencial agrícola naquele momento direcionado para o café, produto de exportação, para dinamizar e projetar a economia estadual no cenário nacional. De acordo com Serra (2015),

O sucesso da colonização era garantia de desenvolvimento econômico, que se daria na medida em que os lotes rurais comercializados e explorados economicamente incrementassem a circulação de mercadorias e riquezas, principalmente matérias-primas agrícolas (SERRA, 2015, p. 28).

Se, por um lado, os compradores estavam interessados em abrir suas lavouras de café a partir da possibilidade de agora se tornarem proprietários de um pedaço de terra dada a oferta de lotes pequenos e médios em condições favoráveis de pagamento (através de parcelamento e rendimento da própria terra adquirida ao longo dos anos), para os agentes deste processo de colonização, Estado e empresas colonizadoras, os interesses, como visto, iam além. As empresas responsáveis pela colonização dirigida vislumbravam, neste cenário, uma excelente oportunidade de estimular suas vendas a partir do recorte de pequenas e médias propriedades ofertadas em condições facilitadas de pagamento, já que conheciam as condições e características de seu público alvo, pequenos produtores rurais que almejam a propriedade

legal de um pedaço de terra. Já para o Estado, a estratégia estava centralizada em amenizar os conflitos gerados no campo pelas populações excedentes no processo econômico-social (posseiros), advindos de outras porções da grande região Norte do Estado, fixando-as à terra dada as condições mais acessíveis à mesma. Neste sentido, enquanto, por um lado, o Estado se utilizava deste estratagema para acalmar os ânimos desta parcela da população rural, ia simultaneamente abrindo as novas fronteiras regionais e alavancando o desenvolvimento econômico do Paraná através da concessão de terras ao processo de colonização dirigida.

Para as empresas loteadoras, a pequena propriedade e as facilidades de pagamento oferecidas aos compradores não passavam de estratégia que ajudava a dinamizar as vendas. Para o Estado, entretanto, representava muito mais: representava o caminho para o avanço das frentes pioneiras, para a incorporação de novas terras ao processo produtivo e o consequente desenvolvimento econômico e, principalmente, representava a concretização da “ideologia da paz agrária” em que, para aliviar a tensão social, era importante fixar o homem à terra onde, no mínimo, teria assegurada a sua sobrevivência e a reprodução, embora precária, de sua força de trabalho (SERRA, 1991, p. 153).

Foram várias as empresas de colonização privada que empreenderam seus negócios nas terras do Noroeste paranaense e, de acordo com Lopes (1982, p. 131), “Estas pequenas companhias colonizadoras levariam a frente pioneira aos seus limites físicos no Norte Novo – o rio Paraná – e foram objeto de grande favoritismo político”, marcando mais uma vez o papel do capital e das elites agrárias dominantes na formação deste espaço.

Além da CTNP/CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), que tornou-se bastante conhecida por seu modelo de colonização e por ser a companhia que maior extensão de terras adquiriu do Estado (1.321.499 ha), muitas outras empresas imobiliárias despontaram no avanço das fronteiras de colonização regional, entre elas: Borelli e Held (Alto Paraná), Cobrinco (Santa Cruz do Monte Castelo), Leôncio de Oliveira Cunha (Paraíso do Norte), Armando Chiamulera e sócios (Nova Londrina), Tarquínio Ferreira e outros (Santa Isabel do Ivaí), Spinardi e Sebastião Delfino (Loanda), Gutierrez Beltrão (Tamboara), Imobiliária São Paulo-Paraná (Querência do Norte), Sivas Pioli (São Carlos do Paraná), Almeida Prado (Itaúna do Sul e Diamante do Norte). De acordo com Lopes (1982), as loteadoras recebiam a concessão do Estado para áreas de 10 mil alqueires e firmavam o compromisso da abertura de estradas de acesso e se incumbiam da venda dos lotes. Vencida esta etapa, pagavam uma determinada cota ao Governo do Paraná, que expedia, então, os títulos definitivos de propriedade das terras.

Para o Estado havia ainda mais um fator de interesse ao repassar a concessão de terras devolutas para as colonizadoras que não apenas a aquisição da infraestrutura física de acesso às novas áreas, mas a organização do espaço urbano e rural por meio da experiência e do investimento de capital das mesmas nestas terras. Ainda neste sentido, entende-se que o governo vislumbrava, naquele momento, a abertura de uma nova fase de desenvolvimento para a “nova” região, visto que, a partir do investimento de capital oriundo das empresas concessionárias para o arranjo espacial de cada localidade, somar-se-ia o surgimento de uma agricultura tipicamente capitalista, ou seja, voltada ao mercado, figurada pela cultura cafeeira.

Nesse sentido Serra aponta que

Tal meta torna-se viável, primeiramente através do giro interno do capital financeiro oriundo da mercantilização da terra e a seguir através da incorporação das terras mercantilizadas ao processo produtivo, via incremento de uma agricultura para o mercado, responsável maior pela expansão do capitalismo no campo (SERRA, 1991, p. 89).

Aqui revela-se mais uma vez os interesses predominantes do capital sobre a estruturação da região Noroeste paranaense, o que mais tarde geraria todo um cenário dominado pelos (des)mandos e territorialização deste capital agrário. Toda esta área foi assim colonizada não apenas em um sentido espontâneo de repartição de terras e ocupação, mas a partir de uma estratégia que procurou agregar valores que elevariam as terras do arenito à função de terra-mercadoria, não mais apenas pelo valor de uso, mas visando engajar-se em um mercado bastante promissor e já em destaque nas áreas do Norte paranaense, o café.

Dentro deste alinhamento, o que se tem é que a colonização estabelecida no Paraná com a participação da iniciativa privada visou não só a repartição pura e simples das terras devolutas, como também esteve associada a uma atividade econômica emergente, no caso da região Norte configurada pelo avanço da frente cafeeira. As empresas colonizadoras teriam assim, para serem bem sucedidas em seus empreendimentos, que sincronizar a mercantilização da terra com seu uso econômico por parte dos compradores, o que se daria com maior facilidade se antes, ou simultaneamente ao avanço da frente colonizadora, fossem providenciadas as “obrigações sociais” em termos de estradas e caminhos ligando os loteamentos aos núcleos urbanos, de armazéns, sistemas de crédito e comercialização de safras, além de outras obrigações voltadas à segurança e ao bem-estar social dos produtores rurais (SERRA, 1991, p.90).

Através desta afirmação realizada por Serra (1991), fica ainda mais explícita as múltiplas relações engendradas pelo capital no processo de colonização regional, visto que

associada à ocupação e repartição das terras, tendo como destino em primeira instância a cultura cafeeira direcionada ao mercado agrícola, atrelava-se ainda todo um sistema que contava com linhas de financiamentos específicos para a agricultura e outros aparatos que davam base para o exercício da função econômica da terra e o desenvolvimento econômico dos espaços colonizados. Denota-se aqui, que desde a fase inicial, a expansão da fronteira agrícola que avançava nesta região, visava a incorporação de terras aptas ao cultivo do café para atender ao célere mercado que, neste período, encontrava-se a todo vapor, embora apresentasse algumas fases de instabilidade, como já esperado quando se trata do mercado de produtos agrícolas, apresentando momentos de baixa e alta nos valores de comercialização do café. Já é sabido que a regulamentação deste tipo de mercado acontece de acordo com a própria demanda, ou seja, a oferta e procura por este produto, assim, da mesma forma ocorria nas épocas áureas do café no Paraná, sendo que nos momentos em que a saca de café atingia seus mais altos valores o mercado imobiliário das terras agrícolas também sentia o reflexo positivo desta dinâmica, visto que a procura pelas terras para o cultivo do café aumentava consideravelmente.

Este modelo que marca o quadro agrário da região Noroeste do Paraná no período da chamada marcha colonizadora, teve início na década de 1940 e estendeu-se até os anos 1960, quando a expansão da fronteira agrícola se esgotou, carregando consigo uma série de características próprias que o consolidaram. Conforme visto, além da cultura comercial destinada à comercialização, a saber, o café, as culturas de subsistência empenhavam importante papel dentro da propriedade de modo geral, dimensionadas em pequenas e médias áreas, visto que este era o local não apenas de produção, mas também de moradia do agricultor. Aqui a mão de obra se faz presente através da figura familiar, prioritariamente, sendo a força de trabalho composta pelo número de integrantes da família, homens preferencialmente. Assim, quanto maior o número de filhos, mais mão de obra e maior produtividade era prevista para uma lavoura.

O modelo de colonização adotado contemplou as pequenas e as médias propriedades, tendo o agricultor-proprietário morando no campo e explorando diretamente a terra, contando com a participação da mão de obra familiar não remunerada e de alguns empregados fixos, igualmente morando na propriedade. As lavouras de café se constituíam na principal base de sustentação econômica dos lotes rurais, dividindo espaço com as lavouras de subsistência, fundamentais para o sustento do proprietário e seus familiares, de seus trabalhadores e também para a alimentação dos pequenos animais (SERRA, 2015, p.28)

Nesse sentido, as relações estabelecidas entre a terra e o agricultor neste período apresentavam um caráter direto de dependência, ou seja, a terra não era apenas um negócio, mas o meio e o local de sobrevivência do produtor e de sua família. Portanto, pode-se dizer que, a organização do espaço rural àquela época era caracterizada, via de regra, por relações de trabalho não fundamentadas no assalariamento. A reprodução da força de trabalho, representada pelo maior número de filhos, estava diretamente atrelada a maior disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho na lavoura.

Contudo, a partir da década de 1960, este modelo pautado na lavoura cafeeira e no trabalho familiar entra em crise, dando espaço a intensas transformações no campo, que culminariam no conhecido processo da “modernização agrícola”. A crise referida não se restringe apenas à produção da lavoura cafeeira, mas a todo um sistema que incluía em seu bojo as relações de trabalho e disponibilização mão de obra, bem como a manutenção da pequena propriedade, o que acarretará em uma estrutura fundiária tipicamente concentrada e na proletarianização do trabalhador do campo.

2.4 A crise do café e a descapitalização do produtor rural

A década de 1960 marca, para o Paraná, e especialmente para as regiões Norte e Noroeste, um período de intensas transformações em seu espaço geográfico, que abarcam não apenas as relações e os espaços tipicamente rurais, mas se desdobram ainda em uma mudança de perfil socioeconômico e demográfico destas regiões, que passam de áreas de intensa atração à expulsão populacional.

[...] a atração, durante a colonização, pelas possibilidades de acesso à propriedade da terra e pelas condições favoráveis de acesso ao mercado de trabalho, considerando que as lavouras de café, predominantes na região, eram altamente dependentes do fator trabalho; a expulsão, pela concentração fundiária e pelo fechamento de postos de trabalho tendo em vista as principais características do novo modelo – a dependência de maiores áreas para plantio e a menor dependência do fator trabalho (SERRA, 2015, p.26).

Dentro de um contexto bastante dinâmico, tem-se a passagem de uma fase áurea na qual os pequenos e médios produtores, vindos de outras áreas do Estado e do Brasil, encontram a possibilidade de acesso legal à terra em condições favoráveis, tendo a cultura cafeeira como sua base principal de sustentação, quando se empregava a família como força de trabalho, para uma outra fase não tão favorável a estes. Esta nova fase conta com a desarticulação da cultura cafeeira do cenário econômico e denota-se a entrada de um novo modelo agrícola pautado essencialmente na diversificação de produtos agrícolas cultivados e na criação de uma interdependência entre agricultura-indústria, o que acarretará no rearranjo da estrutura fundiária – concentração – e na liberação de grande contingente de mão de obra do campo – proletarização do trabalhador rural.

O elo de conexão estabelecido entre estes dois momentos sobremaneira diversos da agricultura paranaense, que marca a passagem da fase pujante da cafeicultura até as bases da chamada modernização agrícola, foi a crise instaurada no seio da estrutura produtiva da lavoura cafeeira. Esta crise do café, que atingiu diretamente todo o Norte do Paraná, tendo início nos anos de 1960 e se estendendo até meados da década de 1970, com a total erradicação desta cultura, tem seu estopim justamente no período de maior produção das lavouras cafeeiras, quando as safras passam a atingir seus recordes de produtividade. Conforme pondera Serra (2014), os dados do relatório do Instituto Brasileiro do Café (IBC)

[...] indicam que na safra 1962 -63 o Brasil produziu 66,5 milhões de sacas de café, enquanto que o mercado mundial importou 48,6 milhões de sacas no

mesmo período, o que significa um excedente de produção de 17,9 milhões de sacas. [...] O Paraná, na época o maior produtor nacional, com quase um bilhão de árvores em fase produção (dados do IBC falam em 915 milhões de covas), respondeu por 62,2% da safra de 1962-63 (SERRA, 2014, p.2).

Destaca-se, assim, que neste período (década de 1960), o Paraná (mais especificamente, todo o Norte do Estado) respondia pelo maior volume da produção de café no país, como se pode avaliar pelos dados dispostos na Tabela 1 e Gráfico 1 que apontam a produção dos principais estados quanto a essa cultura no país, levando a compreender o porquê desta crise e de suas consequências terem se mostrado mais severas e afetado mais incisivamente este Estado do que outros. Neste sentido, Swain (1988, p. 30) confirma que o Paraná é diretamente afetado, “na medida em que é, na época, o maior produtor de café. [...] Entre 1959 e 1969, a produção do Paraná representa, mais do que 50% da colheita brasileira de café”.

Tabela 1 - Produção brasileira de café, dos principais Estados produtores, em milhões de sacas beneficiadas. 1961/62 – 1969-70

Ano da safra	PARANÁ	S. PAULO	M. GERAIS	ESP. SANTO	OUTROS	TOTAL	PARTICIPAÇÃO PR (%)
1961/62	21,4	11,3	4	1,9	1	39,6	54
1962/63	18	5,2	2,5	2,4	0,8	28,9	62,2
1969/70	12,3	6,1	1,3	0,5	0,4	20,6	59,7

Fonte: SERRA (1991).

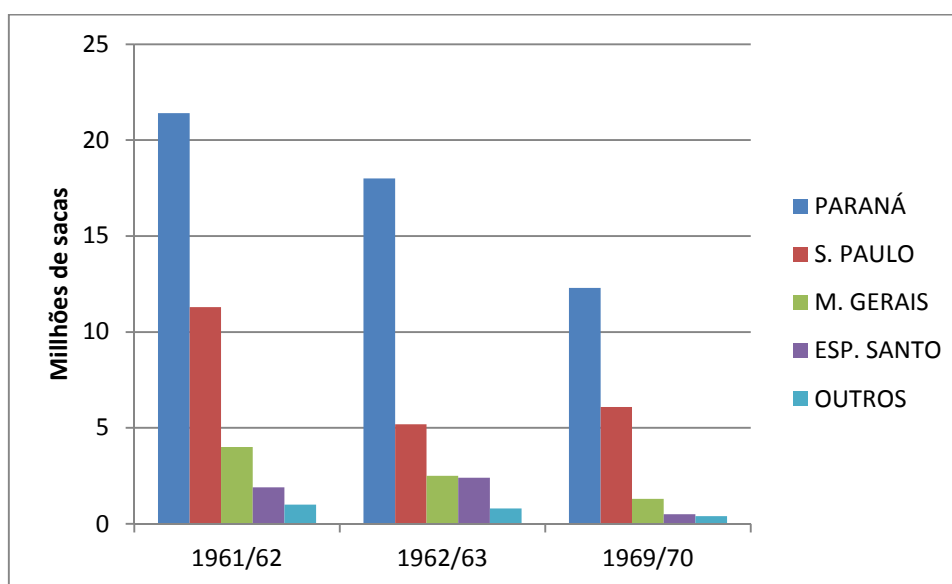


Gráfico 1- Produção brasileira de café, dos principais Estados produtores, em milhões de sacas beneficiadas. 1961/62 – 1969-70

Fonte: Dados Tabela 1

Para além deste fato, é na década de 1960 que as fronteiras agrícolas do Noroeste paranaense se esgotam, não havendo mais terras disponíveis a preços módicos como outrora, visto que nesta fase os empreendimentos imobiliários das empresas colonizadoras já haviam esgotado seu “estoque” de terras disponíveis. Agora as áreas já ocupadas passam a aproveitar ao máximo todo o seu espaço buscando o aumento da produção, e as terras passam então por uma valorização no mercado imobiliário rural.

Assim, aparentemente tudo concorria para uma época favorável para o agricultor e para a cafeicultura paranaense, como em uma perfeita combinação de alto volume de produção e terras valorizadas. No entanto, como já sabido, a balança que regulamenta o mercado de produtos agrícolas é a conhecida lei da “oferta e procura”, sendo essa não apenas a principal responsável pela formação de preços destes produtos nos mercados internos e externos, mas ainda, como neste caso, a que poderá (re)direcionar os rumos da pauta de produção agrícola no Estado.

A oferta constitui todo o produto colocado à disposição de um mercado em um determinado espaço de tempo. Já a demanda é definida por todo o produto consumido neste período. O balanço entre a oferta e a demanda no mercado internacional proporciona, a cada safra, excedentes de produção ou falta do produto, que aumentam ou diminuem os estoques mundiais, respectivamente, a fim de suprir a quantidade demandada. Quando a produção é maior do que o consumo, o excesso é estocado e os preços tendem a cair (VIAN, [2009?]. Não paginado).

O excesso de produção atingido desregula a balança comercial do café (maior produto de exportação nacional à época), gerando uma queda progressiva de preços, o que leva o governo federal, imbuído ainda por outros interesses dentro de uma conjuntura econômica e política que buscava a modernização da economia especialmente no setor agrícola e industrial, a lançar mão de um programa de racionalização e erradicação dos cafezais (Programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira, criado em 1961)⁴.

Nesse contexto segue-se a elaboração e execução do Plano de Erradicação pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), colocado em prática em duas etapas, 1962/64 e 1965/67, e que trazia como metas “a erradicação dos cafeeiros anti-econômicos; a

⁴ Anteriormente a este período, nas décadas de 1930 e 1940, o governo federal já havia tomado medidas para diminuir os vultosos estoques de café existentes nos armazéns do IBC – Instituto Brasileiro do Café. Nesta ocasião, o mecanismo de controle dos preços deste cultivo se deu pela queima e eliminação de parte do estoque armazenado, conforme trata Duque (1976, p. 36), quando ressalta que, “com efeito, de 1931 a 1945, o governo federal retirou do mercado nada menos de 95,5 milhões de sacas, o que corresponde a 5 safras normais. No mesmo período, foram destruídas por queima e outros métodos, mais de 78 milhões de sacas. O grande esforço empreendido se pode avaliar pelo fato de que, em vários anos, a quota de sacrifícios, isto é, o café destinado à destruição, atingiu 40% da safra”.

fixação de preços internos capazes de afastar os cafeicultores, marginais; a diversificação de culturas nas áreas liberadas pelo café” (MORO, 1991, p. 108), além de uma pretensa medida paliativa para os agricultores, a indenização ou pagamento por parte do próprio Governo Federal das lavouras erradicadas.

Na sua primeira fase (1962 a 1966), este programa teve como meta erradicar dois bilhões de cafeeiros, pagando indenização de Cr\$15,00 por pé eliminado, o que equivalia na época cerca de 80% do valor da produção, correspondente à produtividade de seis sacos por mil cafeeiros. O lavrador que se utilizasse deste programa, escolheria a cultura a substituir o café, sem exigências de técnicas agronômicas, caso fossem lavouras temporárias. As lavouras substitutivas eram financiadas com recursos, basicamente do Banco do Brasil (através da CREAM), acrescidas em 10% para o uso de sementes selecionadas, 20% para a execução de práticas de conservação do solo e 20% para o emprego de fertilizantes e defensivos. Os recursos aumentavam em 50%, o valor do financiamento básico concedido pelo Banco do Brasil, que também era responsável pelo recebimento das propostas de erradicação e da verificação do número de cafeeiros a serem eliminados (CARVALHO, 1999, p. 135)

Interessante salientar que este plano de erradicação das lavouras de café traz em seu bojo, articulado diretamente pelos auspícios do grande capital agrário e do mercado agrícola global, o incentivo à diversificação das áreas liberadas para o plantio de culturas ou implementação de atividades mais econômicas em substituição às lavouras cafeeiras eliminadas. Assim, a partir de uma política de crédito agrícola, sustentada em subsídios e financiamentos, o governo busca incentivar e impulsionar diretamente a diversificação de culturas e atividades por meio de exploração indicada para cada região de acordo com os interesses do mesmo. Via de regra, as culturas de maior interesse por parte do Estado, e do mercado agrícola internacional, neste processo empreendido de substituição e diversificação de culturas, eram especialmente as *commodities*, como a soja, algodão, milho, feijão e, ainda, a pecuária (gado de corte), configurada pelas pastagens.

A análise dos dados divulgados no relatório do IBC/GERCA, referente ao ano de 1962 (logo na primeira fase do programa de erradicação e diversificação das lavouras paranaenses), apresentados na Tabela 2 e no Gráfico 2, destacados por Carvalho (1991), sobre as principais culturas substitutivas (da lavoura cafeeira) no Paraná apontam para o predomínio das pastagens ocupando 29,39% da área relativa à erradicação do café e substituição de culturas no Estado. Ou seja, entende-se aqui que a área analisada, de 19.443 hectares, corresponde apenas à área de erradicação da cultura cafeeira no Estado e não a todo o território

paranaense, sendo que as culturas listadas na Tabela 2 foram as que substituíram, nesta área, a lavoura cafeeira com maior ou menor predominância.

Tabela 2 - Culturas Substitutivas, área e porcentagem. Paraná, 1962

Culturas	Área (ha)	% da área ocupada
Pastagem	5.714	29,39
Milho	5.057	26,01
Algodão	3.081	15,58
Feijão	2.057	10,58
Mandioca	726	3,73
Mamona	564	2,9
Cult. anuais *	466	2,4
Arroz	424	2,18
Amendoim	318	1,64
Cana de açúcar	271	1,39
Outras	765	3,93
Total	19.443	100

*A soja está incluída em culturas anuais

Fonte: CARVALHO (1991).

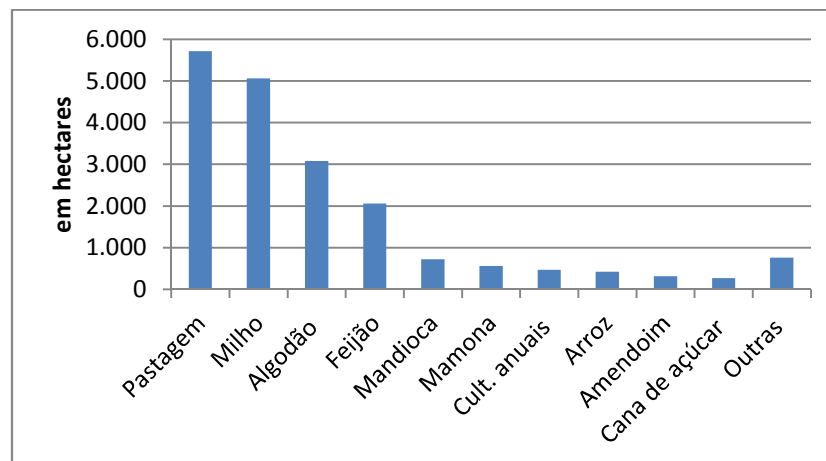


Gráfico 2 - Culturas Substitutivas e área ocupada (ha) nas áreas de substituição das lavouras cafeeiras no Paraná, 1962.

Fonte: Dados Tabela 2

Contudo, os rumos e interesses desta política de diversificação de culturas em substituição às lavouras cafeeiras, notada no espaço agrário de todo o Norte paranaense, já se mostrava como reflexo de um quadro que se estabelecia em nível nacional. Como aponta Kageyama et al (1987), as políticas creditícias disponibilizadas conduziam à concretização de um processo que já vinha mostrando sua face desde a década de 1930 no país, visando “conformar a agricultura às necessidades de acumulação de capital comandada pelo setor

urbano-industrial” (KAGEYAMA et al, 1987, p. 52). Fica assim evidente que os maiores beneficiados por esse mecanismo de apoio financeiro foram, sobretudo, as grandes empresas agrícolas e industriais (agroindústrias), em detrimento do próprio setor agrícola, tendo, como objetivo maior, viabilizar a modernização das forças produtivas.

Seguindo esta mesma linha de análise, compreende-se ainda, que até mesmo as linhas de crédito voltadas diretamente para o agricultor (Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, criado em 1965), destinadas à compra de bens e equipamentos ligados ao setor industrial, beneficiavam, em primeira instância, o próprio setor industrial vinculado à modernização da agricultura. Afinal, somente se tornaria viável este projeto modernizador do campo, com todas as mudanças em sua base técnica de produção, diversificação de culturas de interesse do mercado externo, relações de trabalho e total interdependência do setor urbano-industrial, se o agricultor pudesse então se capitalizar via subsídios e financiamentos adentrando assim ao novo modelo com todo o seu aparato.

No antigo modelo praticado, da cultura cafeeira, que contava com uma parca estrutura técnica, relações de trabalho essencialmente não assalariadas (trabalho familiar) e a fabricação de insumos inserida no próprio estabelecimento, o apelo ao capital e ao setor urbano industrial era muito mais limitado, quando não inexistente, o que comprometeria a lógica da chamada modernização agrícola completamente vinculada aos interesses do mercado agrícola global, bem como do setor agroindustrial nacional (incipiente) e internacional. Kageyama et al (1987, p. 52), referindo-se às escassas políticas de crédito rural disponibilizadas até o início da década de 1950 (período de predomínio das lavouras de café no Norte paranaense), diz que, nessa época, “a necessidade de capital-dinheiro era minimizada pela desmonetização parcial da produção associada às relações de produção atrasadas, ao baixo nível técnico ou ainda devido à produção de muitos insumos no interior da própria unidade produtiva”.

Associado ao intuito de se criar um vínculo – desigual – entre o agricultor e o capital industrial, representado neste momento pela agroindústria, revela-se o interesse do governo em promover a desarticulação de uma lavoura de caráter permanente – o café – como força motriz do setor agrícola nacional. Uma lavoura permanente é considerada, segundo IBGE (2006), como uma área plantada, ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos, e é justamente neste longo período de tempo que reside o problema encontrado para a difusão em larga escala da dependência do capital, visto que este tipo de lavoura não é facilmente descartável caso o seu valor de mercado já não seja mais favorável.

Tornar a agricultura um elo completamente dependente de um mercado agrícola volúvel, que se move de acordo com o compasso dos valores cambiais, exigia, um tipo de lavoura ou atividade que rapidamente se adaptasse a esta inconstância do grande capital, buscando, a cada época, a cultura que mais fosse conveniente ou lucrativa. É nesse ínterim que adentram ao espaço rural paranaense e de outras áreas do país as chamadas lavouras temporárias ou culturas anuais, tais como soja, milho e trigo, visto que as mesmas se caracterizam por serem cultivos de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitam geralmente de novo plantio após cada colheita. Neste caso, torna-se muito mais fácil uma rápida adaptação às exigências e tendências lucrativas apontadas pelo mercado agrícola comandado pelo capital. Vale ainda lembrar que as plantas forrageiras, que servem como base para a formação das pastagens, também se enquadram na categoria de lavouras temporárias, apresentando assim esta atividade – a pastagem voltada à pecuária de corte – semelhantes características no que se refere ao acompanhamento das tendências de mercado.

Aqui, denota-se a relação de completa subordinação e dependência que passa a se instaurar, com o apontamento para a modernização da agricultura, da ponta mais frágil do setor agrícola – o produtor rural – pela forte estrutura engendrada pelo Estado para alinhar, de um lado, o agricultor e, de outro, o setor agroindustrial, todos ciceroneados pelo capital agrário. Essa subordinação “forçada” do agricultor aos moldes deste novo padrão agrícola que estava sendo delineado, pode ser revelada pelo fato de que as linhas de crédito concedidas pelo governo para a diversificação não estavam disponíveis a uma livre escolha por parte do produtor, do cultivo ou atividade que pretendesse desenvolver, mas eram estipuladas certas diretrizes – motivadas por interesses de mercado – imprescindíveis para a concessão deste benefício.

Não se tratava ainda de colocar a disposição dos agricultores um crédito em geral. Tratava-se de, através de um crédito específico – pois vinculado a certo uso ou à observação de certas condições pré-fixadas de acordo com estratégia modernizadora –, interferir na “alocação de fatores” determinada pela lógica microeconômica, tratava-se, enfim, de intervir a favor de uma nova alocação que privilegiasse a utilização dos chamados insumos modernos e articulasse os interesses de certa camada dos produtores rurais aos interesses da indústria em geral e da agroindústria em particular. O instrumento que viabilizava esta articulação e unificava esses interesses potencialmente conflitantes era o crédito subsidiado, tanto rural, como o agroindustrial (KAGEYAMA ET AL, 1987, p. 54).

Neste mesmo sentido, Moro (1991) argumenta que

[...] ficou evidente que a agricultura brasileira, sobretudo durante a década de setenta foi substancialmente subsidiada no seu processo de modernização. Não se deve esquecer que as instruções normativas do BACEN – já apresentadas – vinculam a obtenção de financiamentos subsidiados à modernização da agricultura, pelo menos, até meados de 1983, quando estes subsídios foram retirados (MORO, 1991, p. 123).

É aqui oportuna a afirmação do mesmo autor ao dizer que “a administração do crédito rural pelo governo constitui-se em um poderoso instrumento político que direciona a agricultura segundo seus interesses econômicos” Moro (1991, p.126). Dessa forma, ficava muito nítida a relação estabelecida entre os principais tipos de culturas contempladas pelos programas de financiamento estatal e o interesse direto da política oficial em torno da modernização agrícola, o que induzia diretamente os produtores na escolha da cultura a ser produzida. Esse tipo de situação fica bastante evidente na explanação de Vinha (1985), quando citado por Moro (1991, p. 125), dizendo que

É tão patente a influência do crédito rural na decisão do produtor que, à época do plantio, muitos agricultores ainda não decidiram exatamente o que plantar; ficam no aguardo da divulgação do V.B.C. e do limite de adiantamento de crédito fixado no início de cada ano agrícola para as principais culturas.

Mesmo diante de todas essas articulações realizadas pelo Estado, através de um programa de políticas direcionadas tanto à erradicação dos cafezais bem como ao incentivo à diversificação de culturas e atividades via subsídios e financiamentos, no intuito de desarticular a cultura cafeeira como principal produto da pauta agrícola de exportação nacional, sob os interesses do capital, houve ainda certa resistência por parte de muitos agricultores para a adesão ao novo modelo agrícola. A recusa destes produtores em aderir a este novo padrão, em muito se justificava dadas as exigências, explícitas ou não, que o mesmo carregava em sua essência. Os requisitos para um “empreendimento” de sucesso nas lavouras modernas exigiam, além de grandes extensões de área para o cultivo, todo um aparato tecnológico indispensável (desde maquinários a insumos importados), bastante oneroso. Somado a isso, tem-se o fato de que grande parte dos agricultores que migrou para o Noroeste paranaense possuía de antemão todo o conhecimento e experiência na lavoura cafeeira desde suas terras de origem (especialmente os migrantes paulistas), sendo assim, seria um grande risco embrenhar-se em uma nova atividade tão discrepante daquela que já eram familiarizados. Agora, tudo parecia estar na contramão do pequeno produtor rural

historicamente vinculado à lavoura de café, onde possuía o domínio direto sobre a terra, e de onde retirava a sobrevivência para sua família.

Existia ainda mais um fator que, paralelamente aos programas voltados à erradicação das lavouras de café, concorria para a extinção deste cultivo: as famosas geadas ocorridas entre as décadas de 1950 e 1970 em todo o Norte do Paraná. Embora em toda essa área as geadas não sejam tão frequentes e nem tão intensas, por suas características climáticas, estas décadas são severamente atingidas por este fenômeno climático, sendo a mais devastadora a ocorrida no ano de 1975, marcando o fim do ciclo econômico do café que, não obstante, como analisa Moro (1991), já se encontrava em decadência dada a política de preços desestimulantes do governo, o gradativo esgotamento dos solos (especialmente no Noroeste paranaense) e o alto custo de manutenção das lavouras, visto a necessidade de renovação e recuperação destas já desde o final da década de 1960.

Os dados da Tabela 3 revelam bem esta situação vivida no Paraná à época, comparando junto a outros Estados também produtores de café, os estragos realizados pela chamada “geada negra”, como ficou conhecida a geada de 1975. No Paraná, ao contrário dos outros Estados que, embora também bastante afetados, perderam parte de suas lavouras, a perda foi de 100%, ou seja, das 915 milhões de covas, de acordo com os dados fornecidos pelo IBC, nenhuma sequer restou, conforme destacado por Serra (1986).

Tabela 3- Lavouras atingidas pela geada de 1975 (em milhões de covas)

Estado	Total de Cafeeiros	Cafeeiros atingidos	%
Paraná	915	915	100
São Paulo	800	528	66
Mato Grosso do Sul	54,8	43,8	80
Minas Gerais	292	29,2	10

Fonte: SERRA (1986).

As geadas ocorridas nas décadas de 1950, 1960 e 1970, e a mais severa no ano de 1975, encerram uma fase, na história do Paraná, edificada sob os louros da pujança da cultura cafeeira, dando ensejo a um novo momento caracterizado pela presença cada vez mais marcante e dominadora do capital na agricultura.

Esta nova fase em que adentra o setor agrícola nacional e conseqüentemente o espaço agrário norte paranaense, chamada de modernização agrícola, conforme visto anteriormente, trouxe consigo uma pauta de diversificação de culturas sempre vinculando os interesses maiores do Estado e do capital. Especificamente, no Noroeste do Estado, diferentemente do

que se constata mais tarde nas áreas do Norte Central e Norte Pioneiro, com a entrada das lavouras mecanizadas (binômio soja-trigo), a desarticulação da cultura cafeeira e incentivo à diversificação culmina com a entrada predominante das pastagens destinadas ao gado de corte, como pode ser analisado pelos dados da Tabela 4, revelando que, desde a primeira etapa do Plano de Erradicação e Substituição de cultivos (1962/64), as pastagens já ganhavam espaço significativo no contexto agrário regional, ocupando 45,04% da área total destinada à substituição de culturas após a erradicação do café.

Tabela 4 - Culturas substitutivas, área e porcentagem da área ocupada.
Noroeste do Paraná, 1962 a 1964.

CULTURA	Área (ha)	%
Pastagem	20.577	51,9
Milho	5.164	13,0
Feijão	852	2,1
Algodão	6.791	17,1
Mamona	1.162	2,9
Cana de açúcar	-	-
Mandioca	1.833	4,6
Arroz	740	1,8
Amendoim	664	1,6
Soja	460	1,1
Outras	1.334	3,3
Total	39.577	100

Fonte: Adaptado de CARVALHO (1991).

Das três mesorregiões que compõe o grande Norte paranaense (Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste), a Mesorregião Noroeste foi a que mais rapidamente foi inserida neste processo de erradicação e substituição de culturas, e conforme visto, com o predomínio absoluto das pastagens. Um dos principais fatores que impulsionou os produtores desta região a abrirem mão da tradicional lavoura de café, para além dos já citados aqui como políticas de desestímulo pelo governo e as geadas, consiste nas características geológicas associadas desta área. Os solos originados a partir de uma formação geológica sedimentar arenítica, a Formação Caiuá, apresentam-se mais susceptíveis aos processos erosivos, já bastante familiares na região, sendo que, com o passar do tempo de uso destes solos os mesmos passam a ser degradados, perdendo sua camada de proteção natural (húmus), a qual lhe conferia uma incipiente fertilidade para o cultivo do café.

No ano de 1962, no Estado do Paraná, a maior parte dos cafeeiros erradicados estavam localizados na área descrita na época como a de maior necessidade de erradicações, em função do seu solo de arenito e dos processos erosivos - a de Paranaíba- e nos do Norte Novo. A erradicação ocorreu em menor escala no Norte Velho, onde os cafezais eram mais antigos e tidos como menos produtivos. No início da erradicação de cafeeiros no Estado do Paraná, as áreas ligadas às agências do Banco do Brasil de Cornélio Procópio, Londrina, Porecatu, Rolândia, Nova Esperança e Paranaíba, foram as que mais se destacaram (CARVALHO, 1991, p. 75).

Da mesma forma como a cultura cafeeira levou ao esgotamento dos solos areníticos pela carência de manejo e práticas de conservação, a pastagem adentra o cenário agrícola regional nestes mesmos moldes. As pastagens naturais, ou seja, aquelas áreas que não foram formadas mediante plantio, tendem a desenvolver processos erosivos nestes solos bastante graves devido ao pisoteio do gado que vai formando pequenos sulcos que evoluem até a formação de ravinas e voçorocas. Sobre isto, Muzilli et al (1990, p.7) ressalta, que naquele período “a exploração da terra se deu às custas da fertilidade natural do solo, sem nenhuma preocupação na adoção de práticas conservacionistas, cujas consequências logo foram sentidas”. O uso intensivo da terra sem a utilização de medidas preventivas gerou o depauperamento do solo, causando diversos processos erosivos na região.

É possível considerar que nesta região, as bases da modernização agrícola passam a se solidificar a partir da entrada das pastagens plantadas em seu contexto agrário, ou seja, áreas de pasto constituídas a partir do cultivo de plantas forrageiras que servem de alimento para o gado, entendendo que daí em diante se estabelece o vínculo maior e mais direto com o capital. Nesta fase, a atividade agropecuária que passa a se desenvolver é completamente voltada para o mercado, seguindo assim os padrões de produção e qualidade exigidos pelos grandes abatedouros que compravam esta mercadoria. Não se pode omitir no entanto, que anteriormente à entrada das pastagens plantadas, na época de pujança da cultura cafeeira no Noroeste paranaense, já podia se perceber a entrada, ainda que incipiente, de técnicas e recursos no espaço agrícola como a adubação e o adensamento (menor espaçamento entre as plantas) já apontando para um processo de modernização⁵.

⁵ De acordo com Vasconcelos et al [2002?], o cultivo do cafeeiro no Brasil era tradicionalmente realizado de maneira pouco profissional, sem espaçamentos bem definidos, sem um plano de adubação que visasse não só a safra, mas também o desenvolvimento da lavoura e outros aspectos que deixavam a desejar. Na década de 1970, com o plano de renovação e revigoramento dos cafezais, o panorama da cafeicultura no Brasil modificou-se bastante, com uma proposta de condução das lavouras baseada em respostas de pesquisas. A partir desse período, a cafeicultura experimentou grandes mudanças na condução das lavouras, desde o planejamento, na implantação e na forma de condução.

Aqui, a entrada das pastagens configura-se apenas como o início de uma nova organização do espaço regional assinalada pela intensa relação estabelecida entre agricultura e capital, redundando em uma estrutura fundiária concentrada e marginalização dos pequenos produtores rurais que de imediato não obtiveram tipo algum de assistência em sua nova condição de miserabilidade social, visto terem sido tolhidos de suas funções e habitat típicos do homem do campo.

[...] nada foi pensado para proteger o camponês, o cidadão de mãos calejadas, que moldou com a força física de seu trabalho toda a paisagem regional. Sem eira nem beira, o camponês foi expulso de seu habitat natural. A maior parte vendeu a propriedade e foi tentar a sorte na cidade mais próxima. Teve quem resistiu em vender a propriedade e nela se manteve, mas se curvou diante do assédio dos bancos e acabou financiando trator e até colheitadeira para se aventurar numa forma de cultivo montada para o grande, sem chance para o pequeno. Então se deu mal: vencida a prestação do trator e da colheitadeira e sem condições de pagar a dívida, teve que entregar sua terra ao banco (SERRA, 2014, p. 11).

A concentração da propriedade e da posse da terra, gerada pela expansão da área de pastagens a partir da incorporação de pequenas e médias propriedades daqueles agricultores que não conseguiram se manter frente aos novos padrões estipulados pela agricultura moderna destinada a responder aos interesses do capital urbano industrial, ilustra bem os resultados do processo modernizador no contexto agrário regional. Consiste, assim, em uma via de mão dupla visto que ao mesmo tempo em que leva à concentração da estrutura fundiária (as pastagens modernas precisam de amplas áreas para se tornar uma atividade lucrativa), expulsa o homem do campo (êxodo rural), já que os pequenos agricultores não conseguem se adaptar aos novos padrões de produção agropecuária exigidos pelo mercado cada vez mais exigente e o trabalhador rural por sua vez é repellido, dada a profunda redução do número de empregos e de trabalho no campo (MORO, 1991).

A importância de se ater a este assunto se justifica pelo fato de sua relevância quando se está a investigar a ação do capital no campo como agente transformador do espaço geográfico. Os planos de modernização e substituição de culturas encampados pelo Governo atendendo majoritariamente aos interesses do grande capital, entenda-se ao pacote “Revolução Verde”⁶, vêm, sobretudo, despejar suas mazelas sobre os pequenos produtores

⁶ “Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes” (BRUM, 1987, p.44).

rurais que face a toda esta mudança estrutural socioeconômica, desencadeada a partir da diversificação de culturas, são tidos como os principais afetados em todo esse processo, já que grande parte destes não consegue se realocar nos moldes desta “modernização dolorosa” como tratada por José Graziano da Silva (1982).

As políticas de erradicação da cultura cafeeira associadas ao plano de diversificação econômica das regiões onde predominavam esta cultura precisam ser entendidas como fatores que ocasionaram uma ressignificação, em diversas instâncias, às áreas atingidas pelas mesmas. Merece destaque a colocação de Carvalho (1999), quando lembra que a década de 1960, recorte temporal de ação direta destas políticas e ações

[...] tem sido pouco estudada e a erradicação de cafeeiros raramente tem sido levada em consideração na substituição das lavouras permanentes pelas lavouras temporárias e por pastagens, enquanto mudança que teve os seus efeitos sobre as relações de trabalho na região. (CARVALHO, 1999, p. 135)

Composto este cenário, deve-se aqui salientar que mesmo entendendo o papel de relevância desempenhado pela ação do capital agrário na mudança de rumo de toda a região Norte paranaense (inclua-se aqui a mesorregião Noroeste) no que se refere ao seu contexto social e econômico, não se pode omitir o peso da ação das políticas que revelam a mão do Estado atuando em conjunto com os interesses do mercado tipicamente capitalista.

As grandes transformações técnico-econômicas e sociais na agricultura não resultaram da ação “livre” das forças do mercado. Muito ao contrário, o Estado esteve presente em todas as fases do processo, ora criando ele próprio condições para as transformações (através da política de financiamento e tecnológica, por exemplo), ora “amarrando” diversos elementos em torno de um projeto definido de modernização da agricultura brasileira (KAGEYAMA et al, 1987, p. 52)

É possível visualizar uma nova organização socioespacial surgindo no contexto regional a partir de um jogo de conformações e interesses políticos e econômicos no cenário nacional e essencialmente vinculado à esfera global. O interesse maior, que movia esse jogo, como se sabe, era atrelar a atividade agrícola às bases urbano-industriais, suprindo assim um crescente mercado mundial formado por grandes indústrias agroquímicas/genética (adubos, fertilizantes, pesticidas, sementes e etc.) e de máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras e implementos). Concomitante a isso, tem-se o cenário político nacional aliado às redes bancárias atuando neste contexto através da política de financiamentos para a agricultura (crédito rural). Em meio a essa conjuntura, onde o governo, de acordo com Moro (1991),

implementa uma política de racionalização da agricultura, modernizando-a, em curto prazo, as consequências são percebidas no espaço geográfico nacional e regional a partir do vínculo cada vez mais intenso entre a agricultura e o capital agrário.

3. A QUESTÃO AGRÁRIA: AGRICULTURA E CAPITALISMO

3.1 As lavouras modernas e a submissão ao capital

A organização espacial que passa a ser delineada no Noroeste paranaense, tanto à época de sua colonização a partir da cultura cafeeira como principal forma de uso econômico da terra, como na fase seguinte, conforme visto, quando se abre caminho ao plano de diversificação de culturas, revela em sua essência as bases para o chamado desenvolvimento do capital no campo, sustentado pela agricultura, guardadas as especificidades de cada período. O fato deste desenvolvimento estar atrelado a diferentes fases e ciclos econômicos na agricultura, revela que o mesmo não se dá de forma isolada ou setorial, apenas no campo, mas que cada vez mais o espaço agrário está interligado a uma conjuntura econômica e também social a cada tempo, como esclarece Silva (1979, p. 19):

As transformações capitalistas da agricultura, isto é, o desenvolvimento sob formas específicas do capitalismo no campo acompanha (não necessariamente, no mesmo ritmo) o desenvolvimento do capitalismo no conjunto da economia. A evolução da agricultura de bens de subsistência, desde a expansão cafeeira e as origens da indústria, deve ser estudada, como parte do desenvolvimento do capitalismo no campo [...].

Aqui, o desenvolvimento a que se refere é marcado e caracterizado não simplesmente pelo crescimento da produção agrícola, ora pelo café, ora pela atividade pecuária (maior representante do plano de diversificação na Região), mas fundamentalmente pela dinâmica do capital que, na medida em que avança, vai se apropriando do território. Nestes moldes, tem-se o espaço agrário sendo organizado em função dos interesses do grande capital, acarretando uma série de consequências, dentre elas, a dependência estabelecida entre agricultura e indústria, a concentração de terras e a proletarianização do trabalhador rural. O capital atinge assim as mais diversas esferas (sociais, econômicas e ambientais), em uma tendência progressiva de domínio que se estende não somente às práticas agrícolas e seu conjunto, mas a todos os setores, daí a importância de compreender como se dá este processo. Conforme aponta José de Souza Martins (1986, p. 152),

Quando dizemos que as grandes transformações que ocorrem no mundo rural são devidas à expansão do capitalismo, não estamos mentindo ou falseando a verdade. Entretanto, estaremos simplificando demais a questão se nos limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre o capital e os problemas que vão surgindo. Desde logo, convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é a sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada. A *tendência* do capital é a de tomar

conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e indústria.

Os referidos interesses afetos ao grande capital, no que se refere ao contexto agrário, consistem na completa, ou cada vez mais intensa, dependência e submissão da agricultura e de todo o seu corolário. Assim, cada uma das peças que compõe este cenário se vê gradativamente alijada de sua liberdade para assim fazer parte de um sistema que o domina desde a jusante até a montante. O agricultor, peça fundamental neste quadro, quando não expulso da terra, passa a se subordinar aos mandos deste capital, seguindo assim suas normas e padrões de exigência e produtividade, muitas vezes na tentativa de se manter em sua condição de “homem do campo”. Como bem denota Amin (1977, p. 31), “Não é mais, na realidade, um produtor mercante livre que produz primeiro o que quer e como quer, e depois vende uma parte disso. Está reduzido a uma condição vizinha à do proletário a domicílio”.

Debruçado sobre a análise de diversos estudiosos e postulados sobre esse domínio do modo de produção capitalista na agricultura, tais como Kautsky, Lênin, Marx e Chayanov, Samir Amin (1977, p.31) destaca a “intervenção do capital dominante no próprio processo produtivo da agricultura” como uma das condições que levam a esta submissão da agricultura pelo capital. Neste ponto, o autor remete não ao capital que é diretamente empregado no campo, seja por meio de maquinários ou insumos utilizados na exploração agrícola, mas àquele que se posiciona como verdadeiro avalista dos produtores rurais. Aqui, o capital dominante, através de seus agentes hegemônicos, conduz o produtor, de forma direta ou indireta, a uma padronização dos cultivos produzidos, quer em quantidade ou qualidade destes, para que assim sejam aceitáveis dentro dos padrões ou níveis que exige.

Desde a intensificação do processo de desenvolvimento do capital na agricultura do Noroeste paranaense este tipo de domínio, progressivo, que se estende ao processo produtivo na agricultura, pode ser verificado de forma cada vez mais marcante. As exigências, os custos e, por outro lado, os lucros advindos de níveis maiores de produção da lavoura cafeeira já nas primeiras décadas do século XX foram inclusive fatores que motivaram a marcha colonizadora a adentrar a região Norte paranaense (Norte Pioneiro e Norte Central num primeiro momento, respectivamente) e mais adiante as terras do arenito em busca de novas áreas inexploradas para o aumento de sua produção. Assim, ainda que os solos com textura mais arenosa não apresentassem a mesma fertilidade outrora conhecida nas demais porções do norte paranaense, onde predominam os solos oriundos do basalto, dado o baixo investimento e disponibilidade de recursos técnicos e tecnológicos àquela época, o principal fator que

levaria ao aumento de produtividade do café eram as terras ainda não exploradas da região com um húmus natural ainda incorporado na terra. De acordo com Távora, citado por Serra (2015, p. 27),

A cafeicultura deslocou-se para terras virgens e de alta fertilidade, para fazer face aos aumentos de custos. Isso explica porque novos plantios dirigiram-se preferentemente para o norte-paranaense, onde o rendimento por unidade de área superava em larga medida o das regiões tradicionais, apenas explorando-se o húmus natural.

Entende-se assim que já na fase de predomínio e auge da lavoura cafeeira, a Região Noroeste paranaense passa a experimentar este tipo de desenvolvimento como consequência da intervenção do próprio capital dominante no processo produtivo, que então redirecionou a colonização do eixo São Paulo – Norte Pioneiro – Norte Central para estas áreas. Isso significa que já neste período a agricultura [cafeeira] se encontra vinculada ao capital, mas em um padrão diverso do que irá se perceber mais adiante, com a diversificação de culturas e atividades como principal forma de uso econômico da terra. O café, produto de exportação, base da lavoura tradicional na época, garantia a relação com o mercado e viabilizava ao produtor determinada renda que era então investida ou capitalizada na compra de outras porções de terra, em geral em áreas próximas ao seu estabelecimento. A compra de mais terras, àquela época, consistia na única forma garantida de aumentar a produção da lavoura cafeeira demandada pelo mercado, dada a carência de outros tipos de recurso, tais como o adensamento ou novas variedades de espécies o que se teria acesso décadas mais tarde.

Contando com os escassos recursos técnicos e tecnológicos direcionados para a produção do café, não existia, para o produtor, a necessidade com significativos dispêndios desta ordem. No que se refere aos produtos de consumo interno ao estabelecimento, sabe-se que o agricultor realizava o plantio intercalado de culturas alimentares entre as árvores adultas, recorrendo assim às chamadas “vendas” apenas para algum produto excepcional que o mesmo não produzisse. Além do mais, a mão de obra predominantemente familiar utilizada na lavoura também se constituía em uma forma de poupar maiores gastos com a lida. A partir deste panorama da estrutura organizacional e funcional da propriedade, pautada no trabalho familiar, na agricultura de subsistência e no parco investimento em recursos técnicos, é que se compreende a capitalização deste agricultor, a partir da comercialização da sua produção.

Conforme visto, neste contexto a terra perfazia não apenas a função de meio de produção, mas constituía-se ainda em um fim em si mesma, ou seja, possuía valor de uso, local de vínculo, onde o agricultor e sua família habitavam e de onde extraíam seu sustento. Como a lavoura de café tinha a característica de ser altamente dependente do fator trabalho, quanto maior número de filhos (homens preferencialmente) possuísse a família, mais rentável se tornava a atividade na lavoura; por outro lado, com o aumento da prole e a formação de novas gerações (quando os filhos já em idade adulta formavam sua própria família), a propriedade acabava tornando-se limitada para o sustento e renda de todos os integrantes. A partir desta realidade, tornava-se bastante comum a compra de várias propriedades por um mesmo dono, em geral o patriarca da família, com o intuito de dividir estas áreas entre os filhos. Outro fator bastante corriqueiro consistia na titulação destas terras, via de regra, em nome do mesmo proprietário, mas ainda assim não configurando um tipo formal de concentração de terra, visto que cada área era registrada com um número de matrícula diferente. Além disso, a função da terra, aqui, não era especulativa, como em geral ocorre em um processo de concentração fundiária, mas sim de base de sustentação, vínculo e dependência para com o agricultor e sua família, não esquecendo, contudo de seu caráter capitalista quando se volta à produção para o mercado.

Tendo toda esta realidade como pano de fundo, torna-se compreensível a afirmação de Silva (1979, p. 19), quando este diz que “na medida em que esse capitalismo se desenvolve, a produção agrícola passa a depender da acumulação de capital na própria agricultura”. Quanto mais envolvida e dependente das teias do capital se encontra a atividade agrícola, mais ela precisa acumular ou capitalizar para assim se manter ou aumentar os níveis e padrões de produção exigidos pelo mercado, que, por sua vez, encontra-se submetido ao mesmo padrão, o capital global, todos interligados como que em um circuito. Mais uma vez, compreende-se, conforme Amin (1977, p. 32), que “esta intervenção no processo produtivo indica claramente que o capital não é a soma de capitais individuais; é mais do que isso: é global”.

Passada essa fase da lavoura cafeeira como base de sustentação da economia agrária regional, dada sua crise que se inicia na década de 1960, onde, até então a capitalização gerada pela atividade agrícola era investida prioritariamente na compra de terras, pode-se considerar que houve um período ou uma lacuna marcada pelo desaceleramento no processo de desenvolvimento do capital no campo. Esse hiato no contexto agrário regional, marcado pela desarticulação da economia cafeeira em um cenário de crise de superprodução e desestímulo por parte das políticas creditícias, caracteriza-se, modo geral, pela descapitalização de muitos produtores.

Entretanto, muitos dos pequenos e médios produtores de café que predominavam na região Noroeste se veem sem perspectiva, após a perda total de sua lavoura (que culmina com a geadas de 1975), sem recursos e sem subsídio por parte do Estado para uma possível recuperação dos cafezais. Como alternativa, alguns agricultores passam a incrementar a produção dos gêneros alimentícios cultivados em meio ao cafezal, agora já dizimado, bem como a criação de animais, outrora apenas para a subsistência, com o intuito de sobreviver pela venda destes produtos.

Considerando-se que o ideário do colono era mesmo o café, a inclusão dos produtos de subsistência não se fazia senão de forma intercalada à cultura cafeeira. Entretanto, além de serem destinados à alimentação, à medida que o cafezal “sofria” com as geadas, esses produtos alternativos, juntamente com a criação dos animais, permitiam o sustento da família tanto para o consumo como para a venda do excedente (HARACENKO, 2007, p. 250).

Mas a maior parte dos produtores, agora descapitalizados, não conseguindo se manter economicamente e não tendo outra saída, vendem suas propriedades, e assim tornam-se vulneráveis à incorporação, como trata Serra (2015), por aquela minoria que ainda conseguiu manter um volume financeiro suficiente para comprar terras, agora desvalorizadas no mercado imobiliário, dada a grande oferta. É dessa forma que alguns produtores ou mesmo sujeitos que não possuíam relação direta com as atividades do campo, os empresários rurais, passam a aumentar seu patrimônio financeiro, a partir da compra de terras baratas das mãos de pequenos e médios proprietários agora destituídos de sua condição de homem do campo. Abre-se, desta forma, o caminho para a consolidação de uma elite agrária, formada em grande parte não por agricultores, mas por empresários do agronegócio, agora possuidores de significativas áreas no mercado de terras, contribuindo ainda mais para o aprofundamento das relações subordinadas da agricultura e de seu processo produtivo pelo capital.

A partir da década de 1970, com o plano de substituição de culturas, essa face dominante do capital, intervindo no processo produtivo da agricultura, ganha ainda mais auge. Agora, no lugar dos cafezais tradicionais vão sendo incorporadas as pastagens (naturais e plantadas), a cultura de oleaginosas (soja e milho), mandioca, cana-de-açúcar, café adensado, dentre outras, que trazem em seu bojo não apenas uma substituição de cultivos, mas toda uma mudança conjuntural e estrutural do espaço, na medida em que avançam e se tornam mais subordinadas ao capital.

Essas lavouras modernas estão atreladas ao capital não apenas pelo fato de serem destinadas ao mercado agrícola e não produzirem necessariamente para a subsistência do

produtor, mas a partir de diversas vertentes encontram-se instauradas e subordinadas por este capital e por seus agentes hegemônicos. As culturas de soja e milho, que embora não sejam tão representativas no quadro regional agrário do Noroeste, demonstram bem essa relação, pois além de atenderem as demandas dos mercados nacionais e internacionais, requerem todo um aparato tecnológico que vão desde insumos, semente selecionadas, fertilizantes e pesticidas, até os sofisticados maquinários utilizados para o plantio e colheita, conforme ilustram as Figura 8, 9 e 10. Além disso, a necessidade de extensas áreas para seu cultivo, a viabilização através de contratos de arrendamento (como será visto mais adiante também para as lavouras de cana-de-açúcar e mandioca) e o emprego de mão de obra especializada com um número reduzido de trabalhadores caracteriza o viés de intervenção do capital sobre a mesma.



Figura 8 – Área de arrendamento para lavoura de soja. Município de Terra Rica.

Fonte: TONIOL, F.P.F. 2015



Figura 9 – Maquinário e infraestrutura em área de arrendamento para o plantio de lavouras como soja, milho e mandioca. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. 2015



Figura 10 – Descarte de embalagens de produtos químicos (insumos e inseticidas) utilizados na lavoura de soja ao fundo. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. 2015

A lavoura agora se constitui ao mesmo tempo em um laboratório moderno em uma empresa do campo, onde o produtor ou capitalista é levado à condição de empresário. Sob os auspícios do capital e de seus agentes, a terra passa cada vez mais a ser vista como um empreendimento que, como tal, para atender a demanda do mercado consumidor, precisa aumentar sua produtividade, lançando mão, de forma cada vez mais intensa, das mais variadas tecnologias, como os maquinários e sementes geneticamente melhoradas ou modificadas. Kageyama (1987, p. 1) classifica esse processo em algo irreversível, visto que “a partir do momento em que a agricultura se industrializa, a base técnica não pode regredir mais: se regredir a base técnica, também regride a produção agrícola”.

É importante distinguir, neste momento, como bem esclarece Martins (1986, p.160), que, ainda que a terra seja dominada pelo capital, transformando-a cada vez mais em mercadoria, visto que a mesma “adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada”, não se deve confundir a terra com capital. A terra é um bem natural e que não pode ser produzido, ela consiste em um instrumento de produção e de “trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção”. Já o capital se caracteriza como produto do trabalho assalariado, acumulado pelo capitalista sob a forma de meios de produção (instrumentos, maquinários e outros).

Contudo, ainda que não se caracterize essencialmente como capital, a terra pode ser (e de fato tem sido) apropriada e dominada pelo capital, através do que se entende por renda da terra. A terra se coloca, assim, de acordo com Martins (1986), como um “obstáculo aparente”, que se ergue, através da figura do proprietário, para a ação direta do capital sobre a mesma, e esse “obstáculo” que impede o acesso do capitalista diretamente à terra só poderá ser removido mediante o pagamento pela utilização da terra, ou seja, pela renda da terra.

A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz. Só não poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante. A terra é esse obstáculo. Sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura (MARTINS, 1986, p. 160).

Na realidade, como posteriormente afirma o próprio autor, a propriedade da terra, como um “obstáculo”, constitui-se como parte do jogo do capital (por isso a terminologia utilizada é “obstáculo aparente”), ou seja, é uma contradição própria do modo de produção capitalista. Essa relação não se encontra, portanto, fora do domínio deste sistema, mas é parte do mesmo.

[...] como dizia Marx, a propriedade da terra, na figura do proprietário, ergue-se diante do capital para cobrar um tributo, para cobrar uma renda, sem o que esse capital não poderá expandir-se na agricultura e dominar o trabalho no campo. O proprietário da terra não é uma figura de fora do capitalismo, mas de dentro. A propriedade da terra não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é fundamentalmente uma das contradições do capitalismo, movimento, transformação e possibilidade de transformação (MARTINS, 1986, p.170)

No contexto regional e local, esse tipo de relação entre proprietário e capitalista, mediada pelo capital, que assume a forma de renda terra, caracteriza em grande parte o tipo de relação estabelecida para a exploração capitalista do uso da terra agrícola, guardadas as especificidades que se estabelecem conforme as diferentes lavouras. O arrendamento, como é chamado, constitui-se em uma forma de acesso do capitalista à terra para fazê-la produzir de acordo com as exigências e padrões estabelecidos pelo mercado agrícola. Assim, da mesma forma como esta relação é mediada pelo capital (renda da terra), o mesmo também se entende porteira adentro da propriedade, sobre a forma de produção e trabalho agrícola que se mantem subordinados, seguindo os critérios capitalistas.

A subordinação da propriedade fundiária ao capital ocorre justamente para que ela produza sob o domínio e conforme os pressupostos do capital. A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital. A terra assim apropriada opera como se fosse capital e, para o capitalista, obedece a critérios que ele basicamente leva em conta em relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital. Ainda assim, o fato de que a terra pareça, socialmente, capital não faz dela, efetivamente, capital (MARTINS, 1986, p. 1662).

Modelo bem característico deste processo é representado pelas lavouras de mandioca, bastante representativas no município de Terra Rica, como destacado na Figura 11. A partir de um contrato firmado entre o proprietário da terra e o arrendatário (capitalista), fica estabelecido um valor monetário fixo a ser pago de antemão ao dono da terra, ou seja, para que o produtor arrendatário tenha acesso a esta terra é preciso que antes realize o pagamento da renda da terra, para que assim se remova esse “obstáculo” e o mesmo passe então a usufruir daquele bem. Este é, sem dúvida, um dos padrões mais recorrentes no cenário agrário regional e especialmente local, onde, a partir da realização de entrevistas com produtores, ficou constatado este tipo relação, mediada sempre pelo capital, conforme ilustram as Figuras 12, 13, 14, 15 e 16.



Figura 11 – Terra arrendada para mandioca. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. 2014



Figura 12 – Área de arrendamento para lavoura de mandioca em período de colheita.
Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. 2014



Figura 13 – Maquinários utilizados em período de colheita da lavoura de mandioca. Município de Terra Rica.

Fonte: TONIOL, F.P.F. 2014



Figura 14 – Arrendatário de lavoura de mandioca. Município de Terra Rica.

Fonte: TONIOL, F.P.F. 2014



Figura 15 – *Bag* com a produção da lavoura de mandioca e veículo de transporte de trabalhadores rurais ao fundo. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. 2014



Figura 16– *Bag* com a produção da lavoura de mandioca e trabalhadores rurais volantes ao fundo. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. 2014

A lavoura de mandioca revela este processo, onde, de um lado se coloca a figura do proprietário da terra, e de outro o arrendatário ou produtor, que desenvolverá a atividade agrícola, sendo todas estas relações (proprietário-arrendatário e produtor-atividade agrícola) mediadas e subjugadas pelo capital. O detentor do imóvel rural, ou dono da terra, em geral, pode ser entendido pelo menos a partir de duas perspectivas diferentes.

Num primeiro exemplo, trata-se de um sujeito que não apresenta vínculo direto com a agricultura e que tem a propriedade rural como uma forma segura de investimento em seu patrimônio (muitas vezes recebido por herança familiar), e na maior parte dos casos nem sequer reside no município onde a terra está localizada. A terra comprada ou adquirida, para ele possui valor não pelo que ela é em si, mas pelo que irá lhe proporcionar, ou seja, como afirma Martins (1986, p. 166), “o que ele efetivamente compra é a renda da terra, o direito de se assenhorar de uma parte da mais-valia social”. Assim, de acordo com o mesmo autor, para o proprietário capitalista, ainda que a sua terra não esteja “trabalhando” ou produzindo, mesmo assim ela irá lhe gerar riqueza, visto que, mesmo desta forma ela está sendo “valorizada” no mercado imobiliário na medida em que cresce a necessidade ou demanda de determinados cultivos. Neste mesmo sentido, Paulani (s/d) afirma ser o proprietário a figura essencialmente capitalista, o rentista, ou aquele que recebe a renda da terra independente de seu uso.

Dá-se o nome de renda ao rendimento que deriva da mera propriedade, ou seja, é rentista todo aquele que tem direito a uma parcela do valor socialmente produzido pelo mero fato de ser proprietário. Dono de terra é rentista, porque a renda fundiária que lhe é devida liga-se ao fato de ser proprietário de uma dada porção do globo terrestre (que pode ser explorada capitalistamente) (PAULANI, s/d, p.5).

Uma outra situação que se denota em relação à figura do proprietário de terra, no quadro local e regional, faz menção àqueles proprietários rurais que, por determinada condição ou situação, deixaram de explorar a terra diretamente e passaram essa tarefa para terceiros, os arrendatários. Grande parte desses proprietários, após muitos anos de trabalho na lavoura, não se sentindo mais em condições físicas para o trato com a terra, não encontram outra alternativa para não se desfazer da propriedade a não ser arrendá-la para um produtor capitalista e assim continuar a receber a renda desta terra. Muitos destes agricultores [proprietários], não tiveram êxito na continuidade familiar dos cuidados com a terra, visto que, em grande parte, as novas gerações (filhos e netos) demonstram desinteresse pelas atividades agrícolas preferindo se submeter às atividades tipicamente urbanas. Preferem

arrendar a propriedade para um capitalista a vender a terra, ou seja, caracterizam-se como sujeitos que outrora tiveram vínculo com a agricultura, mas que perderam essa ligação sem, contudo, abrir mão da terra. Aqui caracteriza-se o que se entende por *absenteísmo rural*, ou seja, situação que se configura, neste caso específico, quando o proprietário rural abandona seu vínculo direto com a terra, repassando-o para o arrendatário e se mantendo em função da renda da terra.

Nesse sentido, este sujeito do capital [dono da terra], enquadrando-se em um ou outro exemplo, encontra-se sempre em vantagem em relação ao funcionamento desse sistema capitalista de produção no campo, visto que “a terra abre para o capitalista que nela emprega o seu dinheiro possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que lhe são abertas pelo seu capital” (MARTINS, 1986, p. 166). Para ele, o risco de fracasso ou perda financeira em relação a negócios firmados através de contratos de arrendamentos é praticamente nulo, visto que o mesmo não constitui vínculo algum com a lavoura e recebe o pagamento pelo uso da terra antes mesmo que o produtor adentre à propriedade para desenvolver sua lavoura e o processo de produção. Assim, o proprietário não está sujeito aos riscos e prejuízos que possam porventura ser ocasionados por intempéries climáticas ou desvalorizações daquela determinada cultura no mercado agrícola, ele possui o controle formal da terra, mas está afastado da real condição de agricultor e de suas agruras.

Já o arrendatário (produtor), embora não possua o título de propriedade da terra, senão um contrato que o autoriza a utilizá-la por um período de tempo determinado (dois anos, em geral), é o sujeito que desenvolverá um vínculo direto com a lavoura e os trabalhadores rurais empregados nas várias etapas da produção agrícola. Quando esse produtor capitalista (aqui, a figura do arrendatário) converte parte de seu capital em renda, pagando pela utilização da terra, ele “está imobilizando improdutivamente essa parte do capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura”, segundo afirma Martins (1986, p. 161). “É preciso saber distinguir a propriedade real, o controle, daquela formal”, do mesmo modo que frisa Amin (1977, p. 32), quando se reporta aos diversos tipos de relações de subordinação e domínio instaurados pelo modo de produção capitalista na agricultura. O arrendatário, ainda que não possua a propriedade e o controle formal sobre a terra, é a aquele que exerce o controle real sobre a mesma, sempre, contudo, sujeito à natureza dominadora do capital.

Essa sujeição ao capital, que é aquele que media as relações do uso capitalista do solo na agricultura moderna, se estende desde a abertura das portas da propriedade rural até o último estágio deste processo na lavoura, que consiste no escoamento da produção para a

agroindústria. Num primeiro momento ele (o capital) é o que media, através de sua conversão em renda da terra (pagamento prévio ou posterior para a utilização da terra agrícola), o direito de utilização da propriedade rural, mas como lembra Martins (1986, p. 162), “essa imobilização é improdutiva porque ela sozinha não é suficiente para promover a extração de riqueza da terra, para efetivar a produção agrícola”. A partir daí, tem-se o seu domínio sendo instaurado no próprio processo produtivo agrícola, já que o capitalista precisará se utilizar de um conjunto de equipamentos, maquinários, insumos, pesticidas e instrumentos de trabalho, além, é claro, da exploração da força de trabalho, que gerará para ele a extração da mais-valia, lucro ou riqueza a mais que o capitalista retém.

Com uma representação ainda mais significativa (especialmente em termos de área plantada) e presente na região como um todo e especialmente na área de estudo (município de Terra Rica), tem-se a cultura da cana-de-açúcar como um dos mais fortes símbolos da intervenção e submissão capitalista no campo. Aqui, assim como na cultura da mandioca, todas as relações são intermediadas e de interesse do capital, contudo, as mesmas se mostram com uma dinâmica diferenciada no que tange às figuras que o representam. Em primeiro lugar porque está diretamente ligada ao capital industrial, tornando assim a lavoura não apenas um experimento moderno, contando com maquinários de ponta para colheita e reduzida mão de obra assalariada e temporária (trabalhadores volantes), mas tornando-a um verdadeiro setor ou braço da (agro)indústria, representada pela usina sucroalcooleira. Para Kageyama (1987), esse vínculo

[...] envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo da produção semelhante a uma indústria, como uma “fábrica” que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção. [...] A agricultura industrializada [...], está conectada com outros ramos da produção; para produzir ela depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias; e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação (KAGEYAMA, 1987, p. 1).

A produção da lavoura de cana, como se sabe, não gera o produto final ou bem de consumo final conforme frisa a autora, mas segue diretamente para a usina para ser transformada em álcool e/ou açúcar. A matéria prima pode assim ser destinada à produção de álcool ou açúcar, produtos que, em geral, são comercializados por preços compatíveis entre si e proporcionam uma taxa de retorno final bastante semelhante. Contudo, como esclarece Bressan Filho (2002), as usinas sucroalcooleiras, de modo geral, apresentam significativa flexibilidade na utilização desta matéria prima, modulando o volume de produção de açúcar e

álcool em cada ano-safra de acordo com os indicadores de mercado. Esse caráter flexível em direcionar a transformação da matéria prima no produto mais lucrativo para o momento dentro do mercado agrícola nacional/internacional consolida a usina em seu papel ativo dentro do desenvolvimento do capital no campo.

No município de Terra Rica, conforme anteriormente abordado nesta pesquisa, tem-se a instalação da Usina Santa Terezinha (Figura 17), usina sucroalcooleira, a partir do ano de 2004 (apresentando produção apenas a partir do ano de 2007), é uma empresa de capital fechado, fundada na década de 1960, no distrito de Iguatemi, município de Maringá, Mesorregião Norte Central do Paraná, e que a partir da década de 1980 passa a instalar unidades em outros municípios paranaenses. A presença da usina no espaço municipal representa um forte elo da agroindústria vinculada diretamente ao processo produtivo no campo, visto que, ao contrário de outros cultivos (conforme visto no caso da mandioca), a lavoura da cana-de-açúcar consiste em um investimento direto da própria empresa sucroalcooleira, perfazendo esta as vezes do próprio arrendatário. Neste caso, a lavoura fica ainda mais fortemente caracterizada como uma extensão da indústria, pois está de todas as formas ligada a esta, quer na etapa da produção (quando a mesma assume o papel de arrendatária da terra), quer na fase da colheita e entrega da produção que se estende à própria agroindústria canavieira.

Aqui, a própria agroindústria (usina) é quem estabelece o vínculo, através de contrato firmado de arrendamento, com o dono da terra, agregando para si, portanto o papel do produtor arrendatário neste processo. Este tipo de relação estabelecida diretamente entre a usina (empresa capitalista) e o proprietário da terra, mediada pelo capital sob a forma de renda da terra, como já visto, mostra-se vantajoso para a agroindústria sucroalcooleira, visto que desta forma a mesma não precisa necessariamente comprar as terras onde vai produzir. Esse fato revela, de acordo com Martins (1986), que nem sempre se faz necessário concentrar a propriedade da terra para que o capital se apodere da agricultura, ou para que se caracterize o aprofundamento do domínio do capital no campo, como neste caso. Assim, quando a usina arrenda diversas parcelas de terra, de proprietários diversos, para um mesmo uso (muitas vezes inclusive aparentando um aspecto contíguo da lavoura, como se todas as parcelas formassem uma única e grande propriedade), como no caso da lavoura moderna de cana-de-açúcar (Figuras 18 e 19), depara-se com um processo que pode ser designado, conforme Martins (1986), como concentração do capital e não necessariamente um processo de concentração da propriedade da terra.



Figura 17 – Vista aérea do complexo agroindustrial da Usina Santa Terezinha. Município de Terra Rica.

Fonte: Usacucar (2015)



Figura 18 – Área de arrendamento da Usina Santa Terezinha para lavoura de cana-de-açúcar. Município de Terra Rica.

Fonte: TONIOL, F.P.F. 2014



Figura 19 – Propriedade rural anteriormente ocupada pela atividade agropecuária (indicada pelo imponente portal) agora arrendada para lavoura de cana-de-açúcar. Município de Terra Rica.

Fonte: TONIOL, F.P.F. 2014

O processo de concentração do capital, expresso através dos vários arrendamentos firmados entre a usina sucroalcooleira e os donos das diversas parcelas de terras, mostra-se mais vantajoso para a referida empresa, visto que, se a mesma, ao invés de lançar mão de contratos de arrendamento se apropriasse formalmente, comprando as terras para desenvolver sua lavoura de cana-de-açúcar, precisaria necessariamente subtrair capital de seu processo de produção, immobilizando ou prendendo seu capital à terra. Assim, a menos que disponha de grande volume de capital para acompanhar como capitalista essa capacidade concentrada, estará meramente se convertendo de capitalista em proprietário de terra.

Mediante o simples pagamento de uma renda, sem necessidade de comprar a terra, o capitalista pode concentrar a exploração capitalista no campo, simplesmente alugando parcelas de terras de diferentes proprietários, grandes ou pequenos. Creio que, com isso, podemos entender que a concentração da propriedade da terra não é necessariamente um processo igual ao processo de concentração do capital. (MARTINS, 1986, p. 168).

Em todas as situações analisadas, dos diversos cultivos comerciais que predominam na paisagem rural da área de estudo, fica bastante evidente que por todos os lados a atividade agrícola se encontra entrelaçada ao jogo de interesses do capital, quer a sua montante

(podendo ser representada pela compra de equipamentos, sementes e adubos, via de regra, de grandes empresas multinacionais), quer à sua jusante (desde a colheita por maquinários, até a entrega da produção para a agroindústria), além do processo de apropriação ou domínio da terra pelo capital. Como esclarece Amin (1977, p. 31), todo este complexo industrial e comercial faz neste cenário, as vezes de um verdadeiro avalista dos produtores rurais, pois “impõe ao produtor agrícola um programa de trabalho preciso, através da padronização dos produtos, extensão da transformação industrial, concentração das redes de coleta e comercialização”. O aprofundamento das relações capitalistas no campo se revela, ademais, pelos diversos aspectos em comum notados quando tratadas as culturas comerciais sob a ótica de seu processo produtivo, relações de trabalho, renda da terra, vínculo com a agroindústria, dentre outros, conforme visto.

Essas culturas comerciais, as chamadas *commodities*, que carregam junto a si todos estes traços ou marcas de um processo modernizador da agricultura subordinada pelo capital, tiveram um crescimento bastante significativo no cenário agrário do Noroeste Paranaense e no município de Terra Rica a partir da década de 1970. Historicamente, a cultura cafeeira predominante até meados da década de 1970 em todo o contexto regional, foi sendo substituída, dentro de um quadro de conformações políticas e econômicas - já tratado nesta pesquisa - pelas chamadas culturas modernas, que, juntamente com a pastagem, marcam esta passagem para um novo modelo agrícola e agrário.

A Tabela 5 e os Gráficos 3 e 4 mostram os dados referentes à evolução da área plantada de algumas destas *commodities* (cana-de-açúcar, milho e soja) entre as décadas de 1970 e 2000, para que se tenha dimensão da incorporação destas novas culturas tanto no espaço regional (Noroeste do Paraná) como na esfera local do município de Terra Rica. Esta análise contempla os dados disponibilizados pelo IBGE, nos respectivos censos agropecuários, que tem sua última edição no ano de 2006.

A partir da análise dos dados da Tabela 5 fica bastante evidente a evolução e o crescimento da área plantada destas culturas comerciais como um todo, tanto no quadro regional como local. No entanto, ao atentar para os Gráficos 3 e 4, que trazem, respectivamente, a evolução da área plantada por cultura para a mesorregião Noroeste e Terra Rica, é possível visualizar uma conjuntura diferenciada para cada um desses espaços. Enquanto no contexto regional, a soja e o milho passam a ser duas culturas comerciais de grande peso em termos de área plantada, sendo esses dois cultivos estritamente ligados a um tipo de agricultura moderna voltada para o mercado nacional e global, na esfera local, do município de Terra Rica, elas não apresentam significativa importância em termos de área

plantada. Já a cultura da cana-de-açúcar, que ganha cada vez mais espaço em todo o país, apresenta significativo crescimento para a região e proporcionalmente ainda mais para o município de Terra Rica, da mesma forma, contudo em menor proporção, tem-se a cultura da mandioca. A realidade que pode ser analisada por esses resultados remete à ideia de que, ainda que, o capital dominante se instaure no território de forma a submeter aos seus mandos o processo produtivo agrícola, é inevitável que cada espaço revele, ao longo do tempo, a sua vocação própria, ainda que sempre atrelada a este jugo estabelecido pelo capital e seus agentes hegemônicos.

Tabela 5- Evolução da área plantada (em hectares) das principais culturas comerciais para a região Noroeste do Paraná e Município de Terra Rica 1970-2006.

	1970		1975		1980		1985		1995*		2006	
	REGIÃO NOROESTE	TERRA RICA	REGIÃO NOROESTE	TERRA RICA	REGIÃO NOROESTE	TERRA RICA	REGIÃO NOROESTE	TERRA RICA	REGIÃO NOROESTE	REGIÃO NOROESTE	TERRA RICA	
CANA-DE-AÇUCAR	468	-	367	9	2.136	26	25.237	145	72.939	112.871	7.130	
MANDIOCA	6.058	39	5.773	37	5.942	95	20.498	365	36.244	47.000	954	
MILHO	143.393	1.793	103.351	1.674	76.155	972	79.267	1.135	61.279	80.640	357	
SOJA	43.144	8	71.161	39	41.160	1	38.386	-	25.799	161.465	87	

Fonte: IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006)

* O Censo Agropecuário IBGE 1995/1996, não traz os dados referentes à área plantada destas culturas por municípios.

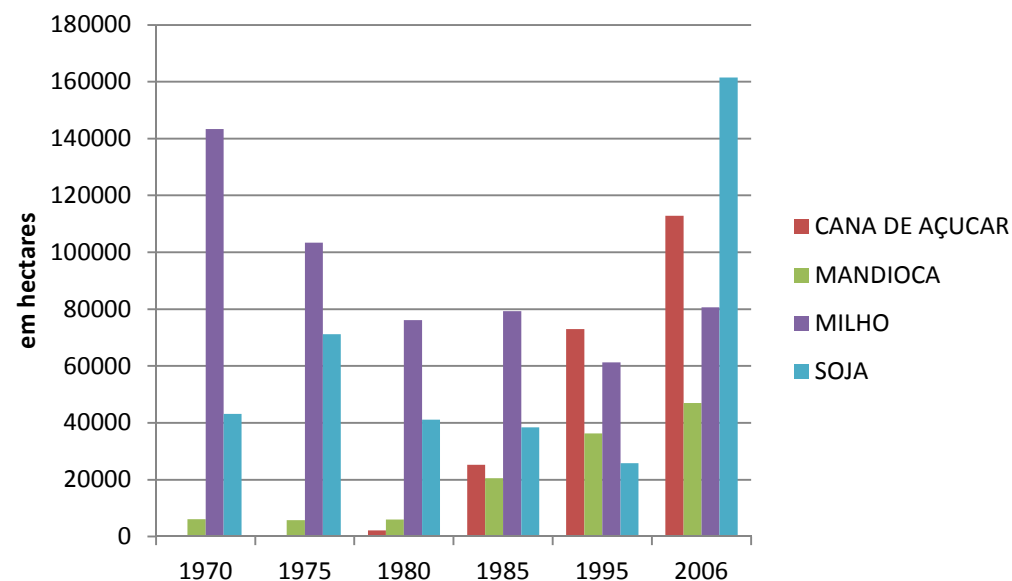


Gráfico 3- Evolução da área plantada (em hectares) das principais culturas comerciais para a região Noroeste do Paraná 1970-2006.

Fonte: IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006)

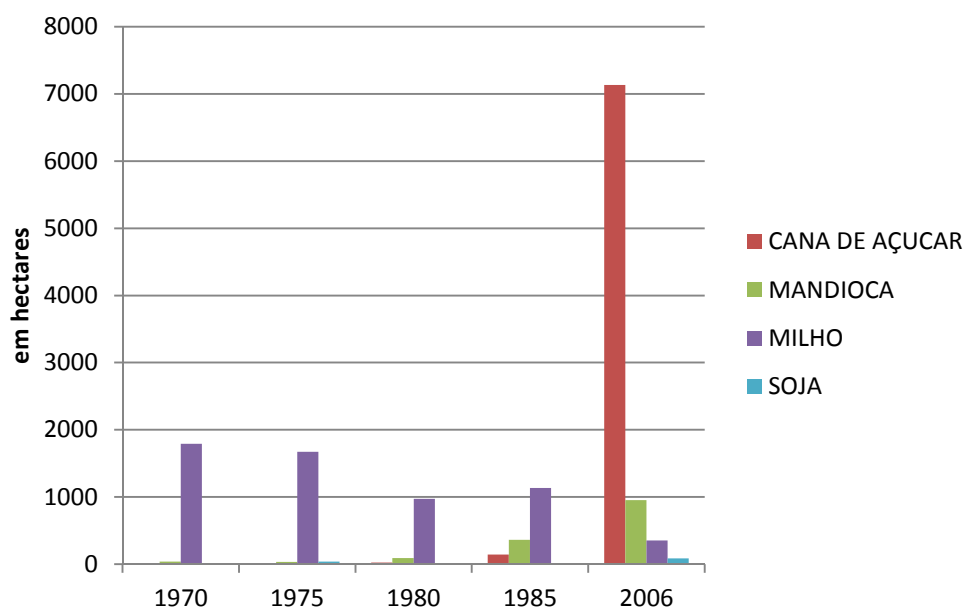


Gráfico 4- Evolução da área plantada (em hectares) das principais culturas comerciais para o município de Terra Rica.

Fonte: IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 2006).

Realizando neste ponto, uma análise conjuntural e assimilando esta realidade constatada mediante a análise dos dados levantados à ótica da conceituação de espaço geográfico tratada por Milton Santos (2004), entende-se que a diferenciação percebida entre os dois espaços analisados (regional e local) pode ser compreendida pelas diferentes formas como os mesmos respondem às ações do capital global dominante. Segundo o autor, ainda que a ordem global busque impor, a todos os lugares, uma racionalidade única, “os lugares respondem ao Mundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (SANTOS, 2006, p. 338). Além do mais, o crescimento da área plantada de cana-de-açúcar associado ao amplo desenvolvimento verificado no município de Terra Rica, destacando-se no contexto regional, visivelmente atribuído à instalação do complexo sucroalcooleiro, leia-se Usina Santa Terezinha, no ano de 2004, pode ser melhor compreendido quando se entende que as condições oferecidas neste espaço responderam de forma positiva a esta oportunidade.

O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidade*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. Esse dado é, hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos (SANTOS, 2004, p. 337).

Isso significa dizer que a instalação da usina neste local não se fez de forma aleatória ou casual, mas seguindo sempre uma lógica que favorecesse o seu melhor desempenho e crescimento, a começar pela área de terras potencialmente disponíveis para o plantio da cana-de-açúcar, produção que supre o seu parque industrial. Conforme visto anteriormente, a usina de álcool e açúcar, diferentemente de outros ramos dentro do rol das agroindústrias, produz diretamente o seu produto, via arrendamento de terras preferencialmente próximas à usina, respeitando assim uma distância máxima entre lavoura-usina de modo a não encarecer ou inviabilizar o processo logístico.

Neste caso, as pastagens, bastante presentes no espaço regional e principalmente local, representam estas áreas potencialmente disponíveis para a entrada da cultura da cana-de-açúcar - base que sustenta a usina sucroalcooleira. As pastagens oferecem pouco empecilho para a conversão em área de lavoura temporária como a cana-de-açúcar, dada a forma de sua utilização, com pouca ou nenhuma benfeitoria, o que a torna uma área de interesse para os agentes do capital, neste caso a própria usina. Assim, ao se analisar a Tabela 6 e os Gráficos 5 e 6, que trazem os dados referentes à evolução da área de pastagens (naturais e plantadas), no período de 1970 a 2006, tanto para a região Noroeste como para o município de Terra Rica, respectivamente, nota-se uma significativa queda na área das pastagens em ambos os espaços entre o período de 1995 a 2006. Se referindo à análise da esfera local (Terra Rica), entende-se que os dados sinalizam a realidade induzida após a instalação da Usina Santa Terezinha no município, a diminuição da área de pastagem que passa a ser convertida em área de lavouras temporárias, mais especificamente de cana-de-açúcar - tendência esta que se segue também com outras culturas temporárias como a mandioca e a soja em lugar do pasto.

As Figuras 20 e 21 revelam esse quadro de transformação do uso da terra pelo capital, onde outrora se via pasto agora podem ser vistas extensas plantações de mandioca, cana-de-açúcar e soja. A estrutura até então utilizada para o trato com o gado permanece, contudo, a atividade que se estabelece sobre a terra já foi substituída para melhor se amoldar aos interesses do capital, tornando-se um negócio mais rentável e lucrativo para o dono da terra que por vezes não tem interesse e nem sequer experiência com o trato agrícola.

Tabela 6- Evolução da área de pastagem (em hectares) para a região Noroeste do Paraná e Município de Terra Rica.

	1970	1975	1980	1985	1995/1996	2006
REGIÃO NOROESTE	999.537	1.430.317	1.582.322	1.594.475	1.663.750	1.229.159
TERRA RICA	37.019	45.979	47.982	49.685	51.115	45.319

Fonte: IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006).

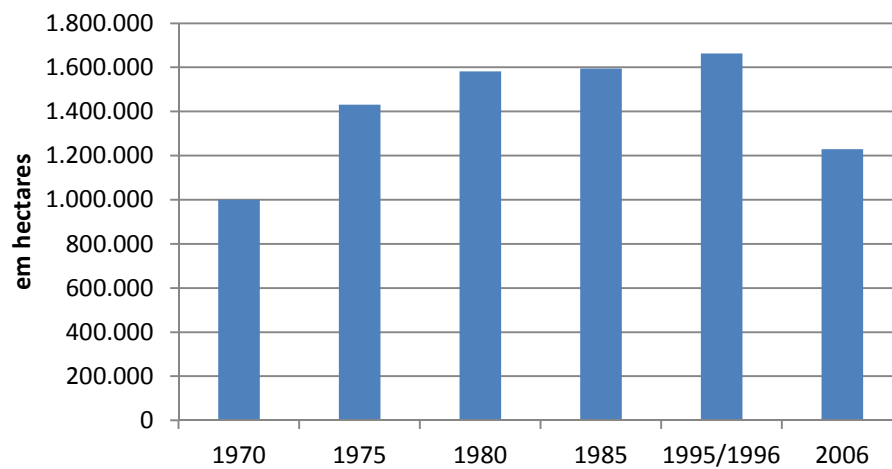


Gráfico 5- Evolução da área de pastagem (em hectares) para a região Noroeste do Paraná.
Fonte: IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006).

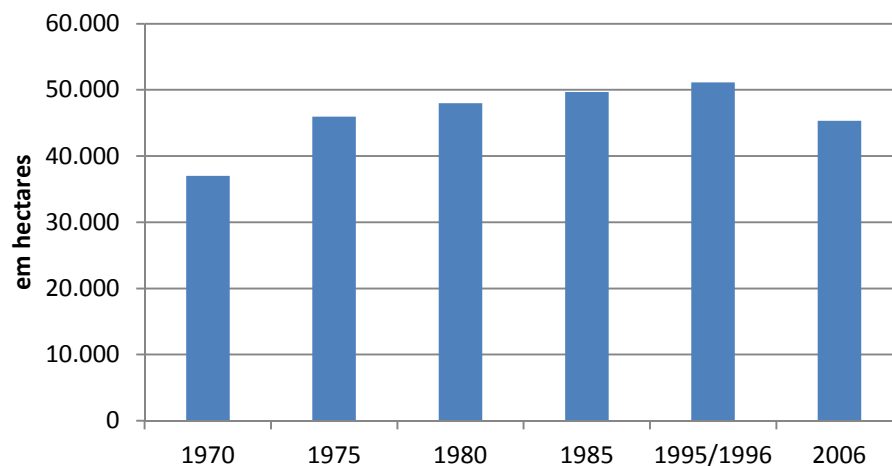


Gráfico 6- Evolução da área de pastagem (em hectares) para o município de Terra Rica.
Fonte: IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006).



Figura 20 – Lavoura de arrendamento para mandioca, com cocho para alimentação de gado ao fundo (destaque). Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. 2015



Figura 21 – Área de arrendamento para soja, com estrutura para manejo de gado ao fundo (destaque). Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. 2015

Assim, essas marcas que aparecem na paisagem se fazem como testemunhos das transformações ocorridas ao longo do tempo pela ação do capital, constituindo-se em objetos herdados de períodos anteriores, pouco distantes, possuindo hoje um papel mais simbólico do que funcional. Ademais, é possível perceber outras marcas características que revelam as ações e transformações condicionadas pelo capital e seus agentes, muitas dessas não formalmente identificadas, como é o caso da concentração de terras, que se dissimula através da concentração de capital, via arrendamento de terras.

3.2 - Estrutura fundiária: concentração de terras e concentração de capitais

É bastante evidente que a apropriação capitalista da terra, uma das marcas essenciais do modo capitalista de produção, relega à esta a função de mercadoria e não mais ao seu valor de uso, como esclarece Amin (1977, p. 16), quando afirma que a mercadoria é a primeira chave do sistema capitalista, quando se torna veículo do valor de troca, ocultando assim o valor de uso. Ainda assim, conforme visto, a terra não pode ser entendida como capital, visto ser um bem natural, finito, que não pode ser produzido, e tampouco “ser analisada em suas consequências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual àquele representado pelos outros meios de produção”, de acordo com Martins (1986, p.160).

Nesse sentido, entende o autor, que, ainda que a terra não se configure como capital pode ser dominada e apropriada por este para que assim cumpra a sua finalidade dentro deste sistema de produzir de acordo com os seus moldes e produzir renda.

A subordinação da propriedade fundiária ao capital ocorre justamente para que ela produza sob o domínio e conforme os pressupostos do capital. A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital. A terra assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital e, para o capitalista, obedece a critérios que ele basicamente leva em conta em relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital. Ainda assim, o fato de que a terra pareça, socialmente, capital não faz dela, efetivamente, capital. De fato, o que ela produz, do ponto de vista capitalista, é diferente do que produz o capital. Assim, como este produz *lucro* (isto é, a parcela da mais-valia, de riqueza a mais, que o capitalista retém), e o trabalho produz *salário*, a terra produz *renda* (MARTINS, 1986, p. 162).

A concentração da propriedade do solo é então compreendida como uma tendência (não exclusiva) deste desenvolvimento do capitalismo no campo. A mesma pode assim ser entendida como um resultado do domínio do capital sobre a agricultura, já que nos novos padrões modernos, que permeiam as lavouras e suas relações intrínsecas, quanto maior a área disponível para a produção mais rentável e lucrativa se torna esta lavoura. Além disso, tem-se aqui acrescido o fator especulativo, ou seja, a terra passa a ser vista como mercadoria, reserva de valor, um verdadeiro banco capitalista a céu aberto, onde os grandes empresários urbanos e rurais depositam seus investimentos.

A incipiente marca da concentração fundiária que passa a ser delineada já no momento de desarticulação da economia cafeeira, e que mais tarde tende a se consolidar, pode ser considerada um dos traços de uma nova fase, resultante do aprofundamento da relação entre

agricultura e capital, que passa a ser instaurada em toda a região. Contudo, assim como se consubstancia a substituição dos principais cultivos na pauta agrícola (sai o café e entram as culturas modernas), acompanhados de seu corolário moderno, a concentração fundiária também se apresenta intensificada em seus novos moldes, sendo agora ocultada através da mediação do capital, na forma de renda da terra.

Para melhor compreender como se estabelece esta nova configuração no que diz respeito à concentração de terras e como se apresenta a estrutura agrária regional e da área de estudo sob o comando do capital, é preciso, antes, elucidar os agentes e sujeitos do capital que se posicionam como propulsores deste novo padrão concentrador. Para tanto, é importante estabelecer que a partir da entrada das novas culturas, ou chamadas, *commodities*, e todo o conjunto que as cercam, é que se acentua este tipo de concentração de capital, que acaba por ser um padrão indireto, mas não igual, ao de concentração de propriedade de terras.

O processo de concentração da terra sob o modo capitalista de produção difere do processo de concentração do capital. Difere porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra. [...] A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. [...] Portanto, a concentração da terra não é igual à concentração do capital; ao contrário, revela a irracionalidade do método que retira capital do processo produtivo, imobilizando-o sob a forma de propriedade capitalista da terra. Já a concentração do capital é aumento de poder de exploração, é aumento da capacidade produtiva do trabalhador; é aumento, portanto, da capacidade de extração do trabalho não-pago, da mais-valia. Assim, a concentração da terra aumenta o poder de extração da fração da mais-valia social sem participar do processo produtivo, apenas por haver proprietários privados da terra. A renda capitalista da terra pode ser obtida através do aluguel, do arrendamento (que são evidências de que ela existe) ou de uma só vez, pela venda da terra. É por isso que o proprietário de terra é um personagem de dentro do capitalismo. Ao se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de valor, ou seja, com o objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra. É o que fazem os grandes capitalistas que se converteram em colonizadores, vendedores da mercadoria terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

Contudo, como deixa claro o autor, não se pode afirmar que desde o período de colonização regional, ainda que com menor intensidade, este processo não ocorria, visto que no momento em que o capitalista, grande proprietário de terras (indivíduo ou companhias privadas), dividia sua propriedade em diversas pequenas parcelas (relação de divisão também

mediada pelo capital), este estava, da mesma forma, apropriando-se da renda da terra que adquiriu (via grilagem ou legítima). Fica ainda estabelecida, segundo Oliveira (2007), a relação entre a concentração de terras e a concentração de capitais, quando afirma que o aumento da primeira condiciona o aumento do poder de extração da fração de mais-valia, ou seja, a concentração de capitais, considerando-as, portanto, proporcionais.

Conforme visto anteriormente, na área de estudo, as culturas que mais expressivamente representam o cenário agrícola, a saber, a cana-de-açúcar e mandioca, estão condicionadas a um tipo de exploração tipicamente capitalista - o arrendamento de terras. Esse sistema, caracterizado basicamente pelo pagamento da renda da terra ao proprietário por um capitalista, seja a figura de um produtor ou da própria agroindústria, abre caminho para a exploração capitalista da terra e ao mesmo tempo insere as bases para a concentração da propriedade do solo pelos agentes hegemônicos do capital.

O quadro agrário que se constitui tanto na esfera local como regional, após a desarticulação da economia cafeeira como base econômica, tendo então a entrada da pastagem como atividade principal, já abre, desde meados da década de 1970, espaço para o aprofundamento do processo de concentração fundiária e de capital. Seja para o real aproveitamento econômico da terra ou para fim especulativo, sabe-se que, por muitas décadas, e ainda hoje, a atividade agropecuária representa um forte símbolo desta concentração. No primeiro caso, a concentração se faz frente à necessidade de extensas áreas para que se obtenha êxito neste ramo (Figura 22), no segundo, conforme visto, a terra se transforma em um investimento e, ainda que abandonada (do ponto de vista natural) ou degradada, continua a se valorizar no mercado imobiliário (Figura 23).



Figura 22 – Área de pastagem plantada efetivamente ocupada pela atividade pecuária, no Município de Terra Rica.

Fonte: TONIOL, F.P.F. (2014)



Figura 23 – Área de pastagem sem a presença da atividade pecuária, no Município de Terra Rica.

Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)

É fato, também, que esta atividade se vincula ao capital sob a forma de renda da terra, que muitas vezes permite ao produtor capitalista (produtor ou arrendatário) desenvolver, a partir desta, também outras atividades secundárias ou subsequentes. Neste caso, o capitalista tem como principal fonte de renda a atividade pecuária praticada em terras próprias ou arrendadas, e com o volume financeiro que então consegue alcançar passa a desenvolver outra atividade, secundária, podendo esta ser na área urbana ou rural. Outro exemplo se constitui quando a atividade pecuária torna-se uma atividade agregada, que surge a partir do lucro obtido em outra atividade (principal), que pode ser também rural ou urbana.

Este exemplo pode ser ilustrado a partir do caso de uma granja, situada na zona rural do município de Terra Rica, onde, através de entrevista realizada em campo, ficou constatado o vínculo dos proprietários com a atividade pecuária através de arrendamento de terra. Aqui, o empreendimento localizado na zona rural, granja (galinhas poedeiras), constitui-se como a principal fonte de renda, e a agropecuária, sob a forma de arrendamento em outras áreas do município, consiste em uma forma de investir esse lucro em uma atividade que por sua vez irá lhe gerar ainda mais lucratividade. Assim, reitera-se que também a atividade pecuária insere-se como atividade mediadora do capital, através de seus agentes (capitalistas – proprietários, arrendatários), contribuindo de forma significativa para o processo de concentração de terras e de capital.

Nesse caso, o capitalista faz uso de uma mesma propriedade para diversos fins, buscando atender a demanda de suas variadas atividades dentro do setor agrícola. Uma parte do imóvel é destinada à instalação das granjas e do barracão direcionado para a produção e comercialização de ovos (Figuras 24 e 25), já as outras porções comportam as lavouras de plantas forrageiras, como o capim-napier (Figura 26), que servirão de alimentação para o gado que se encontra em terras próximas arrendadas (Figura 27). Em toda a propriedade é possível observar o significativo número de equipamentos e maquinários utilizados (Figura 28), tanto no que se refere a estrutura da granja, como no que se destina às lavouras de forrageiras para alimentação do gado, além disso, constata-se ainda o emprego de mão de obra contratada para tais fins, ratificando o perfil do arrendatário como de fato um elo da agricultura capitalista.



Figura 24 – Vista da granja situada na zona rural do município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 25– Instalações da granja localizada no município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 26 – Trabalhadores rurais e plantação de capim-napier destinado à alimentação do gado.

Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 27 – Atividade pecuária desenvolvida sob forma de arrendamento.

Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 28 – Trabalhador rural utilizando maquinário para colheita de capim-napier destinado à alimentação do gado.

Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)

Contudo, é a partir da instalação da usina sucroalcooleira no município de Terra Rica que profundas transformações são notadas, não apenas na paisagem local constituída pelos seus elementos naturais e artificiais, como caracteriza Santos (2004), mas ainda na configuração de seu espaço geográfico. As significativas mudanças alcançam tanto o espaço rural quanto o urbano, impactando não apenas o que tange aos aspectos naturais e ambientais, como àqueles sociais e econômicos. Como esclarece Elias (2006, p. 30),

[...] consideramos a reestruturação produtiva da agropecuária, a qual atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, e exerce profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos. Estes, desde então, passam por um acelerado processo de reorganização, e mostram-se extremamente abertos à expansão dos sistemas de objetos e dos sistemas de ação [...] característicos do atual sistema temporal, que tem na globalização econômica um de seus vetores principais.

A reestruturação produtiva da agropecuária a que se refere a autora versa sobre as diversas mudanças percebidas ao longo das décadas, nas diferentes esferas (técnica, econômica e social), com a intensificação do capital no campo, revelando uma realidade cada vez mais desigual no que tange ao aspecto social e econômico e concentradora quanto à distribuição das terras. A estrutura fundiária e a forma de uso do solo foram profundamente

modificadas na área de estudo – Terra Rica – refletindo esse amplo processo de reestruturação que então se acentua com a chegada da agroindústria canavieira. Originalmente constituída por pequenas e médias propriedades, herança da colonização dirigida e outrora estabelecida com base na lavoura cafeeira, tal estrutura tem sofrido significativas mudanças estruturais com o avanço das relações capitalistas no campo, resultando em mais do que uma concentração fundiária formalizada, mas em um tipo de concentração de capital. De acordo com Silveira (1995, p. 97), este processo de forte concentração de capital e de terras se configura como um processo menos explícito e que por vezes fica encoberto pela face mais exposta e visível do mesmo, a modernização. Em consonância a este pensamento, Ramos (1999) afirma que a agroindústria canavieira, a partir de sua ligação direta com a lavoura de cana-de-açúcar (fazendo, as vezes, do produtor arrendatário, conforme visto), o que ele denomina de produção integrada, corrobora de forma significativa para a concentração de terras e capital.

Se muitos autores argumentam que a modernização conservadora foi instrumento importante na reconcentração fundiária que se presenciou no Brasil nas últimas décadas, não pode haver dúvida de que a viabilização, sustentação e intensificação da produção integrada do complexo canavieiro teve e tem um papel de destaque nesse processo. Em outros termos, o “processo usineiro” talvez seja sua faceta mais característica (RAMOS, 1999, p. 241).

Quanto às atividades desenvolvidas na área rural, percebe-se que as lavouras de cana-de-açúcar, que passam a ser estabelecidas no município já no ano de 2004, quando da instalação de seu parque industrial, tornam-se gradativamente, ao longo dos anos subsequentes, a paisagem predominante nos arredores da cidade, sendo, em muitos casos, difícil até mesmo distinguir os limites entre uma propriedade rural e outra.

A alteração da utilização das terras, dentre a produção de culturas temporárias, permanentes e a pastagem, sinaliza para o uso mais intenso do solo para o cultivo da cana-de-açúcar, como se pode observar nas Tabelas e Gráficos 7 e 8. Os dados apontam para o crescimento da área plantada das lavouras temporárias (onde se inclui a cultura canavieira), e à diminuição da área de pastagem, tanto para a região Noroeste como para o município de Terra Rica, entre os anos de 1995 e 2006. Essa análise remete ao uso cada vez mais intensivo de áreas anteriormente destinadas à atividade pecuária (pastagem) que, com a entrada da usina sucroalcooleira na área de estudo especificamente, e ainda com o aumento do parque

industrial canavieiro em todo o Noroeste paranaense, passam a ser destinadas à lavoura da cana por meio de arrendamento estabelecido entre proprietário e usina.

Tabela 7- Utilização das terras (em hectares) para a região Noroeste do Paraná.

	LAVOURAS PERMANENTES	LAVOURAS TEMPORÁRIAS	PASTAGENS
1995	64.402	305.933	1.663.750
2006	18.896	425.973	1.229.159

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995, 2006.

Tabela 8- Utilização das terras (em hectares) para o município de Terra Rica.

	LAVOURAS PERMANENTES	LAVOURAS TEMPORÁRIAS	PASTAGENS
1995	1.302	4.115	51.115
2006	10.221	23.903	45.319

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995, 2006.

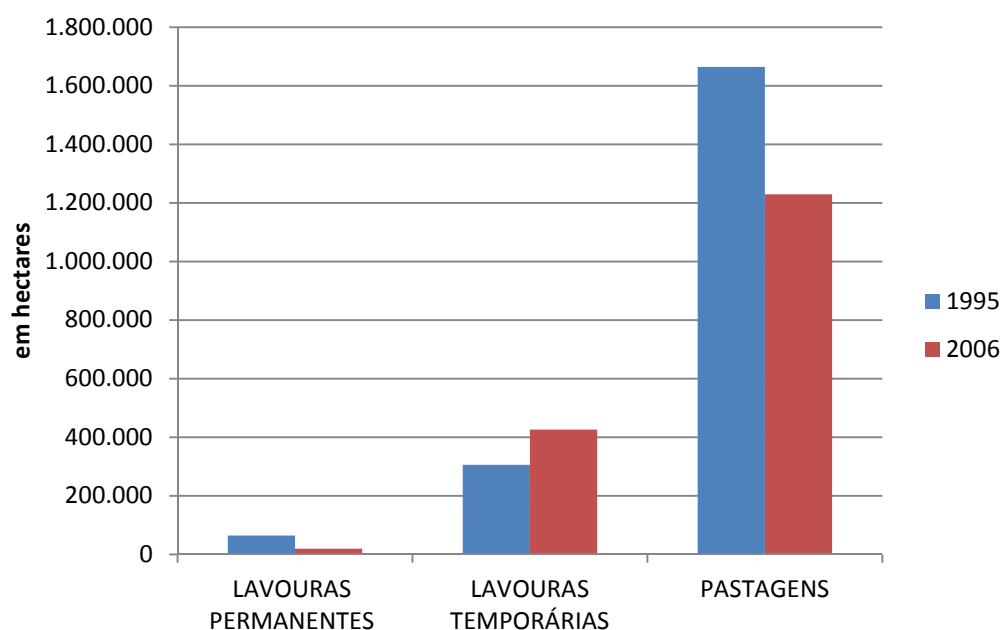


Gráfico 7 - Utilização das terras (em hectares) para a região Noroeste do Paraná.
Fonte: Censos Agropecuário 1995/1996, 2006.

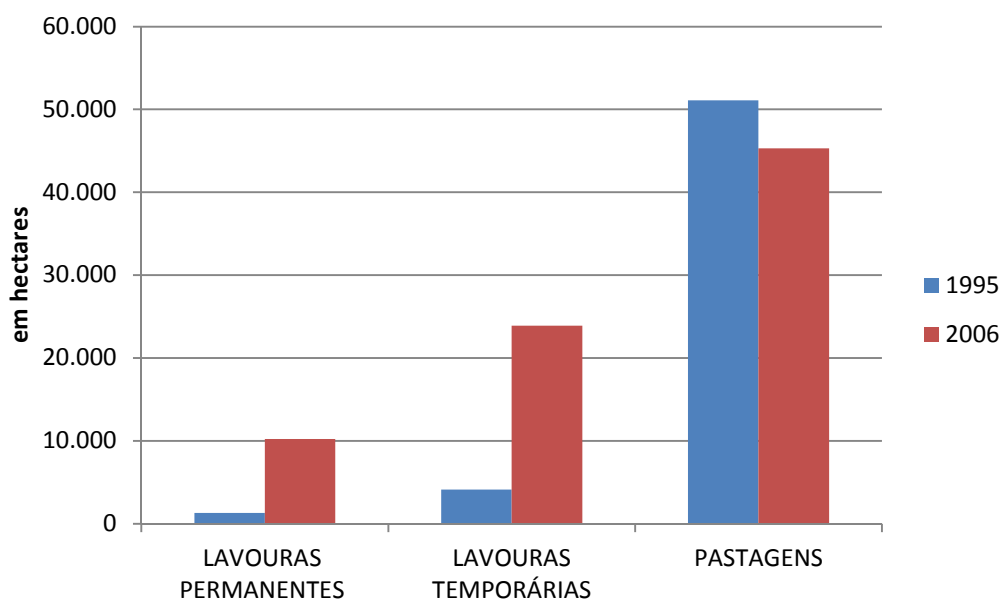


Gráfico 8- Utilização das terras (em hectares) para o município de Terra Rica.
Fonte: Censos Agropecuário 1995, 2006.

E é neste sentido que se começa a compreender a dimensão da chamada concentração de capital, sendo a mesma a expressão da significativa expansão das terras para o plantio da cana-de-açúcar.

A dinâmica territorial da cana-de-açúcar, na região Noroeste, e mais especificamente em Terra Rica, pode ser analisada a partir dos mapas (Figuras 29) que representam espacialmente a distribuição deste cultivo conforme os anos de 2005 e 2013, respectivamente. A crescente área de expansão da cana-de-açúcar observada ao comparar os dois mapas fica evidente tanto no plano regional como local (município de Terra Rica). Lembrando que o ano de 2005 representa, para a área de estudo, uma fase incipiente desta cultura, visto que a produção canavieira atrelada à usina Santa Terezinha, instalada no Município, se dá a partir do ano de 2004, já o ano de 2013 (dado mais recente disponibilizado pelo projeto Canasat – Inpe, fonte destas informações), representa uma fase já bem consolidada da expansão regional/local desta cultura.

As diversas classificações empregadas pelo projeto Canasat- Inpe (2015), referentes à área cultivada de cana-de-açúcar, remetem a diferentes fases da lavoura canavieira. Assim, onde se lê o termo “soca”, entende-se ser esta a classe de lavouras de cana que já passaram por mais de um corte, ou seja, é a cana que rebrotou de uma planta; a área de cultivo designada como “reformada” está associada à classe das lavouras de cana com plantas de ano-e-meio que foram reformadas na safra anterior e que estão disponíveis para colheita na safra corrente. Já as áreas tidas como em “expansão” designam a classe de lavouras de cana que,

pela primeira vez, estão disponíveis para colheita; e por fim, a cana “em reforma” faz menção à classe das lavouras de cana que não serão colhidas devido à reforma com cana planta de ano-e-meio ou por serem destinadas a outro uso. Contudo, para efeito desta pesquisa, entende-se que o agrupamento de todas estas classes nomeadas pelo projeto Canasat Inpe (2015) representam toda a área cultivada com a lavoura canavieira, ou seja, os diferentes estágios deste cultivo não interferem na análise de expansão (em área) do mesmo.

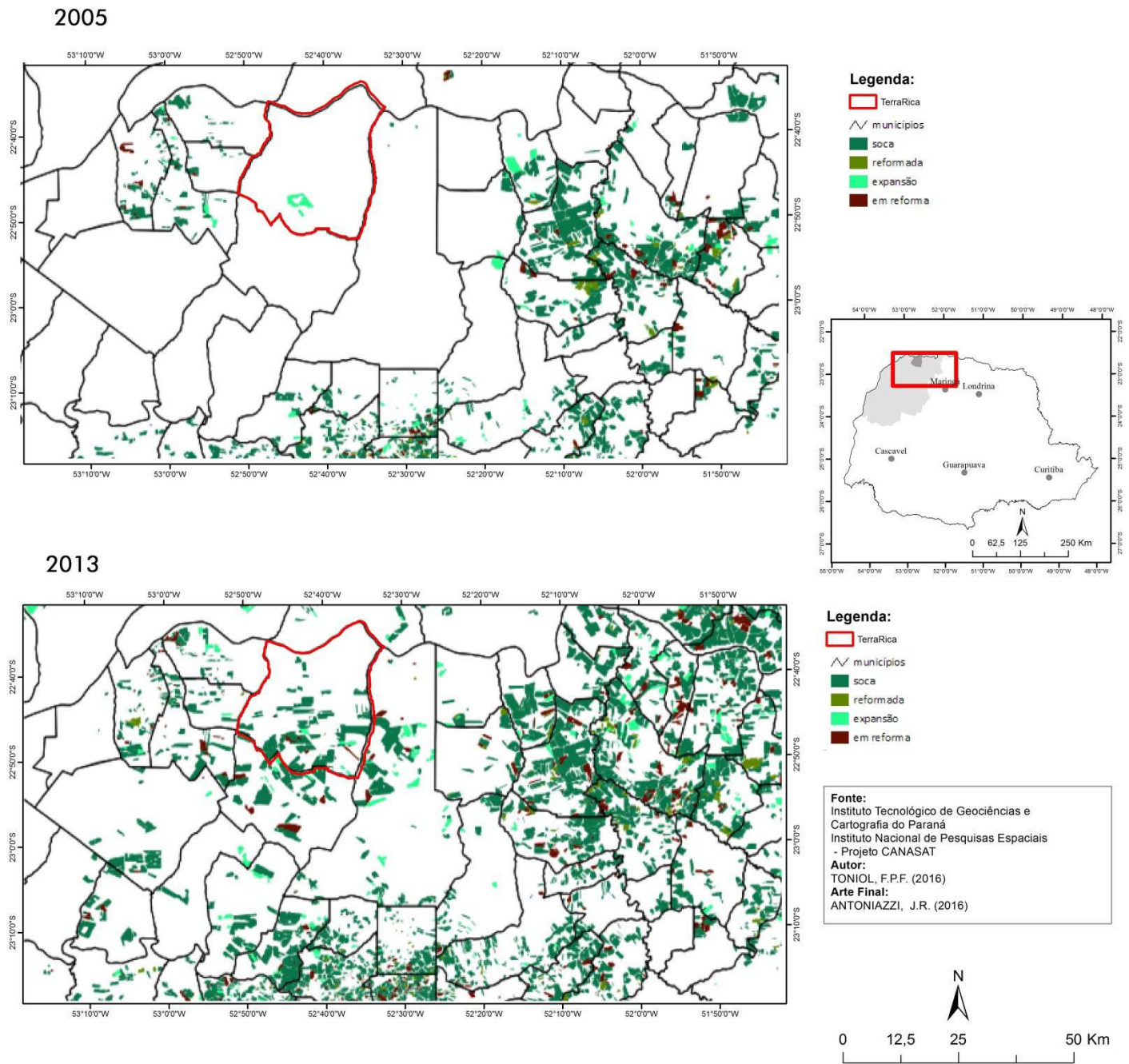


Figura 29- Mapa da área de cultivo de cana-de-açúcar nos anos de 2005 e 2013, com destaque para município de Terra Rica – PR.

Tendo como base os dados absolutos sobre a área de cultivo da cana-de-açúcar, dispostos na Tabela 9 e no Gráfico 9, observa-se que o crescimento desta área, para o município de Terra Rica, foi de 984 hectares em 2005 para os vertiginosos 12.050 hectares no ano de 2013, correspondendo assim a um crescimento de aproximadamente 1.125%, o que de fato expressa a continuidade significativa da expansão e territorialização da cana-de-açúcar no espaço municipal. Estes dados, disponibilizados pelo Canasat Inpe (2015), tornam a análise da expansão da área tomada pela cana-de-açúcar mais coerente com a realidade observada na área de estudo, já que os dados disponibilizados pelo IBGE, limitam-se ao ano de 2005 (Censo Agropecuário), não retratando assim com fidedignidade a situação constatada em campo.

Tabela 9- Evolução da área cultivada (em hectares) de cana-de-açúcar para o Município de Terra Rica.

ANO	TOTAL CULTIVADO (HA)
2003	0
2004	0
2005	984
2006	2072
2007	7229
2008	9215
2009	10979
2010	11269
2011	11532
2012	11912
2013	12050

Fonte: Canasat – Inpe.

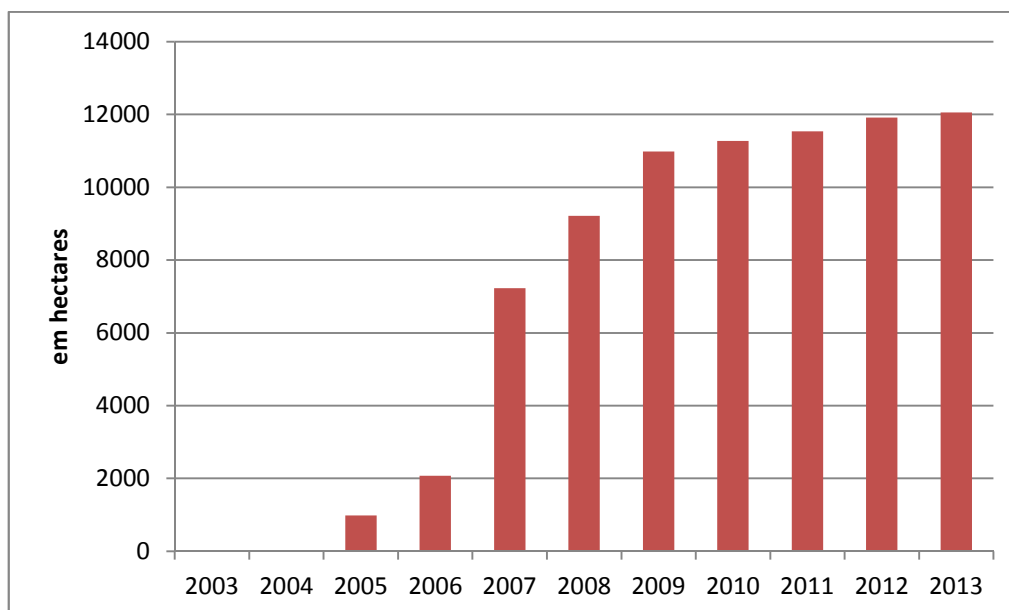


Gráfico 9- Evolução da área cultivada (em hectares) de cana-de-açúcar para o município de Terra Rica.

Fonte: Canasat – Inpe.

Utilizando ainda outros critérios de análise que sinalizam não apenas para o crescimento da área cultivada com a cana-de-açúcar, mas ainda de outras culturas associadas a esta, tais como a mandioca, a soja e o milho, que aparecem neste contexto com maior intensidade a partir de meados da década de 1980 (quando a modernização agrícola de fato se consubstancia no norte paranaense), em substituição a áreas de pastagem, torna-se bastante evidente este processo de expansão das lavouras temporárias no município de Terra Rica. O mapa de uso da terra (Figura 30), denota o notável crescimento, entre os anos de 1995 e 2015, da área ocupada no município pelas culturas em detrimento da área destinada a pastagem, a partir do tratamento de imagens de satélite Landsat 5 e Landsat 8. Outro aspecto notável nas imagens, embora não seja este o principal objetivo de destaque das mesmas, é o crescimento do perímetro urbano de Terra Rica ao longo do período analisado, especialmente a partir do ano de 2005, um ano após a instalação do complexo sucroalcooleiro – Usina Santa Terezinha no Município.

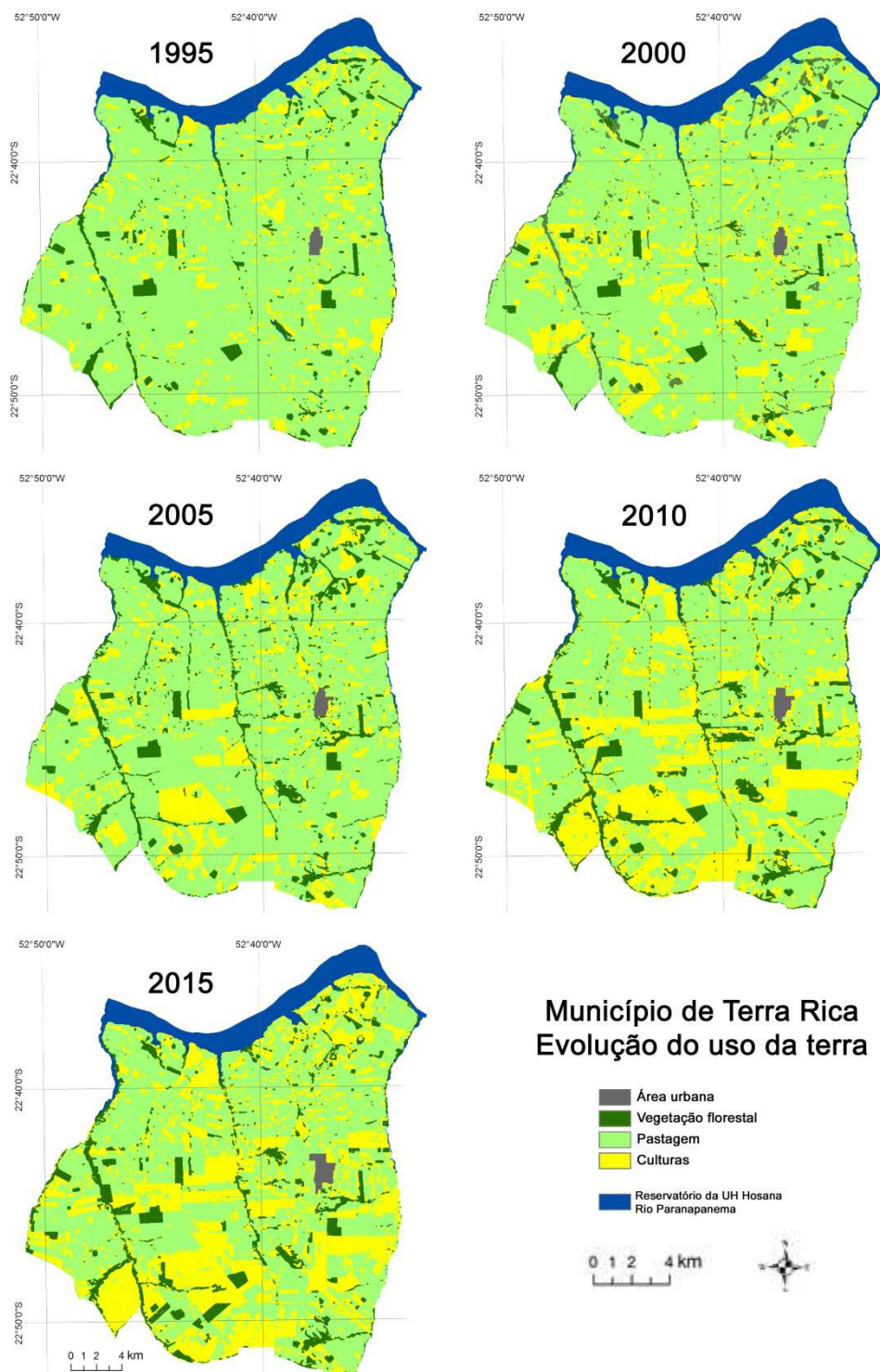


Figura 30- Evolução do uso da terra no Município de Terra Rica – 1995 à 2015.

Fonte: Imagens Landsat 5 obtidas em 11/08/1995, 24/08/ 2000, 02/08/2005, 20/08/2010 e imagem Landsat 8 obtida em 02/08/2015, fornecidas pelo U.S. Geological Survey (USGS), EUA.

Org.: NÓBREGA, M. T. 2016.

Ao se avaliar o cenário regional e a crescente expansão da área de cultivo canavieira é importante compreender que tal crescimento encontra-se atrelado ao significativo número de usinas e destilarias de açúcar e álcool presentes na região Noroeste paranaense, como se pode verificar na Figura 31. A presença destas unidades produtoras, representando a agroindústria canavieira, e todo o corolário vinculado às mesmas, tem trazido profundas alterações no que se refere à estrutura fundiária regional, visto que grande parte dos municípios que compõe a região foram originalmente formados pela predominância das pequenas e médias propriedades à época de sua colonização. Além disso, sabe-se que a dinâmica da agroindústria canavieira em muito extrapola os limites municipais onde se situa seu parque industrial, acarretando em transformações não apenas na estrutura fundiária e uso do solo, mas ainda em processos socioespaciais de seus arredores. Esta evolução do complexo agroindustrial canavieiro neste cenário agrário e o modo pelo qual este vem se estabelecendo interage diretamente com o processo de formação socioeconômico e regional e local, bem como com a organização de sua estrutura fundiária, salientando assim, como esclarece Ramos (1999), a importância que tem a propriedade fundiária para este complexo.

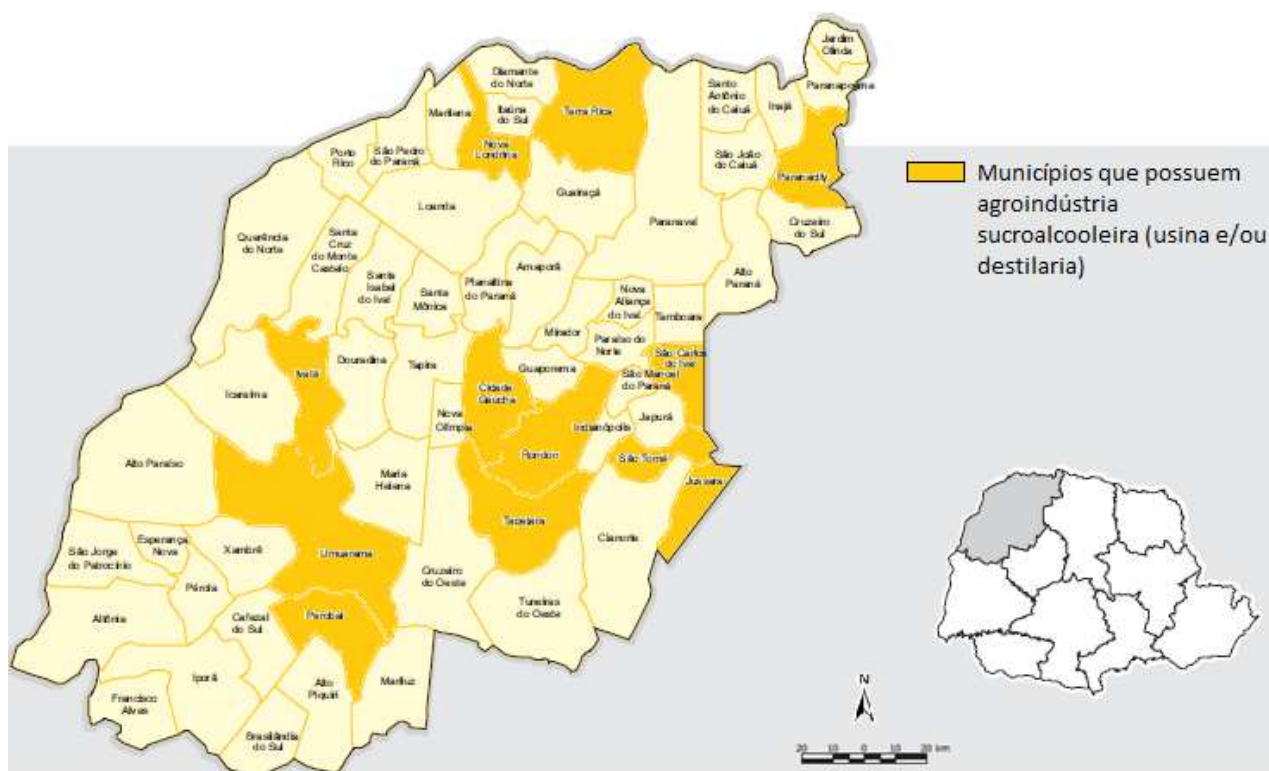


Figura 31- Mapa de localização dos municípios que possuem unidades produtoras (usina/destilaria), na mesorregião Noroeste do Paraná.

Fonte: Adaptado de IPARDES, 2004/ALCOPAR

Org.: TONIOL, F.P.F.

Essas transformações do espaço geográfico tornam-se processos legítimos da investigação geográfica, já que, conforme afirma Santos (2004, p. 72), os objetos são para os geógrafos “toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou”. A ação humana objetivada ou ainda os “meios de ação cristalizados”, como trata o mesmo autor, constituem-se como parte do espaço geográfico em análise, a saber, neste caso, a expansão da área cultivada de cana na área de estudo, o alargamento das fronteiras alcançadas pela agroindústria canavieira e a concentração de terras e capitais.

Aqui, a propriedade rural também aparece como um destes meios de ação cristalizados, visto que constitui, ao mesmo tempo, “uma forma jurídica e uma forma espacial” (SANTOS, p.75). Neste sentido, é possível compreender e distinguir o que aqui entende-se por concentração de terras e por concentração de capitais, conforme tratado anteriormente nesta pesquisa. Enquanto a concentração de terras pode ser revelada pela sua forma jurídica, ou seja, através da matrícula do imóvel ou da propriedade, a concentração de capitais se encontra em uma forma velada do ponto de vista jurídico, mas desvelada em sua forma espacial. A contiguidade percebida entre as lavouras monocultoras da cana-de-açúcar expõe espacialmente um processo concentrador de terras e capitais que não se pode comprovar juridicamente através dos registros destes imóveis, visto que a apropriação que se faz dos mesmos está sob forma de arrendamento e não da compra direta do imóvel.

O “complexo canavieiro”, como designado por Ramos (1999), dissimula o processo de concentração de terras, visto não se apropriar juridicamente do título de propriedade da terra, mas permite que o capital se apodere da agricultura tendo como porta de entrada o arrendamento de terras. A monocultura e o seu poderio de subordinação da terra ao capital continuam a vigorar e, ainda que de forma legal e oficial isto não possa ser constatado, a territorialização deste processo pode facilmente ser observada na paisagem. Isso reafirma o caráter rentista da terra no modo de produção capitalista, podendo essa ser entendida não tão somente como um meio de produção nem tampouco como uma mercadoria exclusivamente (com seu valor de troca), mas antes como uma expressão de uma relação contraditória onde existem dimensões ocultas, sempre mediadas pelo capital, característica típica das relações sociais no capitalismo, de acordo com Martins (1986).

A propriedade fundiária não se concentra nem se divide sem a mediação do capital. Por todas essas razões, a terra não é no capitalismo unicamente um instrumento de produção. Se me limito a ver na chamada estrutura fundiária, na distribuição da terra em propriedades grandes, médias e pequenas, apenas quantidades, mais concentração fundiária, menos concentração, estou vendo o supérfluo, não estou vendo o essencial. Não estou vendo que por trás de

diferentes tamanhos de propriedade, de diferentes quantidades, existem situações e relações de qualidades diferentes. A propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. A propriedade da terra é uma relação social. Mas não é também, unicamente, a relação entre o comprador e o vendedor da terra, entre o arrendatário e o proprietário, não é só relação imediata que se expressa na mercantilização da terra ou no aluguel da terra. Não é unicamente uma relação determinada, face a face, primária. É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação (MARTINS, 1986, p. 169).

Assim como afirma o autor, não se deve ter uma visão superficial, apenas do que se revela facilmente aos nossos olhos, já que uma das características das relações capitalistas é que as coisas aparecem como sendo o que não são, com aparência contrária.

Com o intuito de melhor apreender este processo de apropriação da terra, mediado pelo capital via arrendamento de terras, é que se dispõe os dados de âmbito regional e local, que indicam a variação da área e do número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor - se proprietário ou arrendatário. As Tabelas 10 e 11 disponibilizam estes dados para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006, de acordo com os Censos Agropecuários do IBGE, assinalando assim as diversas fases que marcaram a conformação desta estrutura fundiária, especialmente no que se refere à questão da apropriação da renda da terra pela figura do proprietário e arrendatário. Da mesma forma, a Figura 32, permite uma análise comparativa através de uma série de gráficos, tomando como base estes mesmos dados das Tabelas 10 e 11.

Tabela 10- Área (em hectares) e Número de estabelecimentos agropecuários, de acordo com a condição do produtor, para a região Noroeste do Paraná.

	1970		1975		1980		1985		1995/1996		2006	
	AREA	N. ESTAB.	AREA	N. ESTAB.	AREA	N. ESTAB.	AREA	N. ESTAB.	AREA	N. ESTAB.	AREA	N. ESTAB.
PROPRIETÁRIO	1.661.831	41.239	2.066.500	40.505	2.116.417	38.327	2.038.896	34.753	2.050.459	30.941	1.984.844	32.450
ARRENDATÁRIO	102.579	11.918	51.475	5.058	45.952	3.072	74.010	3.907	119.791	2.513	124.437	2.113

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006.

Tabela 11- Área (em hectares) e Número de estabelecimentos agropecuários, de acordo com a condição do produtor, para o município de Terra Rica.

	1970		1975		1980		1985		1995/1996		2006	
	AREA	N. ESTAB.	AREA	N. ESTAB.	AREA	N. ESTAB.	AREA	N. ESTAB.	AREA	N. ESTAB.	AREA	N. ESTAB.
PROPRIETÁRIO	49.541	864	58.142	853	60.883	915	58.103	815	57.300	682	62.306	600
ARRENDATÁRIO	1.574	188	512	39	343	25	3.135	79	1.060	30	1.764	45

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006.

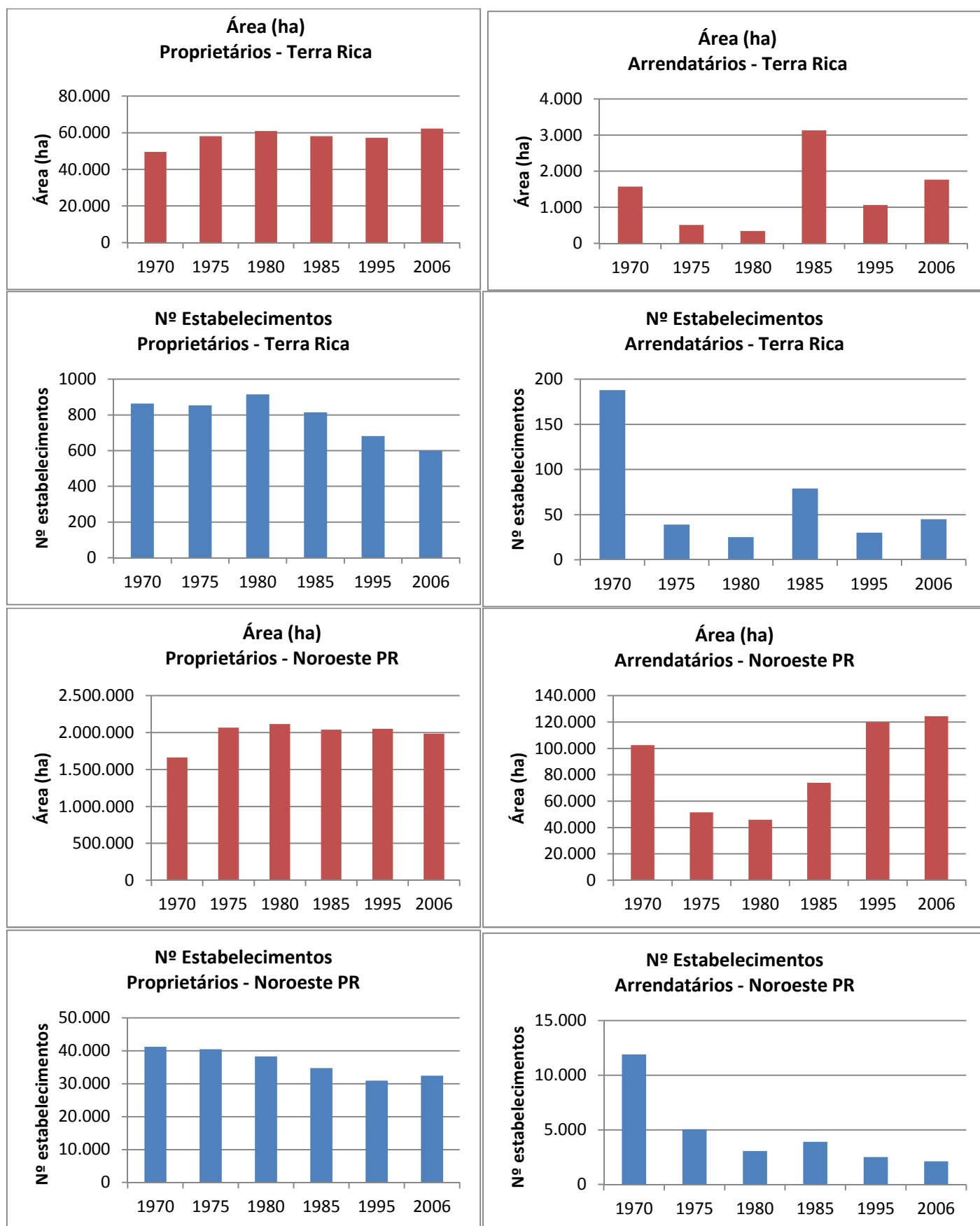


Figura 32- Gráficos ilustrativos de Área e Número de estabelecimentos (de acordo com a condição do produtor) para o município de Terra Rica e o Noroeste do Paraná.

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006.

Org.: TONIOL, F.P.F.

Os dados revelam que tanto para a esfera regional como local, a área dos estabelecimentos (Tabelas 10 e 11 e Figura 33) apresentam um comportamento semelhante para ambas as condições do produtor, tanto proprietários como arrendatários. Até o ano de 1980, a tendência que se configura é o crescimento da área referente aos proprietários de terras, enquanto que a área dos arrendatários tende a decrescer, modo geral, neste mesmo período. Já a partir do ano de 1985 o movimento se inverte: a área relativa aos proprietários decai enquanto a área dos arrendatários passa a aumentar gradativamente. Interessante notar que aproximadamente a partir de meados dos anos 1980, é que passa a se consolidar, no Noroeste paranaense, a chamada modernização agrícola (já instaurada desde a década de 1970 no Paraná, mas só então consolidada), tendo assim a entrada não apenas de culturas modernas, tais como a soja, o milho e até mesmo a cana-de-açúcar (lavouras temporárias), mas também de uma forma que passa a crescer na atividade agropecuária (pastagem), o arrendamento de terras sobrepujando assim os contratos de parceiros ou meeiros.

Sobre o número de estabelecimentos, também avaliados nas Tabelas 10 e 11 e Figura 33, embora com diversas variações, para ambas as escalas (regional e local), é possível perceber que com relação aos proprietários houve pouca variação até o ano de 1980, quando, a partir de então, estes números tendem a diminuir. Já o número de estabelecimentos para os arrendatários, tanto na Tabela 10 como na Tabela 11, não seguem um padrão linear de crescimento ou decrescimento. Constata-se que para a região Noroeste estes números tendem a decrescer ao longo do período considerado, chegando ao seu menor patamar no ano de 2006 (2.113 estabelecimentos). Os dados registrados para Terra Rica, sobre o número de estabelecimentos de arrendatários, demonstram um significativo decrescimento até o ano de 1980, e após um pico de 79 estabelecimentos no ano de 1985, apresenta uma queda e uma retomada respectivamente nos anos de 1995 e 2006. Esta retomada do número de estabelecimentos para os arrendatários marcada no ano de 2006 na área de estudo, “coincide” com a instalação da usina sucroalcooleira no ano de 2004, o que de fato fez com que a disponibilização de terras para arrendamento aumentasse, sobretudo para a atividade canavieira.

A análise que segue dos dados referentes à área, número de estabelecimentos, assim como o tipo de condição do produtor rural, também revelam uma realidade parcial que pode estar encoberta face à real apropriação capitalista da terra.

Para tanto, é imprescindível compreender o critério aqui utilizado para a separação dos extratos ou grupos de área (em hectares), disponibilizados pelos Censos Agropecuários do IBGE de 1995 e 2006. A partir dos grupos de áreas dispostos pelo Censo Agropecuário,

procurou-se estabelecer uma classificação própria, que mais se aproximasse da realidade da área de estudo, a saber, o município de Terra Rica. Assim, para melhor compreensão e elucidação do processo concentrador de terras no bojo do modo capitalista de produção na esfera local, foram separados os grupos de área correspondentes aos minifúndios (menos de 20 hectares), pequenas propriedades (de 20 a menos de 100 hectares), médias propriedades (de 100 a 200 hectares), médias a grandes propriedades (de 200 a menos de 500 hectares) e grandes propriedades (de 500 ou mais hectares).

O parâmetro utilizado para a realização desta divisão baseia-se no conceito de módulo fiscal⁷, caracterizado como uma unidade de medida de área (em hectares) fixada diretamente para cada município, sendo que o designado para o município de Terra Rica equivale a 24 hectares para um módulo fiscal. O módulo fiscal é ainda considerado a área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável, e aponta, assim, para a classificação designada pelo INCRA, no que se refere às pequenas, médias e grandes propriedades rurais:

Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em:
Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais.
A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município (INCRA, 2015).

Neste sentido, a classificação aqui utilizada agrega as especificidades locais (módulo fiscal local) para se realizar a designação do tamanho das propriedades. Desta forma é que se pode observar os dados dispostos nas Tabelas 12 e 13, que se referem respectivamente ao número de estabelecimentos agropecuários tanto para o cenário regional (Noroeste) quanto para o cenário local (Terra Rica) e então realizar uma análise conjunta com os dados pertencentes às Tabelas 14 e 15, que revelam os números sobre a área destes

⁷ Módulo fiscal é um conceito introduzido pela Lei nº 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), já o Módulo Fiscal de cada Município está previsto no parágrafo segundo do Art. 50 da Lei 4.504, de 30/11/64, com a nova redação dada pela Lei 6.746, de 10 de dezembro de 1979, e calculado na forma do art. 4 do Decreto nº84.685, de 06 de maio de 1980. Tal diferenciação de município para município ocorre por esta classificação levar em conta as peculiaridades locais, tais como o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com esta exploração predominante e outras explorações existentes, que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada.

estabelecimentos. Os Gráficos 10, 11, 12 e 13 ilustram melhor os dados analisados nas respectivas Tabelas (12, 13, 14 e 15), auxiliando a compreensão do fenômeno de reestruturação fundiária no quadro regional e local.

Tabela 12- Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de área, para a região Noroeste do Paraná 1995-2006.

	menos de 20 ha	20 a 100 ha	100 a 200 ha	200 a 500 ha	mais de 500 ha
1995/1996	24.330	10.308	1.855	1.548	775
2006	23.750	9.483	1.616	2.010	609

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995/1996, 2006.

Tabela 13- Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de área, para o município de Terra Rica – 1995-2006.

	menos de 20 ha	20 a 100 ha	100 a 200 ha	200 a 500 ha	mais de 500 ha
1995/1996	369	262	57	48	24
2006	515	284	51	81	18

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995/1996, 2006.

Tabela 14- Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área, para a região Noroeste do Paraná 1995-2006.

	menos de 20 ha	20 a 100 ha	100 a 200 ha	200 a 500 ha	mais de 500 ha
1995/1996	205.659	439.097	262.773	477.534	863.634
2006	186.130	392.046	228.239	985.965	731.768

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995/1996, 2006.

Tabela 15- Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área, para o município de Terra Rica – 1995-2006.

	menos de 20 ha	20 a 100 ha	100 a 200 ha	200 a 500 ha	mais de 500 ha
1995/1996	3.254	12.013	8.223	14.641	21.270
2006	5.084	11.849	6.800	30.008	9.647

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995/1996, 2006.

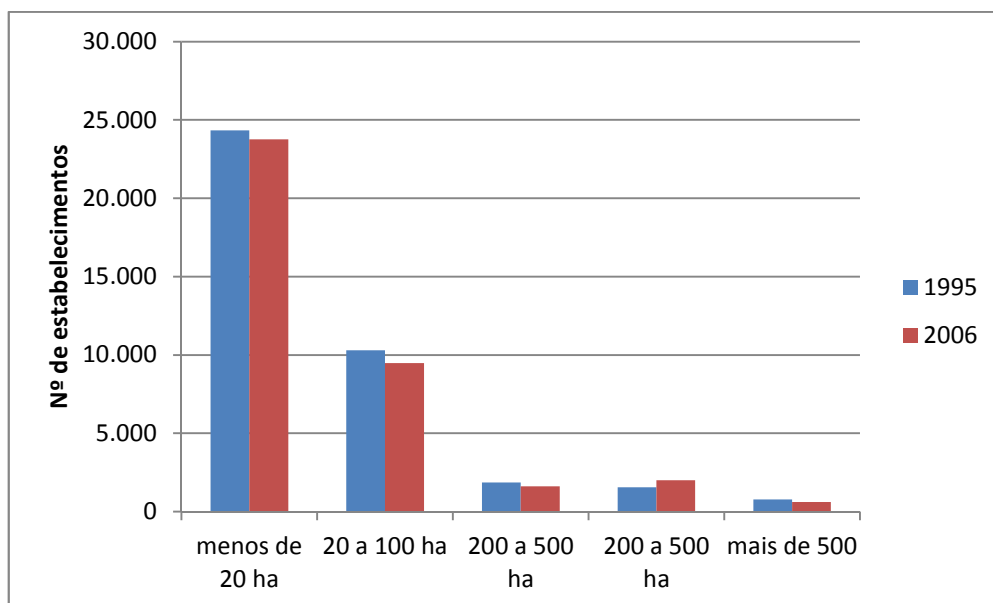


Gráfico 10- Evolução do número de estabelecimentos agropecuários para a região Noroeste do Paraná 1995-2006.

Fonte: Censos Agropecuário 1995/1996, 2006.

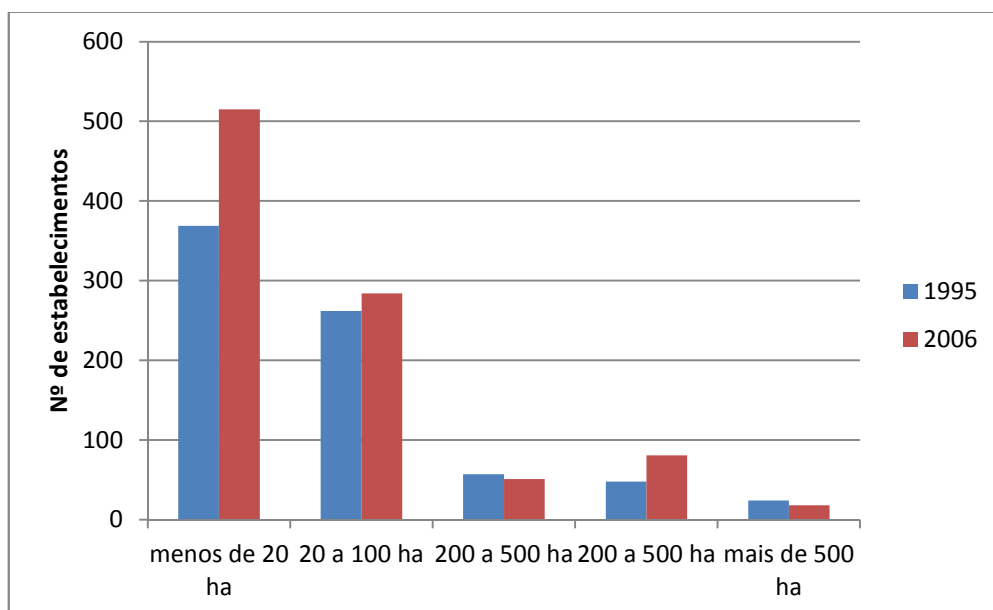


Gráfico 11- Evolução do número de estabelecimentos agropecuários para o município de Terra Rica -1995-2006.

Fonte: Censos Agropecuário 1995/1996, 2006

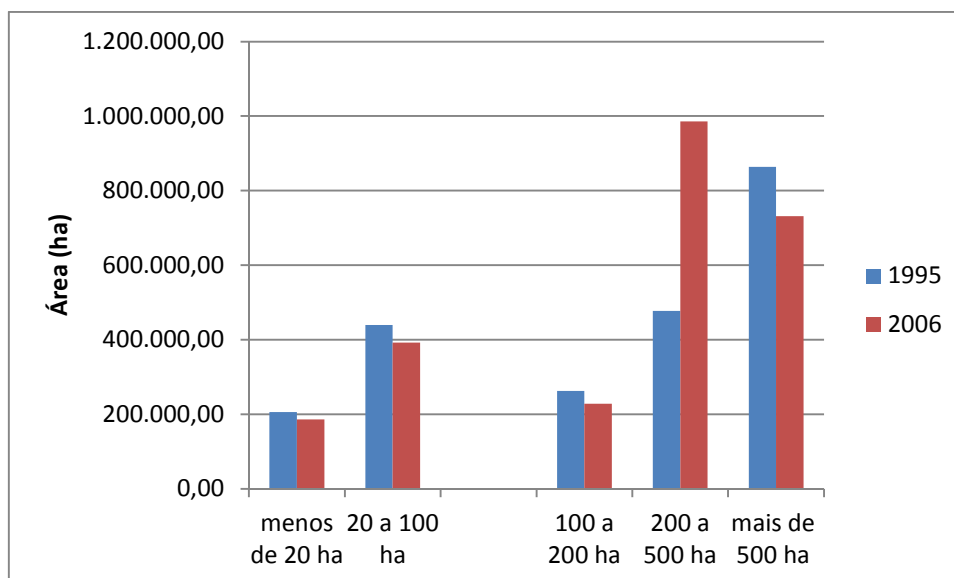


Gráfico 12- Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários para a região Noroeste do Paraná 1995-2006.

Fonte: Censos Agropecuário 1995/1996, 2006.

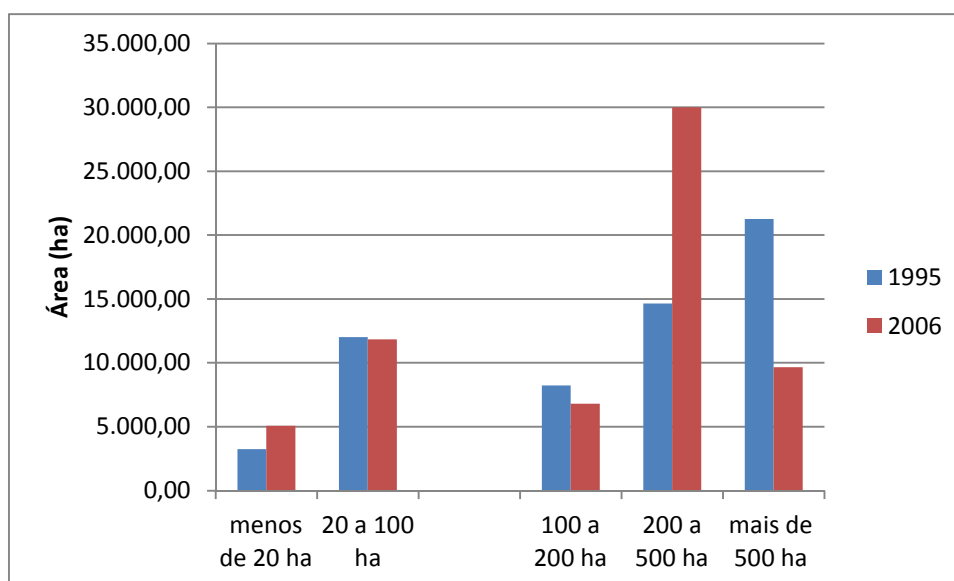


Gráfico 13- Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários para o município de Terra Rica –1995-2006.

Fonte: Censos Agropecuário 1995/1996, 2006.

O número de estabelecimentos agropecuários, tanto para a região Noroeste quanto para o município de Terra Rica (Tabelas 12 e 13, e Gráficos 10 e 11, respectivamente), não sofreu grandes alterações para o período considerado, de pouco mais de uma década (1995 – 2006). No entanto, eles nos revelam uma realidade típica do movimento contraditório do sistema capitalista, quando este, reafirmando sua natureza contraditória e combinada,

conforme Martins (1986) e Oliveira (2007), reproduz, ao longo do tempo, a desigualdade e a pobreza, sujeitando também o trabalhador do campo ao capital. Essa realidade pode ser constatada pelos significativos valores no que se refere ao número de estabelecimentos com área menor do que 20 hectares. Levando em consideração que o módulo fiscal para o município de Terra Rica corresponde a 24 hectares (o que se aproxima da média para o módulo fiscal dos outros municípios do Noroeste), estes estabelecimentos são ainda menores que um módulo, ou seja, minifúndios que, longe de conseguirem se autossustentar, levam estes produtores a um estado de miserabilidade social. Conforme será visto mais adiante nesta pesquisa, o capital tem completo interesse em reproduzir este tipo de condição de insustentabilidade econômica e social, visto que este tipo de homem do campo também se encontra atrelado às pontas deste sistema, especialmente quando precisa vender sua força de trabalho para os produtores capitalistas (proprietários ou arrendatários), de modo a conseguir se manter em seu pedaço de chão.

No que se refere ao quadro geral do número de estabelecimentos agropecuários, tanto no contexto regional quanto local, tem-se maior número de pequenos estabelecimentos e em menor proporção as médias e grandes propriedades. É importante, ainda, pontuar que o aumento do número dos minifúndios (menos de 20 hectares), entre os anos de 1995 e 2006 (de 146 estabelecimentos), no município de Terra Rica, pode estar associado à desapropriação, a partir do ano de 1998, de grandes latifúndios para fins de reforma agrária, a saber, com a formação de cinco assentamentos de trabalhadores rurais sem terra. A média de tamanho dos lotes nestes assentamentos encontra-se entre 19 e 20 hectares, sendo, portanto, caracterizados como minifúndios. Tal fato também justifica a diminuição do número de grandes propriedades (mais de 500 hectares), que passaram de 24 para 18 estabelecimentos, entre 1995 e 2006, em vista destas grandes áreas desapropriadas.

No entanto, a análise dos dados concernentes à área dos estabelecimentos rurais (Tabelas 14 e 15 e os respectivos Gráficos 12 e 13,) revelam uma outra compreensão que em conjunto com os dados sobre o número de estabelecimentos, denota uma outra realidade quanto à estrutura fundiária, reafirmando por sua vez, o caráter concentrador do sistema capitalista no campo. A área destinada aos estabelecimentos de maiores dimensões, ou seja, médias a grandes propriedades⁸ (de 200 a 500 hectares, e de mais de 500 hectares), que ocupavam aproximadamente 60% da área total dos estabelecimentos em 1995 na área de

⁸ De acordo com o módulo fiscal estabelecido para o município de Terra Rica, de 24 hectares, entende-se que a média propriedade situa-se entre 96 e 360 hectares; já a grande propriedade pode ser considerada a partir de 360 hectares. No entanto, foi preciso adaptar a análise às classes de área já disponibilizadas pelos Censos Agropecuários do IBGE de 1995 e de 2006.

estudo (Terra Rica), aumentam para aproximadamente 62% no ano de 2006. Isso significa que mais da metade da área das terras, está concentrada nas mãos de poucos e grandes proprietários. Para o ano de 2006, por exemplo, 62% das terras (área) estavam em mãos de apenas 10% de (grandes) produtores no município de Terra Rica. Para a região Noroeste, a realidade não se mostra diferente, sendo que no ano de 1995 tinha-se 59% das terras em mãos de apenas 6% de (grandes) produtores, e, em 2006, 73% das terras pertenciam a ínfimos 7% de (grandes) produtores.

Cabe aqui ressaltar, que os dados utilizados para essa análise são disponíveis até o ano de 2006 apenas, visto ser este o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE. No entanto, em algumas situações, dada a intensa dinâmica do desenvolvimento regional, as informações acabam por não retratar a realidade de forma fiel.

Ainda assim, esta análise confirma, ao mesmo tempo, tanto o caráter concentrador deste sistema capitalista, como aquele que mostra a face da desigualdade social (re)criada e (re)produzida pelo mesmo. Assim, para o sustento de sua dinâmica, movimento e transformação, contraditória e combinada, é preciso manter os dois extremos do sistema: de um lado os grandes proprietários de terras (agentes hegemônicos do sistema) e, de outro, os minifundiários, que residem no campo, mas que para conseguirem seu sustento, precisam submeter-se ao jugo do capital, exercendo trabalhos tanto no campo (volantes) como na cidade, abandonando assim sua condição de genuíno homem do campo, que tira da sua terra o seu sustento.

4. AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES NO CAMPO E AS NOVAS ARTICULAÇÕES DO CAPITAL AGRÁRIO

4.1 – A intensificação da relação agricultura-indústria e as novas formas de articulação do capital

É importante aqui, compreender as duas faces marcantes da dinâmica do capital agrário, sendo alicerçadas de um lado pelos agentes hegemônicos deste sistema e as novas articulações deste capital engendradas por estes, e de outro, a face menos favorecida emblemada pelos pequenos produtores ou trabalhadores rurais. Ambos conformam-se como parte do complexo sistema capitalista de produção e de sua totalidade, não sendo assim excludentes, embora dentro de um metabolismo contraditório, próprio do capital. Para Kaustky (1980), é esse antagonismo entre a classe dos capitalistas e do proletariado que move e caracteriza as relações capitalistas não apenas no âmbito urbano, mas também agrário.

Os processos de transformação nas relações que envolvem a agricultura e todo o seu corolário, incluindo e primando aqui, o vínculo entre agricultura e indústria, irá refletir não apenas em novas relações na esfera agrária, mas também no espaço urbano. O espaço geográfico, então compreendido como a ação solidária e indissociável entre o conjunto de ações e de objetos, conforme Santos (2004), torna-se ainda mais complexo quando estas relações permeiam as diversas faces deste espaço. O capital, como um dos agentes transformadores deste espaço, o reconfigura de acordo com as suas novas formas de articulação a partir de marcas características como a presença de complexos industriais que integram a produção agrícola (entenda-se aqui, usina sucroalcooleira). Oliveira (2007) trata esse processo específico da agricultura sob o desenvolvimento do modo capitalista de produção como um “processo contínuo de industrialização do campo [que] traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo” (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

O processo de industrialização do campo, cada vez mais intenso, mencionado pelo autor, pode ser caracterizado como a ligação intrínseca entre o campo e a indústria, onde o campo torna-se uma extensão, um setor do complexo agroindustrial. Para Kageyama (1987) umas das evidências desse processo consiste na “agricultura industrializada”, que pode ser entendida a partir de

[...] atividades cuja dinâmica não pode ser compreendida unicamente a partir de si próprias, mas somente levando-se em consideração o conjunto que formam com setores industriais de vários tipos. [...] a atividade agrícola isolada deixa de ter uma dinâmica própria e, mais do que isso, não pode ser mais referenciada a uma dinâmica genérica da “agricultura” ou “setor agrícola” como um todo (KAGEYAMA, 1987, p. 94).

A luz desse entendimento é possível analisar que, embora com padrões e dinâmicas bastante diversas, tanto a cultura cafeeira, mola propulsora da colonização regional do noroeste paranaense, como a dinâmica mais recente da cultura canavieira, podem ser vistas como componentes desse processo de industrialização da agricultura. Ainda que em contextos diferentes, estas duas atividades voltam-se para o mercado e mais do que isso, desenvolvem, relações de dependência intersetoriais, ou seja, cada qual não subsiste por si só, mas atreladas, em maior ou menor grau, aos demais setores de um complexo.

A lavoura do café, que perdura em seu auge, em todo o norte paranaense, até meados da década de 1960, ainda que apresentasse uma industrialização bastante incipiente a partir das máquinas de beneficiamento de baixa tecnologia⁹ e com pouca agregação de valor ao seu produto final, é considerada por Kageyama (1987) como um caso intermediário do ponto de vista da intensidade das relações interindustriais.

A lavoura de café tem fortes relações com o D1 para a agricultura (50% dos gastos com insumos provem de setores industriais) e fortes ligações com a indústria de processamento, embora esta seja composta, geralmente, por setores não concentrados (torrefação e moagem) e tecnologicamente não sofisticados. Aparentemente a integração vertical é pequena, já que menos de 2% do produto bruto (café em coco) vai diretamente para a torrefação e moagem sem passar por estabelecimentos que beneficiam o produto. Do produto final processado (café torrado moído) cerca de 12% destinam-se ao mercado externo (KAGEYAMA, 1987, p. 90).

No contexto daquele período, tinha-se a cultura cafeeira sendo desenvolvida a partir de uma base mercantil, ou seja, era uma agricultura produtora de mercadorias, onde a matéria prima produzida era também – quase que diretamente – comercializada. O produto final pouco diferenciava-se do fruto colhido, ou seja, da matéria prima, daí alguns autores considerarem esta fase como um período de industrialização embrionária ou praticamente inexistente em seu vínculo com a agricultura. A dinâmica da articulação do capital no campo ficava atrelada a um processo de circulação muito mais lento, visto que a safra do café era anual (afora quando da ocorrência de geadas, o que prolongava ainda mais este processo), quando então se efetuava o pagamento pela produção, caracterizando assim, um processo menos intenso e menos dinâmico se comparado aos processos atuais.

⁹ O beneficiamento do café, realizado através de maquinário especializado, consistia em um procedimento pós-colheita que tinha como objetivo transformar, pela eliminação da casca e separação dos grãos, o fruto seco em grãos beneficiados ou verdes, de acordo com Silva (2005).

Os atores sociais diretamente envolvidos, o agricultor e o dono da máquina de beneficiamento (que pode ser considerada como uma etapa bastante incipiente e rudimentar de industrialização) eram figuras distintas, cada qual ocupando o seu espaço, e desempenhando papéis bem definidos. O agricultor caracterizava-se pelo estreito vínculo que possuía com a terra através da agricultura de subsistência em meio à lavoura principal – o café – e o trabalho familiar, sendo o seu espaço, tanto de moradia quanto laboral, tipicamente rural. Já o proprietário da máquina de beneficiamento de café apresentava suas ocupações (operações de beneficiamento e armazenamento da produção) preferencialmente no espaço urbano, normalmente em cooperativas de produtores ou centrais atacadistas.

Além disso, nesta fase, coexistiam as relações comerciais intermediadas tanto pelo papel moeda como pela troca simples, uma espécie de “escambo”, ou troca de mercadorias sem a utilização da moeda necessariamente. As trocas giravam em torno especialmente da produção de café, sendo que, para aqueles que não possuíam tantos recursos, a saca de café poderia servir como “moeda de troca” inclusive para a quitação de parcelas referentes as terras adquiridas com as companhia colonizadoras, sendo esta uma forma de fomentar o processo de colonização regional, como destaca Serra (2010), quando diz que

As populações excedentes ou marginalizadas do acesso a terra ou ao mercado de trabalho agrícola, eram persuadidas a aventurar rumo às novas frentes de colonização pela oportunidade de acesso à terra na condição de proprietários rurais, que podia se consolidar desde que o “aventureiro” dispusesse de capital financeiro, no mínimo suficiente para o pagamento da entrada do lote, *considerando que as prestações seguintes poderiam ser quitadas com o rendimento obtido na exploração da própria terra adquirida* (SERRA, 2010, p. 139, grifo nosso).

Já a cana-de-açúcar, atualmente um dos cultivos de maior expressão em todo o contexto regional e especificamente na área de estudo, apresenta um nível de integração entre os setores industriais que a cercam bastante forte. Diferentemente do que se via na lavoura cafeeira e seu parco processo industrial, aqui, o processo de agregação de valores ao produto final torna-se muito mais complexo, dada a transformação sofrida pela matéria prima. Outro fator que acarreta nesta agregação de valores se deve ao fato de que cada etapa da produção mostra-se totalmente ligada e interdependente uma da outra. Assim, quando a indústria aumenta os seus ganhos, essa margem tende a ser repassada de alguma forma também para o produtor, já que sua produção agrícola – completamente interligada ao complexo agroindustrial - passa a ser mais valorizada e a terra passa a ter uma relação capitalista mais intensa, mais articulada ao capital. Sobre esse aspecto da intrínseca relação de

interdependência entre os diversos setores de um complexo agroindustrial, Kageyama (1987), afirma que,

As interrelações entre esses setores industriais e atividades, a estrutura de preços relativos que se forma no interior desses sistemas, as políticas que afetam seus componentes e as estratégias de crescimento de cada um passam a influenciar e a dar sentido de conjunto à dinâmica que se estabelece nesse complexo (KAGEYAMA, 1987, p. 94).

A esse processo contínuo de industrialização do campo, onde a agricultura deixa de ser uma atividade isolada, com um fim em si mesma, mas atrela-se completamente ao processo industrial, como um verdadeiro setor deste, atribui-se as novas formas de articulação desenvolvidas pelo capital em seu sistema, quer no espaço urbano, quer no espaço agrário. Inversamente às relações anteriormente estabelecidas à época da cultura cafeeira, nesta nova fase, a dinâmica do capital assume uma articulação muito mais intensa e com processos que caminham a uma velocidade muito maior.

A resultante desta nova dinâmica significa também uma nova interrelação entre os diversos setores, sendo que, o que antes se caracterizava como um setor tipicamente urbano – a indústria - agora passa a se estender para a área rural. No complexo agroindustrial sucroalcooleiro, a lavoura de cana encontra-se, em grande parte, em poder da indústria através do sistema de arrendamentos, onde, conforme visto anteriormente, a própria usina arrenda a terra para o cultivo da cana-de-açúcar. A indústria alcança assim diretamente o espaço agrário, e o agricultor, muitas vezes apenas sustenta o título de propriedade da terra, mas efetivamente apresenta pouco ou nenhum vínculo direto com a mesma. Ele não mais explora a terra diretamente, até mesmo porque, a indústria avança em seu espaço, o espaço rural, e passa a dominar tanto as etapas de cultivo da matéria prima até o produto final industrializado. Desenvolve-se aqui uma verdadeira relação de “simbiose”, ou seja, uma interação entre estes dois setores – agricultura e indústria – onde o campo torna-se uma extensão da indústria.

É neste contexto que, tanto as funções como o espaço territorial do urbano e rural, tendem a se integrar, conforme explica Ferrão (2000) quando diz que,

O desenvolvimento de relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica [entre rural e urbano] pressupõe a capacidade de conciliar uma articulação territorial (coesão) e uma articulação funcional (integração) entre centros urbanos e áreas rurais envolventes (FERRÃO, 2000, p.50).

Nesta nova articulação, os espaços rural e urbano se mesclam em suas funções, sendo que a agricultura, torna-se uma verdadeira atividade empresarial, tipicamente capitalista, com área e produção planejada quanto aos custos, prazos e resultados. Já a indústria, por sua vez, faz as vezes do produtor rural quando, porteira adentro, passa a ser a responsável direta pela exploração da terra, via arrendamento da propriedade. O capital torna-se aqui um dos principais agentes desta nova articulação que interliga e integra estes dois espaços [rural e urbano] com intensidade cada vez maior, reconfigurando a paisagem e muitas vezes redefinindo os papéis anteriormente estabelecidos.

Neste processo de integração destes espaços, compreende-se que o fluxo do capital não fica limitado ao espaço agrário, ainda que apresente-se diretamente ligado ao setor de produção – lavoura - e transformação – indústria, vincula-se ao mesmo tempo ao setor comercial de consumo localizado na área urbana. O consumo de produtos (bens duráveis ou não), é um tipo de relação que se concretiza tipicamente no espaço urbano, sem contudo ser esse, necessariamente, o seu destino final. Estabelece-se assim, uma relação direta entre aquele que produz e o capital resultante, sendo que, parte deste capital é direcionada ao consumo. O maior fluxo de capital gera a necessidade do consumo, formando-se assim um ciclo de acúmulo e consumo consecutivamente.

No município de Terra Rica, a partir de pesquisa empírica realizada, foi possível constatar essa realidade, onde a articulação do capital agrário alcança as relações de consumo de diversas formas. Mais do que interligar os espaços urbano e rural, as relações de consumo desenvolvidas como fruto desta nova dinâmica capitalista, evidenciam a característica contraditória e combinada do sistema de produção capitalista, reafirmada por Oliveira (2007), na medida em que revelam os seus atores principais. De um lado, encontra-se o sujeito capitalista, detentor do capital e dos meios de produção, vinculado, concomitantemente, ao setor comercial [dono do estabelecimento] e ao setor agropecuário [latifundiário]. Na outra ponta dessa relação [de consumo] encontra-se o público consumidor deste comércio local, formado em grande parte por pequenos produtores e trabalhadores rurais.

De acordo com entrevistas realizadas junto a comerciantes locais, especialmente no que se refere a lojas de departamentos (que oferecem grande variedade de produtos como móveis, eletrodomésticos, confecções e outros), verificou-se que o volume maior de clientes concentra-se indubitavelmente em pequenos produtores e trabalhadores rurais, ou seja, aqueles que vivem a margem do processo de reprodução do sistema capitalista.

Várias são as prerrogativas que atraem esse público e facilitam as relações de consumo neste contexto, tais como, acesso facilitado a sistemas próprios de crédito, parcelamento de

dívidas, a proximidade e o relacionamento pessoal desenvolvido entre o comerciante e seus clientes da comunidade local e regional, dentre outras. No entanto, chama a atenção aqui, um tipo de relação de troca estabelecida a partir de relações tipicamente “pré-capitalistas” ou ainda “não-capitalistas”, conforme alguns autores denominam, uma espécie de “escambo”¹⁰ contemporâneo.

Essa prática, que consiste em um antigo tipo de relação, agora redefinida, desenvolvida a partir da troca de mercadorias, hoje se encontra subordinada à reprodução do modo capitalista de produção. Ela se concretiza no momento em que, dada a sua necessidade de consumo (real ou não), o pequeno produtor negocia algum de seus bens (maquinário agrícola, gado, produtos da lavoura como milho, feijão, café dentre outros) em troca de algum produto disponível na loja em equivalente valor. Tal forma de se realizar o comércio, ou as trocas, juntamente com o sistema próprio de crédito, tem se mostrado bastante significativa de acordo com os relatos colhidos em campo junto aos comerciantes¹¹.

De uma ou outra forma, o que se denota é a relação de interdependência entre o grande capitalista – proprietário de terras e de lojas do comércio – e o pequeno produtor rural, relação essa que não se limita ao espaço rural, mas conforme visto, se estende ao espaço urbano. O grande capitalista mostra-se assim tão dependente do outro extremo desse sistema, o pequeno produtor, quanto estes se mostram ancorados ao capital, ainda que essa relação fique desproporcionalmente ajustada, sempre favorecendo o grande capitalista. Via de regra, o valor atribuído aos produtos agrícolas oferecidos para a realização da troca de mercadorias, passa por uma desvalorização frente ao produto da prateleira da loja. De acordo com Oliveira (2010, p. 11), essa é uma das formas que revelam “[...] que a riqueza criada pelos pequenos produtores vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social [...]”.

Ficam então evidenciadas ao menos duas premissas basilares inerentes ao sistema de produção capitalista, quando denota-se esse fator de dependência entre as diferentes classes sociais mencionadas não-capitalistas (troca de mercadorias), de forma intencional, no interior do sistema, reafirmando assim a sua característica contraditória, conforme esclarece Oliveira (2007):. Num primeiro momento destaca-se a permanência de relações pré-capitalistas ou

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a

¹⁰ Aqui se faz alusão ao termo utilizado para designar o tipo de comércio primitivo onde as mercadorias ou serviços eram trocados sem fazer uso de moeda.

¹¹ Informações obtidas em entrevistas junto a comerciantes de grandes lojas de departamentos no município de Terra Rica.

criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições. Dessa forma, esse movimento contraditório gera não só a subordinação de relações pré-capitalistas, como também relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas (OLIVEIRA, 2007, p.20).

O mesmo autor ainda sinaliza, que tais relações não-capitalistas, compõe a dinâmica plena do sistema, não estando assim fora de seu alcance, mas ao contrário, se mostram estritamente necessárias ao seu “bom funcionamento” e reprodução.

É por isso tudo que o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta, como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; nesse sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (OLIVEIRA, 2010, p. 7)

Atrelada a este ideário, salienta-se uma segunda premissa, a qual aponta o pequeno produtor ou camponês como parte constitutiva fundamental do processo de reprodução ampliada do capital (contraditório e combinado). Entende assim que o grande capitalista – latifundiário - precisa do pequeno para subsistir em sua posição dentro do sistema. Nessa trama, o pequeno agricultor, insere-se completamente neste sistema e em sua forma de reprodução ampliada sem que precise abandonar sua terra, mas pela subordinação de sua produção. Conforme analisa Oliveira (2007, p. 12), “É o processo de sujeição do campesinato ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção”.

Tendo como base tais formulações é que se clarifica as transformações nas relações de produção na agricultura, sob influência direta do contínuo e crescente processo de industrialização no campo. Fica ainda bastante evidente que as duas pontas do sistema capitalista, agentes hegemônicos de um lado, e aqueles que se encontram subsistindo à margem desse processo, do outro, são partes igualmente constitutivas desse sistema, ainda que sejam desigualmente favorecidas dentro do mesmo.

Para além das transformações nas relações de produção engendradas no cerne do funcionamento desse sistema, conforme visto, tem-se em seu entorno, toda uma redefinição na estrutura socioeconômica e nas relações de trabalho decorrentes. Importante, portanto, se

faz analisar de que forma o sistema se vale tanto do trabalhador rural livre como do pequeno produtor como meio de sustentar a reprodução ampliada do capital.

4.2 As relações de trabalho – socioeconômicas como base para a reprodução capitalista

No âmbito dos trabalhadores rurais volantes e pequenos produtores, é notório o elo ao que se vinculam dentro da cadeia instaurada pelo grande capital, o elo mais frágil, porém, não menos importante para o sistema. Tanto os trabalhadores rurais livres – boias-frias - como os pequenos produtores encontram-se imersos no sistema capitalista de produção, de um ou outro modo, e algumas vezes desempenhando ambos os papéis. Muitos dos pequenos produtores rurais, que já se encontram estabelecidos em suas propriedades, dado um quadro de crise financeira conjuntural associada às precárias condições de sobrevivência que possuem, necessitam regularmente dispor-se para o trabalho rural volante ou temporário.

No município de Terra Rica essa realidade é constatada especialmente no que se refere à mão-de-obra para as lavouras da cana-de-açúcar e mandioca, onde parte do quadro de trabalhadores rurais volantes, atuantes tanto no plantio como na colheita, também chamados “boias-frias”, é formada por pequenos produtores rurais, em especial aqueles que possuem suas terras na condição de assentados (via reforma agrária) ou ainda produtores mutuários¹² do programa de crédito fundiário Banco da Terra¹³. De acordo com informações obtidas junto a órgãos municipais (prefeitura municipal – secretaria de agricultura), Terra Rica conta com pouco mais de quatrocentos pequenos produtores ou produtores familiares (de acordo com a terminologia adotada pelo próprio órgão municipal), sendo que estes podem ser assim divididos: 170 produtores assentados da reforma agrária, 18 produtores mutuários do Programa Banco da Terra (crédito fundiário), 90 parceiros de Vila Rural e outros 130 pequenos agricultores. Esse panorama quantitativo sobre os pequenos produtores revela a importância que os mesmos exercem no quadro agrário do município, atentando-se para o fato de que este número (pouco mais de quatrocentos) refere-se tão somente ao produtor titular (seja proprietário, assentado ou mutuário), sendo que a este contingente devem ainda ser acrescentados todos os familiares que residem na mesma propriedade. Todos estes, ainda que já radicados em sua própria terra, constituem-se em figuras essenciais ao funcionamento e

¹² O termo “mutuário” aqui empregado, segue a terminologia utilizada por Ramos Filho (2008), quando trata dos sujeitos ingressantes nos projetos de criação e recriação do campesinato ligados a Reforma Agrária de Mercado, como o Banco da Terra.

¹³ O Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, financiado por aportes do Banco Mundial, do governo brasileiro e de outras fontes foi criado a partir da aprovação da Lei Complementar No. 93, de 04/02/1998 e operou de 1999 a 2003 com o objetivo de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural. Implantado pelo Estado paranaense já no ano de 1999, consistiu em um fundo onde o dinheiro era específico para a compra de propriedades, que eram então financiadas por grupos de pequenos agricultores. O valor financiado é pago em 20 anos, com juros de 6% a 8% ao ano, dependendo do valor financiado.

reprodução do sistema capitalista na medida em que se “disponibilizam” como mão-de-obra temporária para as lavouras.

Andrade (1994), ao analisar as origens deste processo do emprego da mão-de-obra volante nas lavouras de cana-de-açúcar - no Nordeste brasileiro - já denota um tipo de realidade bastante semelhante a esta onde a massa de trabalhadores era formada por indivíduos já vinculados a sua própria terra:

Na época da colheita, tanto os engenhos como as usinas recorriam a trabalhadores vindos do agreste e do sertão, arrendatários ou pequenos proprietários no semi-árido que, no período do estio, deixavam a colheita do algodão aos cuidados da família e desciam para a região canavieira, a fim de obterem um salário em moeda que complementasse o sustento familiar (ANDRADE, 1994, p. 203).

Quanto aos pequenos produtores que se encontram na condição de assentados nos assentamentos rurais instalados no município, percebe-se que estes possuem uma estrutura organizacional mais funcional, alcançando assim formas de sobrevivência alternativas ao trabalho volante temporário, nem sempre dependendo deste como fonte principal de recursos para seu sustento. Muitas vezes, por estarem organizados em cooperativas (formadas entre os próprios assentados) ou ainda por possuírem maior facilidade de acesso a programas de assistência e financiamentos destinados a esse segmento por parte das instâncias federais, não apresentam a necessidade imediata de vincular-se ao trabalho volante nas lavouras do município e região. Contudo, é importante frisar que essa realidade não se estende a todos os assentados, visto que, apesar dessa estrutura organizacional mais funcional, muitos deles ainda precisam se engajar no trabalho rural temporário para, a partir da remuneração recebida, suprir as necessidades básicas de suas famílias.

Em sua análise, Abramovay (2000), revela a importância da rede de relacionamentos entre os diversos atores sociais (em níveis locais até federais) para o sucesso ou bom nível de desenvolvimento de um assentamento no que se refere a organização do trabalho. Entende que, ainda que exista certa limitação por parte do meio físico, tal obstáculo pode ser suplantado quando a estrutura organizacional existente é bem articulada e estruturada.

[...] uma das características centrais das experiências problemáticas está na sua precária capacidade de articulação com outros atores da região e sua estrita dependência dos poderes públicos federais. Ao contrário, as experiências bem sucedidas caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos assentados no plano político, econômico e social. Por mais que as condições naturais (solo, relevo, clima)

sejam importantes na determinação do desempenho dos assentamentos, não são poucos os casos em que os limites físicos foram vencidos pela capacidade organizativa, ou seja, pela construção de uma rede de relações que possibilitou ampliar as possibilidades de valorização do trabalho dos assentados (ABRAMOVAY, 2000, p. 9)

No município de Terra Rica localizam-se cinco assentamentos rurais, sendo estes, Santo Antônio das Águas do Corvo I, Nossa Senhora da Penha, Vida Nova, São Paulo e Sétimo Garibaldi, todos fazem parte da brigada Salvador Allende¹⁴. O movimento de ocupação destas terras teve início no final da década de 1990 e foi composto principalmente por trabalhadores rurais sem terra provenientes de municípios das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e ainda pelos chamados “brasiguaios”, que são brasileiros e seus descendentes estabelecidos em território paraguaio, em áreas fronteiriças com o Brasil. Como ocorre em grande parte dos movimentos sociais de luta pela terra, estes agricultores precisaram se deslocar para outras regiões, distante de sua terra de origem, com o intuito de se estabelecer em um pedaço de chão. Conforme destaca Oliveira (2007, p.11)

O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações.

Contudo, muitos foram aqueles que resistiram em sair da sua região – Oeste e Sudoeste paranaense/área de fronteira - para adentrar um espaço bastante diferente tanto no que se refere às tradições culturais como nas características do meio físico natural. As terras de origem destes assentados, oriundas da alteração de rochas basálticas associadas ao clima úmido daquela região, originaram solos naturalmente férteis (do tipo nitossolos, anteriormente designados por terra roxa estruturada), onde o uso potencial baseia-se principalmente nas culturas temporárias da soja, milho, trigo e em menor proporção nas pastagens. Já os solos provenientes do arenito no Noroeste paranaense, possuem uma textura mais arenosa, baixa

¹⁴ A brigada Salvador Allende é composta por 13 assentamentos rurais espalhados por sete municípios da mesorregião Noroeste, sendo estes, Nova Londrina (assentamento Brizanta), Marilena (assentamentos Santo Ângelo, Quatro Irmãos e Sebastião Camargo Filho), Mirador (assentamento Monte Azul), Amaporã (assentamento Antônio Conselheiro), Planaltina do Paraná (assentamentos Sumatra e Milton Santos), Santa Mônica (assentamento Ilgo Luiz Perruzo) e Terra Rica conforme citado no texto. De acordo com Miranda e Cunha (2013), as brigadas do MST (formadas por 200 ou até 500 famílias) foram criadas com o intuito de permitir uma maior participação de homens e mulheres e facilitar a multiplicação de lideranças no movimento. A denominação “brigada” remete a partes de uma organização que desenvolvem tarefas diferentes, mas possuem um mesmo objetivo, que neste caso consiste em, de forma geral, fazer com que os lotes cumpram sua função social: desenvolver econômica, política, social, cultural e ambientalmente os assentamentos.

fertilidade natural e alta susceptibilidade a processos erosivos, fatores estes que, sem dúvida, foram alguns dos empecilhos que levaram muitos desses agricultores sem terra a chegar ao Município de Terra Rica bastante inseguros quanto ao potencial agrícola local.

No entanto, ao longo de um processo histórico marcado por ocupações, despejos, reocupações, violência, lutas e conquistas, algumas famílias de assentados conseguiram se estabelecer na terra e retirar quase que exclusivamente dali o seu sustento apesar das limitações do meio físico. As Figuras 33 a 43 consistem em imagens de propriedades situadas nos assentamentos de reforma agrária do município, e denotam como alguns destes assentados tem conseguido se organizar e se estruturar para sobreviver, e retirar o seu sustento da terra em que vivem.

Nas Figuras 33 a 37, observam-se plantações e viveiros de mudas de árvores frutíferas, sendo muitas delas de frutas exóticas, trazidas de outras regiões do país e até do exterior. Nos relatos colhidos destes produtores, observou-se a disposição destes em cultivar a terra e encontrar alternativas que melhor se adaptassem ao tipo de solo e clima da região, para assim obter uma produção mais significativa e lucrativa. Alguns deles tem agregado às suas propriedades e suas plantações os conceitos e a práticas da agroecologia¹⁵, conhecimentos estes que tem adquirido em cursos e congressos de nível nacional e até mesmo internacional patrocinados pelas centrais do movimento (MST). A produção gerada nessas propriedades tem sido comercializada não somente na esfera regional, mas, através de um programa de integração entre produtores e comerciantes (proporcionado pelo próprio movimento dos trabalhadores rurais sem-terra), em escala nacional.

¹⁵ De acordo com Borsatto e Carmo (2012), é a partir do IV Congresso Nacional que o Movimento Social dos Trabalhadores Sem-terra adota a Agroecologia como base para efetivar a reforma agrária brasileira, não simplesmente como uma prática agrícola menos nociva ao meio ambiente, mas respaldada por intenso questionamento político em relação às políticas agrícolas adotadas pelo Estado brasileiro. Nestes moldes, afirma Hespanhol (2009), a agroecologia pode ser entendida como ciência que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir e avaliar agroecossistemas, com o objetivo de favorecer a implantação e o desenvolvimento de sistemas de produção com maiores níveis de sustentabilidade.



Figura 33- Agricultor assentado em meio à plantação de frutas em seu lote. Município de Terra Rica. Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 34- Viveiro de mudas de frutas em lote de assentamento. Município de Terra Rica. Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 35- Plantação de frutas e culturas diversas em lote de assentamento. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)

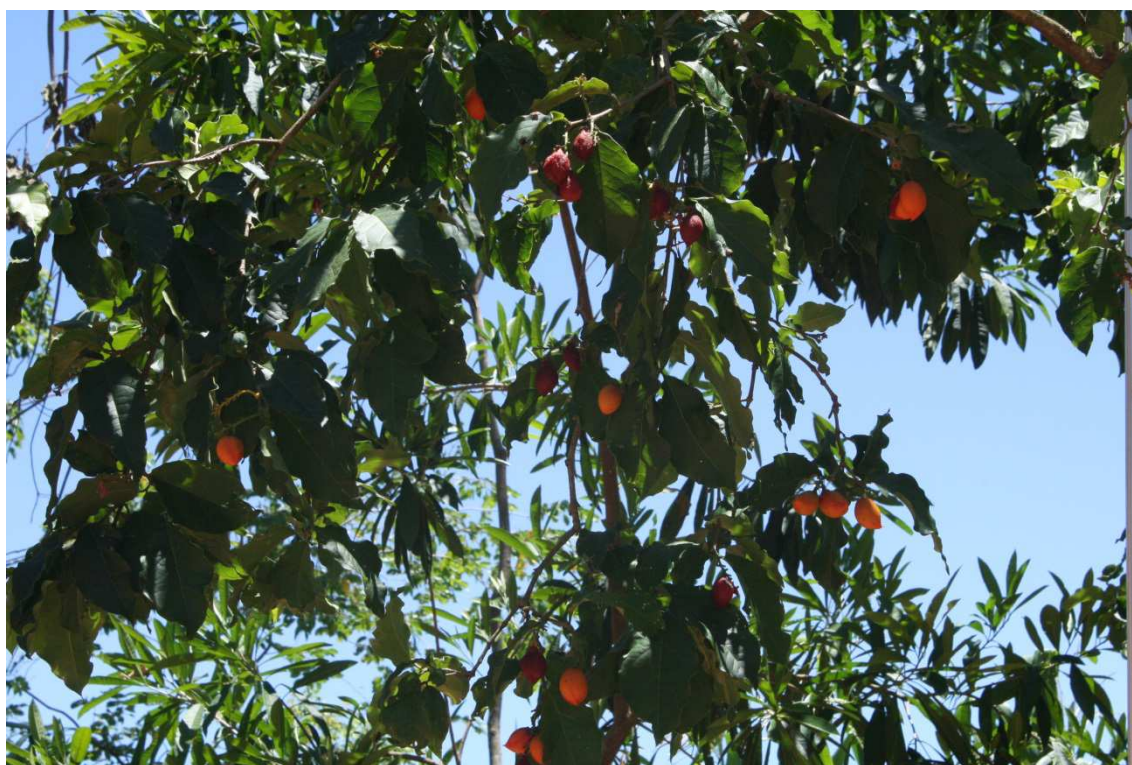


Figura 36- Árvore de frutas em lote de assentamento. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 37- Variedade de fruta cultivada em lote de assentamento. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)

As Figuras 38 a 43, mostram diversos equipamentos, maquinários e parte da estrutura encontrada nestes lotes de assentamentos rurais, utilizadas tanto para os tratos com a terra e a lavoura como para o gado leiteiro e a ordenha. Toda essa organização estrutural, demonstra ser possível a retirada do sustento a partir da própria terra, ainda que, de uma ou outra forma, a sua produção esteja submetida aos mandos do capital através de financiamentos, programas de crédito para o pequeno agricultor familiar dentre outros.

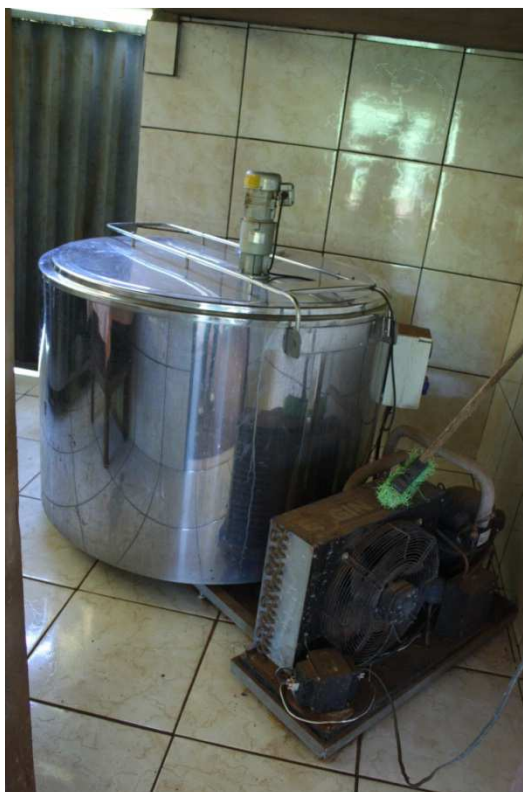


Figura 38 – Equipamento utilizado para tratamento de leite em lote de assentamento. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 39- Estrutura utilizada para ordenha em lote de assentamento. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 40- Equipamentos e objetos utilizados para ordenha em lote de assentamento. Município de Terra Rica.

Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 41- Galpão utilizado para confinamento de gado leiteiro em lote de assentamento. Município de Terra Rica.

Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 42- Equipamento utilizado para lavoura em lote de assentamento. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 43- Animais criados soltos e equipamento utilizado para lavoura em lote de assentamento. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)

Por outro lado, essa não é a realidade predominante nas áreas de reforma agrária do município, a maior parte dos assentados ainda tem a necessidade de recorrer a trabalhos externos ao assentamento. Além de servirem de mão-de-obra temporária nas lavouras de cana-de-açúcar e mandioca no município de Terra Rica e região, muitos encontram-se vinculados a empregos formais na área urbana, em setores como a construção civil, comércio e até mesmo na própria usina sucroalcooleira presente no município.

Já no que se refere aos pequenos produtores rurais vinculados ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Banco da Terra (BT) neste caso, que exercem o trabalho volante como forma de complementação de renda, entende-se que estes encontram-se em condições bastante desfavoráveis em relação ao produtores assentados, visto que, a propriedade da terra é adquirida por um mecanismo de mercado e não via luta social. Essa política creditícia se estabelece, conforme denominam diversos autores, como uma reforma agrária de mercado, onde acontece a “utilização dos mecanismos de mercado (pagamento pela terra) para acesso à terra, em substituição ao mecanismo de desapropriação previsto na Constituição” (VIEIRA; CASTRO; LIMA, 2011, p.24).

Esse tipo de programa governamental vem atender aos interesses de agentes hegemônicos configurados pelo capital, neste caso especialmente os latifundiários e o sistema financeiro (bancos). Através deste programa, os grandes proprietários das terras destinadas a este tipo de “reforma agrária de mercado” passam a receber o valor da terra vendida à vista, eliminando assim a possibilidade de recebimento em Títulos da Dívida Agrária, que neste caso deveriam ser liquidados em até 20 anos como se faria em um processo legal de desapropriação de terra. Conforme destaca Feliciano (2006, p. 70) “é visível neste projeto que o governo federal pretendia substituir a realização da reforma agrária pelo mecanismo de mercado de terras. A desapropriação de terras como medida punitiva ao latifúndio e às propriedades improdutivas acabaria sendo abandonada”.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o “[...] Banco da Terra, contrariando os argumentos colocados pelo Banco Mundial, qualificando-os como uma ação de combate à pobreza no meio rural, vem na verdade, agravar esse quadro” (FELICIANO 2006, p.71). Cenário este paradoxalmente organizado e configurado pelo capital, no bojo de seu processo contraditório do desenvolvimento onde o mesmo, “além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (OLIVEIRA, 2007, p.11).

Alguns aspetos, que ganharam destaque no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, são levantados por Feliciano (2006) desvelando a verdadeira essência deste programa de crédito fundiário no sentido de privilegiar os agentes primazes do capital, dentre eles, destaca-se a especulação e valorização do mercado de terras agrícolas dadas pelo aumento considerável dos preços dos imóveis rurais resultante principalmente pela organização de cartéis entre os latifundiários. A formação intencional de verdadeiros “currais eleitorais” pelos grupos agrários dominantes no contexto nacional com a implantação deste programa também é abordada pelo autor quando diz que,

[...] os grandes proprietários, além de venderem a terra, vão formar associações de produtores que terão acesso ao programa. Ou seja, o programa vai alimentar a formação de currais eleitorais pelas oligarquias rurais do país e, assim, alimentando a submissão política dos excluídos e os grilhões do atraso da sociedade brasileira (FELICIANO, 2006, p. 71).

Em todas as suas faces o programa Banco da Terra revela seu direcionamento e disposição ao favorecimento dos grandes agentes hegemônicos do capital agrário, no entanto, um dos argumentos que mais denota essa realidade é também aquele que mais inviabiliza a vida do homem do campo, o pequeno agricultor mutuário, a falta de subsídios. Estes produtores, segundo Feliciano (2006, p.71) “além de serem obrigados a pagar o financiamento da compra da terra, com custos totalmente proibitivos para os sem-terra e minifundistas, terão ainda que buscar financiamento para a produção”, o que muitas vezes os leva a prestação de serviços como boias-frias nas lavouras da região para sanar esse problema.

Tal problemática foi assim evidenciada em visitas de campo realizadas no decorrer da pesquisa em propriedades inseridas neste sistema creditício na área de estudo, onde se observou a completa desestruturação destes produtores, habitando inclusive em condições precárias de moradia, conforme visto na Figura 44. Para além da falta de infraestrutura básica como poços de água potável, como se pode observar na Figura 45, e formas de escoamento da produção, existe ainda a dificuldade de acesso a linhas de crédito específicas e o completo abandono por parte de órgãos oficiais no que se refere a programas de assistência técnica rural. Nessa situação, a maior parte desses produtores encontram-se em uma situação de miserabilidade social, pois além de já possuírem uma dívida com o banco para a quitação das parcelas referente ao financiamento da terra, acabam contraindo ainda mais dívidas para o custeio de sua lavoura ou atividade rural. Sem muita escolha, esses produtores acabam servindo como mão-de-obra barata ao capital agrário, quando se submetem ao trabalho rural temporário como forma de complementar sua renda.



Figura 44- Estrutura de moradia de pequenos produtores mutuários do Programa Banco da Terra. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 45- Estrutura precária – ao fundo – utilizada para o bombeamento de água (insalubre) subsuperficial. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)

Esta condição de homem da terra condicionada a necessidade do trabalho volante, gera um completo clima de descontentamento entre estes agricultores, visto que mais uma vez veem-se alijados do direito de sobreviver exclusivamente da renda gerada em sua propriedade, sujeitando-se, ainda que muitos já sejam idosos, a trabalhos nestas condições de precariedade. Além disso, é notório que os assentados da reforma agrária gozam de maior autonomia em relação às suas formas de organização interna e relações de produção, se comparados ao mutuários do Banco da Terra, desprovidos, em grande parte, de acesso a programas de assistência técnica rural e sistemas de crédito direcionados a sua estrutura.

É preciso aqui distinguir esses dois sujeitos, a saber, assentados e mutuários do Banco da Terra, muito embora ambos estejam vinculados ao jogo estabelecido pelo capital agrário, desempenham diferentes papéis neste contexto, visto que, as relações sociais que os originam também são diferentes. Conforme esclarece Ramos Filho (2008, p.33)

Empreendimentos e assentamentos são fragmentos do território do capital, destinados, em algum momento histórico, para os camponeses trabalharem e se reproduzirem a partir de uma relação social que é distinta daquelas que os antecederam, tendo em vista a implantação de relações não-capitalistas de produção fundamentadas pelo trabalho familiar. As relações sociais que os originam também são distintas, sendo assim, resulta em territórios distintos. Aos sujeitos ingressantes nos projetos de criação e recriação do campesinato, denominarei de mutuários os membros da RAM [Reforma Agrária de Mercado] e de assentados os integrantes da RA [Reforma Agrária]. Novamente, a relação social, predominante na recriação de cada um deles, é determinante para esta escolha. O mutuário é aquele que recebeu um empréstimo para a compra de terras. O assentado protagonizou a sua entrada na terra, mas, que também, vai pagar mediante outra contratualidade. Estas expressões buscam demarcar as diferenças existentes nos processos de acesso à terra e não menosprezar qualquer uma destas categorias de camponeses.

A relação estabelecida entre este produtor rural (mutuário) e a função da terra (aquí como mercadoria) em muito difere do vínculo ao qual se deparava no início da colonização do Noroeste paranaense e, por conseguinte no município de Terra Rica. O pequeno produtor rural daquela época, embora também se constituindo em uma peça chave do capital no campo, tinha a terra como local de moradia, fonte de sustento e ainda como base para o trabalho familiar. A lavoura cafeeira, ainda que completamente vinculada ao mercado, possibilitava aos moldes da época, que o agricultor desenvolvesse satisfatoriamente a lavoura de subsistência em meio ao cafezal e ainda nos arredores de sua residência. A terra era assim não apenas o local da produção destinada ao mercado capitalista, mas também o local de reprodução do modo de vida do camponês, já que o envolvimento da família (mão-de-obra) e

a continuidade deste vínculo com a terra estava garantida, modo geral, pelas gerações sucessoras.

O que se percebe na situação vigente dos pequenos produtores, de forma geral, é a descontinuidade ou a quebra do vínculo com a terra por parte destas gerações sucessoras. De forma geral, os filhos e filhas destes agricultores não demonstram interesse na continuidade e reprodução do modo de vida do homem do campo, caracterizando uma geração que busca outro estilo de vida, na zona urbana, inclusive de centros maiores. Nas áreas de assentamentos rurais (via reforma agrária) esse absenteísmo rural é ainda parcialmente contido pela carga ideológica transmitida aos mais novos, procurando fazer com que estes retornem para a vida no campo e para a luta social pela terra após a conclusão dos estudos realizados nos centros urbanos.

Outros sujeitos que compõe esse cenário do jogo do capital agrário, sustentado pelo desenvolvimento contraditório desse modo de produção, são os trabalhadores rurais assalariados livres (volantes ou boias-frias) não vinculados a tipo algum de propriedade de terra. Aqui, o termo utilizado “livre”, embora sugira uma contradição –mais uma - faz menção à liberdade que este trabalhador tem em escolher para quem irá vender a sua força de trabalho. Segundo Carvalho (2008),

É sempre válido ressaltar que essa categoria de trabalhadores assalariados livres, remete à liberdade desse trabalhador em vender a única coisa que lhe resta – a sua força de trabalho – como único caminho de sobrevivência, que nesse caso, é comprada pelo grande capitalista rural, ou mesmo pelo grande empresário industrial, que detém os meios de produção, mas que necessita da força de trabalho para sua reprodução (CARVALHO, 2008, p.127)

Modo geral, constitui-se em uma mão-de-obra temporária proveniente de áreas próximas ou em muitos casos advinda até mesmo de outros Estados, que possuiu ou possui algum tipo de vínculo com a terra, mas destituída dos meios de produção.

No município de Terra Rica, pode-se constatar duas realidades distintas no que se refere a este tipo de mão-de-obra, visto serem dois os principais tipos de cultivos que fomentam a utilização dos trabalhadores rurais livres, a mandiocultura e a lavoura canavieira. No primeiro caso, da lavoura de mandioca, ainda é predominante o trabalho informal destes trabalhadores, arregimentados por um intermediário, ou popularmente conhecido como “gato”, o qual também, geralmente, realiza o transporte destes trabalhadores, como se pode observar na Figura 46. De acordo com relatos obtidos em campo, foi possível constatar que

grande parte destes trabalhadores ativos na lavoura de mandioca (Figura 47) são provenientes do próprio município de Terra Rica e dos municípios ao entorno.



Figura 46- Ao fundo, veículo utilizado para transporte de trabalhadores rurais agenciados informalmente para o trabalho volante na lavoura de mandioca. Município de Terra Rica.
Fonte: TONIOL, F.P.F. (2015)



Figura 47- Trabalhadores rurais volante na lavoura de mandioca. Município de Terra Rica.
Fonte: NÓBREGA, M.T. (2013).

No que se refere aos trabalhadores rurais livres que atuam na colheita das lavouras de cana-de-açúcar, sabe-se que estes são contratados diretamente pela usina sucroalcooleira por meio de um contrato temporário de prestação de serviços. Estes são peças chave que integram diretamente o quadro de funcionários [ainda que temporários] da agroindústria sucroalcooleira, considerados, portanto um braço do setor industrial e ao mesmo tempo do setor agrícola. Este fato denota que as novas formas de articulação do capital transformam também as relações capital-trabalho no espaço geográfico, reorganizando as relações de trabalho na lavoura da cana e no complexo agroindustrial sucroalcooleiro como um todo.

O histórico de estagnação econômica dos pequenos municípios da região, incluindo Terra Rica, especialmente no período pós-crise e erradicação da cultura cafeeira, tornou-se um dos fatores de atração para a instalação de complexos agroindustriais da cana-de-açúcar, dada a disponibilidade de mão-de-obra necessária ao trabalho na lavoura. Conforme destaca Serra (2015, p. 29), a partir dos dados disponibilizados pelo IBC-GERCA/DAC, 1967, “[...] de 1962 a 1966 foram erradicados na região 249 milhões e 957 mil pés de café, o que levou ao desemprego 290 mil trabalhadores”.

O final da década de 1960 até meados da década de 1970 marcou o início desta fase de depressão econômica para a região, que, conforme Dias (2003), ficou marcada por

[...] uma certa ausência de identidade num espaço que foi desbravado para a implantação da cafeicultura. A decadência da cafeicultura gerou uma estagnação na economia regional e estimulou, a partir de então, uma mudança de vocação das atividades, levando a uma diversificação de culturas e tendendo a um avanço da pecuária, acompanhada por um aumento no tamanho das propriedades via anexação por compra/venda por parte daqueles que sobressaíram e subsistiram às crises (DIAS, 2003, p.24).

Além da ampla oferta mão-de-obra sobrevivida da desarticulação da cultura cafeeira, outros fatores concorreram para a composição deste cenário propício para a instalação de usinas na região como descreveu Dias (2003). A atividade pecuária que passa então a predominar no espaço agrário (a partir do plano de diversificação de culturas) como atividade econômica principal, em muito contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária concentrada, com a formação de extensos latifúndios. Para a cultura canavieira nos moldes atuais, essa é uma característica importante, visto que necessita de amplas áreas para viabilizar sua lavoura. No entanto, é importante lembrar que, embora esse fator concentrador de terras tenha se mostrado como um atrativo para a instalação de usinas sucroalcooleiras na região, essa não se trata de uma característica limitadora para o cultivo da cana-de-açúcar.

Conforme anteriormente tratado nesta pesquisa, as usinas sucroalcooleiras tem lançado mão da integração de capitais, arrendando para o cultivo diversas propriedades (grandes ou médias) contíguas, contemplando assim uma extensa área em seu domínio.

Assim, aliada a estes diversos fatores, tais como a atividade agropecuária como base econômica e a estrutura fundiária concentrada decorrente disso, a disponibilidade desta mão-de-obra barata e já com certa experiência em atividades agrícolas, fez com que muitas usinas e destilarias se instalassem na região.

Constata-se que das 11 agroindústrias canavieiras instaladas na região [Noroeste], 8 estão localizadas em município com população menor que 10.000 habitantes. Conjectura-se, portanto, que são essas condições históricas que proporcionaram à Mesorregião Noroeste Paranaense a expansão do setor sucroalcooleiro. A princípio, a desterritorialização de milhares de produtores, colonos, parceiros; posteriormente, a fixação de grande parte dessa população nas cidades que não apresentava condições para absorver toda a mão-de-obra. Dessa forma, as agroindústrias canavieiras encontraram na região condições sociais e históricas que favoreceram a exploração do valor da força de trabalho da melhor forma possível (CARVALHO, 2008, p.146)

Com essas considerações, compreende-se o fato de que a menor parte dos trabalhadores rurais livres é arregimentada pelas usinas em outras regiões do país, embora este processo ocorra, de forma geral a disponibilidade de mão-de-obra no próprio município de instalação da usina e nos municípios circunvizinhos torna-se satisfatória.

A partir dessas considerações sobre a pertinência destes tipos de mão-de-obra para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista no campo, entende-se que, conforme destaca Iparde (1978), o capitalismo como todo sistema social, revela a tendência de produzir os elementos necessários à sua existência ao mesmo tempo em que cria as condições de sua própria reprodução. No seio do próprio processo do qual faz uso, são garantidas e engendradas as condições de reprodução dessas relações de trabalho, parte essencial do mesmo.

Desse modo, o capital deve reproduzir ao lado das condições materiais de produção o contingente de força de trabalho enquanto uma das partes imprescindíveis deste processo. Nesse sentido, o compromisso do capital é o de assegurar, para a força de trabalho, os meios suficientes para sua reprodução que, em última instância, é a reprodução social da população de trabalhadores (IPARDES, 1978, p.193).

De acordo com Oliveira (2007), essa classe, tanto de trabalhadores rurais livres quanto de pequenos produtores, a qual ele designa como camponeses, reafirma a tendência contraditória do próprio capital. Estaria inserida em seu jogo, situando-se, portanto como uma classe social de dentro deste sistema e não fora, como requerem outras linhas de interpretação das relações de produção capitalista no campo. Para o mesmo autor, a dinâmica verificada nesse processo todo aponta não só para a permanência, mas acima de tudo para o aumento do campesinato na agricultura, entendendo que o próprio capital cria e recria intencionalmente relações não-capitalistas de produção, visto que depende das mesmas para assegurar a sua continuidade.

4.3 – O capital agrário e seus interesses na reprodução do campesinato

Para o capital agrário, os camponeses constituem-se como uma classe social fundamental para o seu desenvolvimento. Em oposição a correntes teóricas e autores que tratam o pequeno produtor rural como um entrave ao desenvolvimento capitalista no campo, entende-se aqui que esta classe social trabalhadora é criada pela própria expansão capitalista.

Nesse sentido, compreende-se que tal classe não é tão somente criada pelo sistema capitalista, mas ainda interessa a este a sua reprodução e recriação, como condição para o seu desenvolvimento. Dois elementos se revelam como fundamentais, de acordo com Oliveira (2007), neste processo de reprodução e recriação do campesinato,

O primeiro são os proprietários de terras que especulam com a terra-mercadoria. Eles ao venderem a terra, fazendo, principalmente, loteamentos e colonização agrícolas, acabam por criar, contraditoriamente, condições para a recriação do camponês-proprietário.

O segundo componente que atravessa esse processo de reprodução é o Estado, que atua como agente distribuidor de terras em projetos de reforma agrária ou de colonização, e, ao fixar preços mínimos agrícolas, ou cotas de produção, garante condições mínimas contraditórias para que o camponês se reproduza (OLIVEIRA, 2007, p. 42).

No que se refere ao primeiro fator elencado pelo autor, a terra-mercadoria sendo destinada a loteamentos e colonização contribuindo para a formação ou reprodução do camponês, identifica-se com a fase de colonização do Noroeste paranaense, e por extensão do município de Terra Rica. Conforme já tratado anteriormente, a colonização do Noroeste paranaense teve como base da estrutura fundiária a divisão das terras em pequenas e médias propriedades, facilitando assim o acesso de pequenos produtores ao seu pedaço de terra. Grande parte dos migrantes que chegavam a esse destino eram pequenos produtores de café em seus estados de origem (São Paulo e Minas Gerais principalmente) ou ainda trabalhadores rurais (muitos nordestinos) que nas terras do grande Norte paranaense buscavam o acesso a propriedade. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CTNP/CMNP), empresa colonizadora que recebeu a maior concessão de terras do Estado do Paraná à época (mais de 1.300.000 hectares), embora não tenha tido uma atuação tão expressiva diretamente na mesorregião Noroeste quanto nas outras mesorregiões que compõe o grande Norte paranaense, torna-se um exemplo bastante elucidativo sobre essa distribuição e a destinação das terras colonizadas tendo como alvo principal o pequeno produtor.

A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantaria a sua horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria o seu pequeno pomar. Água seria obtida no ribeirão ou em poços de boa vazão. As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café, que para a maioria dos pequenos agricultores representaria lucro líquido de sua atividade independente, porquanto no decorrer do ano ele viveria – consumindo o necessário e vendendo o supérfluo – das culturas paralelas: arroz e milho plantados por entre as fileiras de café novo, legumes e hortaliças, frutas diversas, porcos e galinhas (CMNP, 1977, p. 79).

Bastante interessante os elementos contidos no discurso da própria Companhia de Terras, tais como “atividade agrícola básica”, “consumo próprio”, “comunidades”, “trabalho em mutirão”, “culturas paralelas” dentre outros, pois revelam de forma bastante clara que o público alvo desta colonizadora, assim como das outras diversas que atuaram na região, era os pequenos produtores, dando assim base para a formação, radicação e reprodução do pequeno produtor familiar como afirma Oliveira (2007). Importante ressaltar que, embora o município de Terra Rica não tenha sido colonizado pela CMNP, o modelo de repartição de terras adotado por sua colonizadora – Sinop – seguiu o mesmo padrão, sendo uma extensa área repartida em pequenos e médios lotes divididos do espigão (parte mais alta) ao fundo de vale.

Além do espaço já destinado, próximo a residência da família, para os produtos necessários a sobrevivência desta (pomares e criação de animais), a agricultura paralela formada pelo arroz, milho, feijão e outros, intencionalmente compartilhada nos corredores da plantação principal (café), existia ainda a preocupação em oportunizar a estas famílias a vida em comunidade, contando com ajuda ou parceria mútua entre os circunvizinhos, elementos próprios do campesinato. As residências preferencialmente próximas entre as propriedades, construídas nos fundos de vale (área mais sujeita a geadas e, portanto menos aproveitável para o cultivo do café), e a repartição das terras em pequenos e médios lotes, conforme ilustra a Figura 48, foi a divisão que predominou no Noroeste paranaense à época da colonização, redundando em um preço acessível aos futuros proprietários, reafirmando a tendência da formação e reprodução do campesinato.

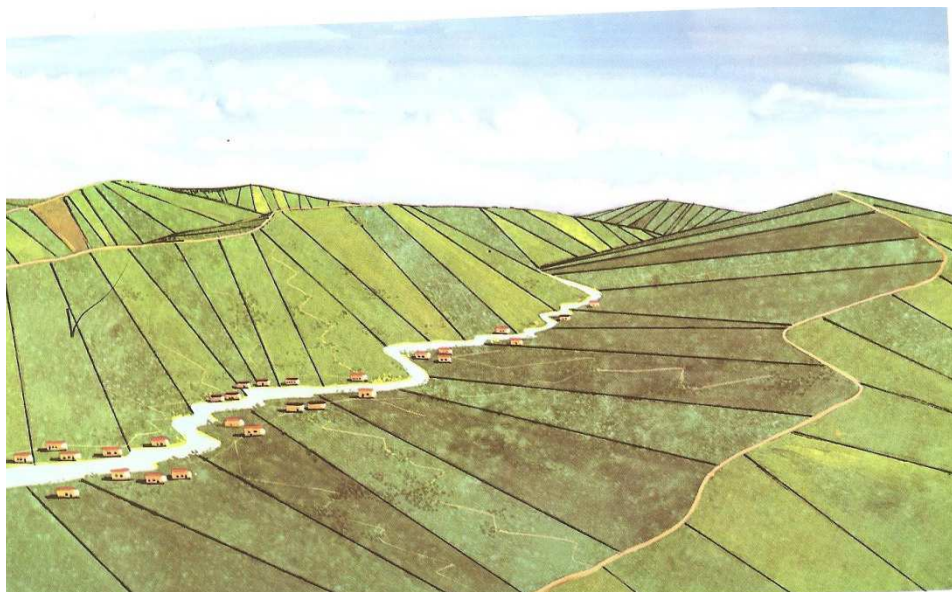


Figura 48- Modelo de repartição de terras utilizado pela CMNP no Norte paranaense.
Fonte: CMNP, 1977.

Por outro lado, o cultivo do café, carro chefe da produção de cada estabelecimento, assinala a face voltada para o mercado, o vínculo direto firmado entre o agricultor e o capital do campo. A produção anual da lavoura do café gerava o montante principal que sustentava a propriedade ao longo daquele período até a próxima safra, e ao mesmo tempo a lavoura de subsistência tornava-se não apenas uma parte da fonte de sustento da família, mas especialmente uma forma de manter o vínculo com a terra em seu sentido mais genuíno. Serra (2015) descreve sobre esse equilíbrio então alcançado entre uma agricultura voltada para o mercado capitalista e a subsistência do homem do campo, ambas as faces que caracterizam a formação deste produtor familiar na região Noroeste àquela época.

O modelo de colonização adotado contemplou as pequenas e as médias propriedades, tendo o agricultor-proprietário morando no campo e explorando diretamente a terra, contando com a participação da mão de obra familiar não remunerada e de alguns empregados fixos, igualmente morando na propriedade. As lavouras de café se constituíam na principal base de sustentação econômica dos lotes rurais, dividindo espaço com as lavouras de subsistência, fundamentais para o sustento do proprietário e seus trabalhadores e também para a alimentação dos pequenos animais. O café garantia a relação com o mercado e as lavouras de subsistência garantiam a comida na mesa e a reprodução da força de trabalho (SERRA, 2015, p. 28).

O segundo elemento destacado por Oliveira (2007) que torna-se um fator positivo na propulsão da formação e reprodução do pequeno produtor rural de interesse do capital agrário, consiste na atuação do Estado como um agente distribuidor de terras em projetos de

colonização ou de reforma agrária. Sobre o aspecto da colonização, reforça-se aqui o período pós década de 1940, o qual fica marcado na configuração do espaço regional do Noroeste com a entrada de diversas empresas colonizadoras que receberam a concessão destas terras por parte do Estado do Paraná, como o exemplo a pouco citado da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e também da colonizadora Sinop, responsável pela colonização do município de Terra Rica. Esse processo de colonização por parte da iniciativa privada, e em alguns momentos realizado diretamente pelo Estado, proporcionou espaço para a pequena e média propriedade no cenário agrário do Paraná, visto que até aquele momento os grandes latifúndios, adquiridos por meio de grilagens ou concessões fraudulentas, eram predominantes.

[...] até o momento em que o Estado assume o controle das terras devolutas, no início da República, são raros os registros em que a pequena propriedade conseguiu espaço na estrutura agrária paranaense, mas são fartos os registros dando conta do domínio da grande propriedade. Quando a colonização avança, quer na forma oficial (a desenvolvida pelo próprio Estado), quer na forma empresarial privada (a desenvolvida por empresas do setor imobiliário), aí sim a pequena propriedade ganha importância no Paraná e consegue equilíbrio com as unidades maiores, isto considerando número de unidades e não a área por elas ocupada (SERRA, 2010, p.133).

Outro aspecto elencado por Oliveira (2007) no que tange a iniciativa do Estado na distribuição de terras impulsionando a formação do campesinato, faz menção aos projetos de reforma agrária, via assentamento rurais. Esse aspecto, pertinente a luta pela terra que por sua vez tem nos movimentos sociais seu maior representante, apresenta relação bastante intrínseca com o desenvolvimento e intensificação do capital no campo. Contextualizando para a região em foco, o Noroeste paranaense, sabe-se que em meados da década de 1970 a cafeicultura chega ao ápice de sua crise, passando por um processo de erradicação dos cafezais (resultado de toda uma conjuntura de fatores associados, desde os naturais –geadas - aos político-econômicos), o que gerou um intenso movimento de trabalhadores rurais e pequenos produtores rumo a outras regiões do Estado ou ainda do país. Essa mão-de-obra ociosa, formada por uma massa de produtores e trabalhadores rurais que não tinham mais condições de se sustentar na área rural dada a erradicação da cafeicultura aliada ao pacote de modernização que adentrava o campo (o qual sustentava-se sobre o tripé mecanização-grande propriedade-pouca mão-de-obra), tem ligação direta com a formação de movimentos sociais no campo, como esclarece Serra (2015),

Também tem íntima relação com a expulsão e expropriação de trabalhadores rurais, a origem dos movimentos sociais no campo, lutando pela Reforma Agrária. A propósito, na base de sustentação dos movimentos organizados que eclodiram no Paraná, logo no início dos anos 1980, era maciça a presença dos desempregados do café (SERRA, 2015, p. 32).

De acordo com Souza (2009), ainda que algumas análises sinalizem para a modernização do campo como única alternativa para a agricultura em âmbito nacional e a relação de total dependência do setor industrial, este processo, na mesma medida em que promove o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, gera a expulsão de inúmeras famílias do campo, o que, por sua vez, fomenta a luta pela terra, através da organização dos movimentos sociais.

Além disso, cabe destacar que, semelhantemente à divisão das terras realizada no Noroeste paranaense pelas companhias privadas que atuaram à época da colonização regional, os assentamentos de reforma agrária instalados no Município a partir do final da década de 1990, abriram mais espaço para a reprodução do pequeno produtor camponês quando reparte as terras em pequenos lotes. As Figuras 49, 50, 51, 52 e 53 ilustram as plantas baixas (esboços) referentes aos cinco projetos de assentamentos existentes em Terra Rica. Em todos eles, com poucas variações, os lotes apresentam dimensões entre 19 e 20 hectares em média, o que, de acordo com a classificação municipal para o módulo rural (24 hectares), conforme anteriormente tratado, os encaixariam dentro da classe de minifúndios.

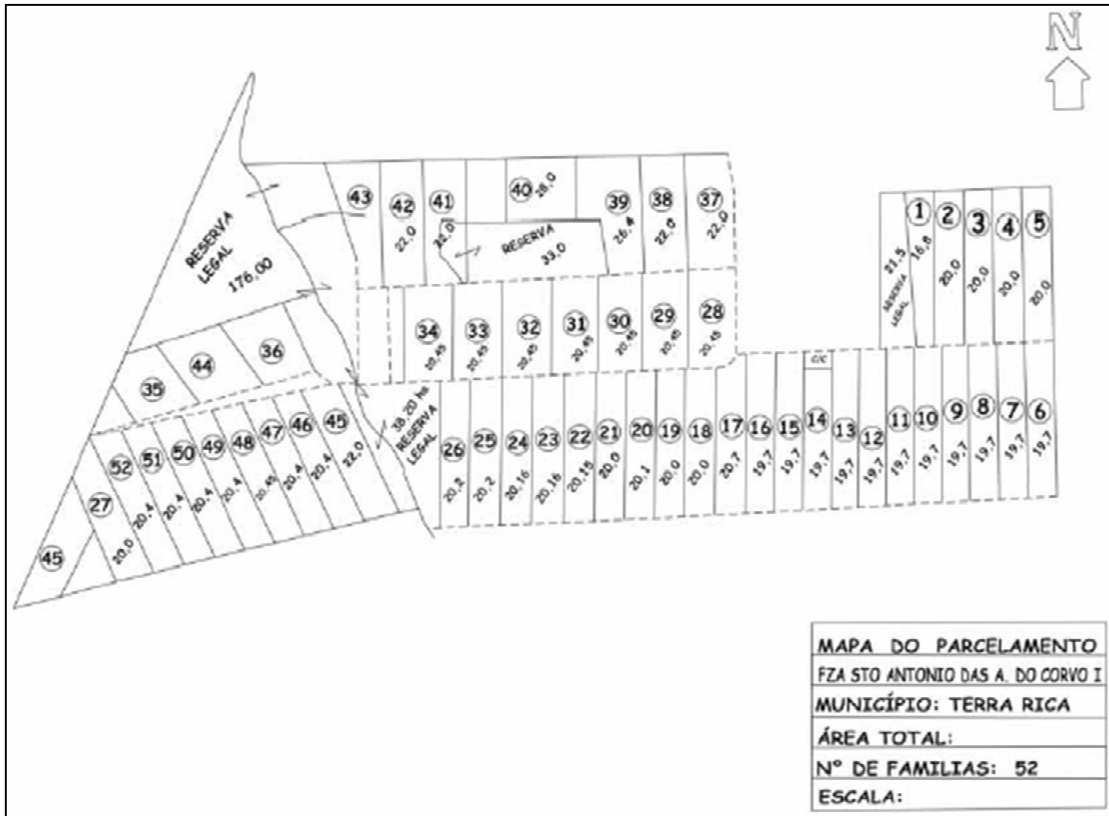


Figura 49- Esboço do assentamento Santo Antônio das Águas do Corvo I – Município de Terra Rica.
 Fonte: INCRA, 2004.

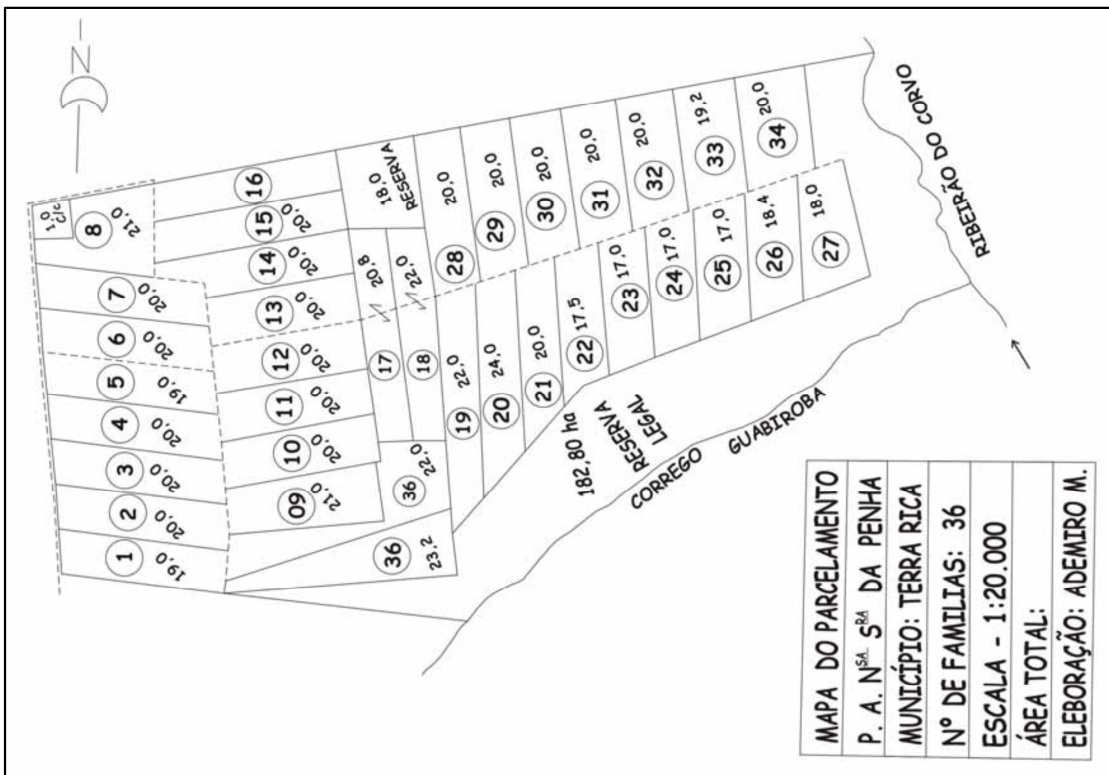


Figura 50- Esboço do assentamento Nossa Senhora da Penha – Município de Terra Rica.
 Fonte: INCRA, 2004.

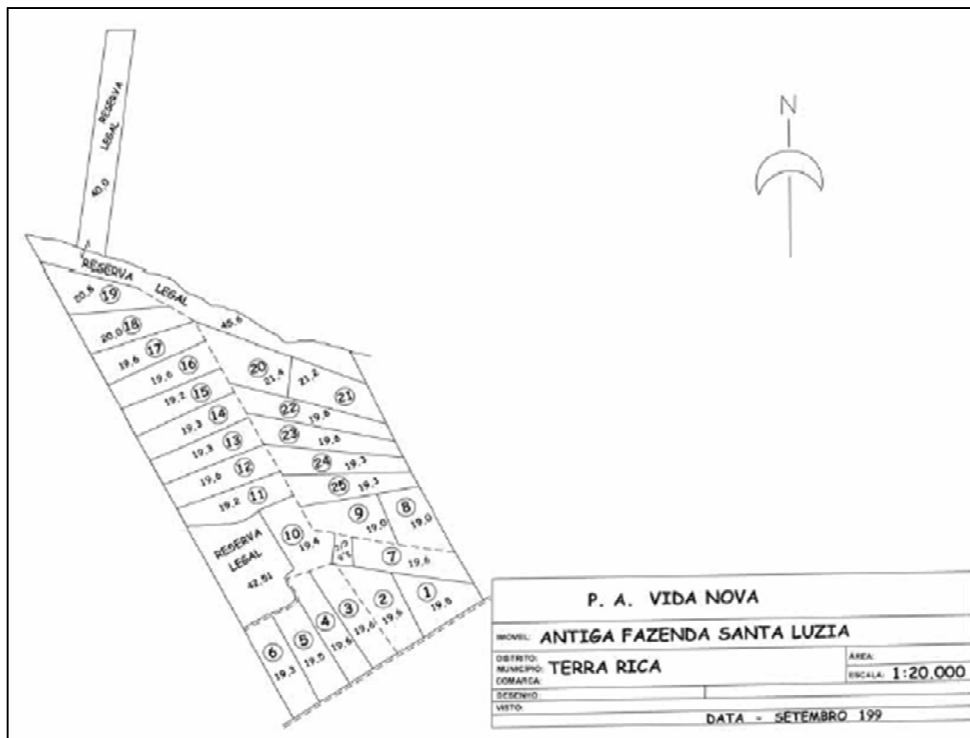


Figura 51- Esboço do assentamento Vida Nova – Município de Terra Rica.
 Fonte: INCRA, 2004.

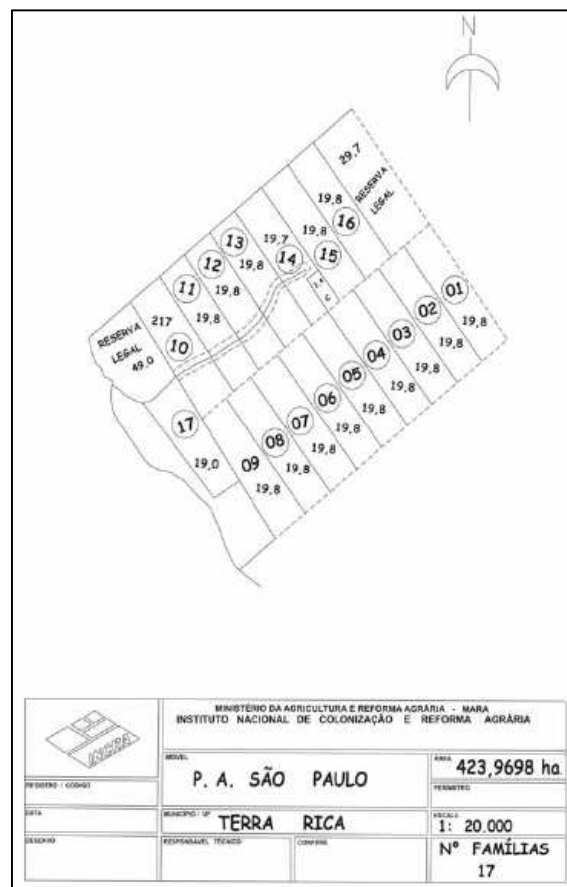


Figura 52- Esboço do assentamento São Paulo – Município de Terra Rica.
 Fonte: INCRA, 2004.

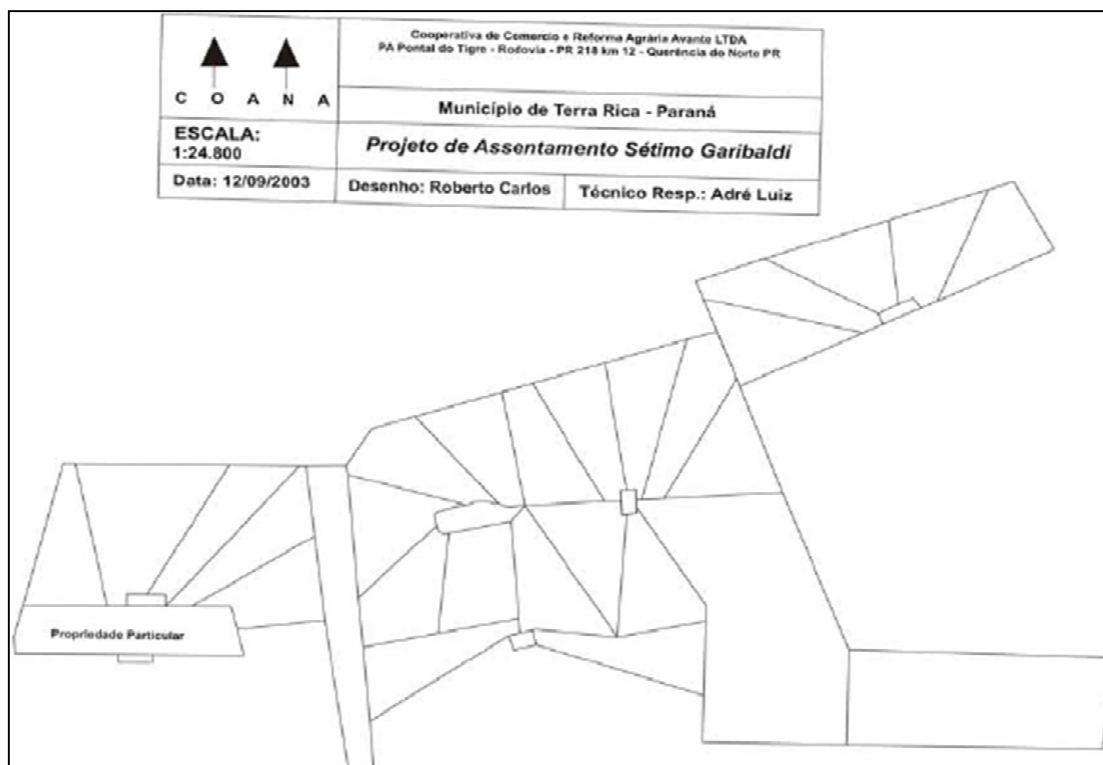


Figura 53- Esboço do assentamento Sétimo Garibaldi – Município de Terra Rica.
 Fonte: INCRA, 2004.

A estrutura fundiária delineada pelo Estado com fins de reforma agrária, a partir da desapropriação de grandes propriedades, vem contribuir para a formação e reprodução do pequeno produtor rural, reafirmando o caráter contraditório e combinado do sistema capitalista.

Fica assim evidente a relação entre a articulação dos interesses do capital no campo e a formação dos movimentos sociais de luta pela terra, o que remete a ideia das duas pontas necessárias a manutenção e reprodução do sistema capitalista no campo. Tanto a classe hegemônica, formada pelos grandes agentes do capital (Estado, latifundiários, sistema financeiro e outros) quanto os menos favorecidos, os pequenos produtores e trabalhadores rurais, são essencialmente parte integrante deste complexo sistema contraditório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço regional do Noroeste paranaense, e, por conseguinte a área de estudo desta pesquisa, município de Terra Rica, perpassou, desde a época de sua colonização, por diversas fases no que se refere às atividades agrícolas, base principal de sua economia. Estas diversas fases, compreendidas, modo geral, entre a cultura cafeeira, agropecuária (pastagens) até a cana-de-açúcar, a mais recente delas, sempre estiveram vinculadas, de uma ou outra forma, com maior ou menor intensidade, aos interesses do capital agrário.

Com o passar do tempo, este espaço, imerso em uma conjuntura que ultrapassa seus limites locais, foi revelando e (re)definindo formas, relações e articulações que, de modo geral, foram instigadas, ou porque não dizer, direcionadas, pelo jugo exercido por esse capital. Essas articulações sofreram transformações que, embora sempre sendo delineadas pelo mesmo interesse, se mostraram definitivas para a diferenciação deste espaço em relação aos demais ao seu entorno. A dinâmica e a intensificação da articulação do capital no campo, verificada mais especificamente na última década no município de Terra Rica, vem como decorrência de uma nova fase vivenciada por este local especialmente a partir da instalação da usina sucroalcooleira. Para, além disso, não se pode negar a atuação de outras condicionantes como o poder de atuação do Estado em sua esfera, e ainda diversos outros fatores naturais e sociais que, associados, fazem de cada espaço um espaço único e uno, conforme tratado ao longo deste trabalho.

Esse movimento complexo da realidade, gerando novas articulações, não se deve tão somente à influência de fatores locais, mas, conforme visto, ao movimento global que por sua vez apresenta uma lógica (contraditória) e segue uma ordem dentro deste universo (combinada), ou seja, não age aleatoriamente.

Reconhece-se assim, que desde a colonização, o viés do sistema capitalista ficava já evidenciado pelas características na forma de ocupação e atividade econômica baseada na cafeicultura. A divisão em pequenas e médias propriedades pelas colonizadoras privadas, a facilidade de acesso com formas de pagamento acessíveis, a intenção de venda já articulada ao cultivo do café, demonstravam tal direcionamento. No entanto, as articulações atinentes ao capital no campo aqui deflagradas eram bastante morosas e menos intensas se comparadas aos processos atuais. A relação agricultura-indústria era praticamente inexistente, visto depender de uma parca estrutura onde o produto final (café) tinha baixa agregação de valor.

Com a desarticulação da economia cafeeira, que, de antemão, já consistia em uma estratégia do próprio capital para alavancar seus interesses no processo de industrialização da agricultura, a dinâmica da relação agricultura e capital se intensifica ainda mais.

O plano de substituição de culturas, que no contexto local e regional (Terra Rica e Noroeste) teve como protagonista a agropecuária extensiva - pastagens – dadas as características físicas especialmente de seus solos, mais arenosos, que não se mostraram aptos a cultura da soja, abriu o caminho para o processo vigente de intensificação das relações capitalistas no campo. A concentração fundiária e o baixo investimento em infraestrutura na área rural acarretados por essa atividade, corroboraram para o futuro processo de concentração de capitais desencadeado pela intensificação da cultura canavieira.

A partir da década de 1970, com o incentivo do governo para a produção de álcool e a instalação de usinas e destilarias – Proálcool – o plantio da cana-de-açúcar passa a ganhar espaço no cenário regional, mas é a partir da primeira década do século XXI que esse quadro se torna ainda mais intenso, especialmente para o município de Terra Rica, com a instalação de uma das filiais da Usina Santa Terezinha. Com o cenário pronto, estrutura fundiária concentrada e mão-de-obra disponível, a cultura canavieira se expande e traz consigo uma série de transformações aliadas ao vínculo cada vez mais intrínseco entre agricultura e indústria.

Partindo de um histórico de estagnação econômica após a desarticulação da economia cafeeira, esse Município passa então a vivenciar um dinamismo maior no que se refere às suas atividades econômicas ligadas ao capital do campo. É nesse contexto que novas articulações são engendradas pelo capital e outras preexistentes se mantêm, o que gera uma dinâmica peculiar a este espaço.

Desde a época de predomínio da cafeicultura as articulações do capital no campo já eram reconhecidas, sendo estas, no entanto, bem menos intensas e de caráter mercantil, onde a matéria-prima era basicamente a mesma que o produto final, e o elo entre campo e indústria praticamente inexistia. No contexto atual, as articulações do capital no campo apresentam maior intensidade, velocidade e dinamismo, contando com uma rede de circulação avançada, com sistemas financeiro e creditício próprio. O vínculo cada vez mais entrelaçado entre os setores agrícola e industrial, promove maior velocidade ao processo produtivo, resultando em um produto final de valor altamente agregado. Além disso, redefine e confunde tanto os papéis do campo e da cidade como dos sujeitos envolvidos.

O arrendamento de terras, prática já característica das relações capitalistas no campo, debaixo deste novo prisma, ganha um novo agente, a indústria sucroalcooleira (usina), que passa a exercer o papel do arrendatário, alcançando assim diretamente o espaço rural e reordenando funções anteriormente exercidas estritamente pelo homem do campo. Por sua vez, o proprietário de terras, na maior parte das vezes, se caracteriza por um sujeito sem relação direta com a terra, mas que apenas mantém o título formal de propriedade, sem explorá-la diretamente. O pequeno produtor rural, não podendo retirar seu sustento exclusivamente da terra, se confunde com o sujeito livremente explorado pelo capital agrário em sua forma mais precária, o trabalhador volante ou temporário.

Não apenas no espaço agrário, mas as transformações se estendem a todo o espaço geográfico. No espaço urbano, as relações estão sempre permeadas pelos interesses do capital do campo, como tratado sobre as relações de consumo, onde, o principal público alvo de grandes magazines e do comércio em geral, se constitui pelos pequenos produtores e trabalhadores rurais. De forma geral, as negociações apresentam um ar de relações mercantilistas ou ainda pré-capitalistas, tendo como base a troca dos bens comercializados por produtos agrícolas. Além disso, é bastante estreito o vínculo entre a maior parte dos comerciantes do município e o agronegócio, visto que muitos além de exercerem atividades comerciais também são grandes latifundiários.

As novas articulações do capital no campo percebidas na área de estudo revelaram assim que este espaço destaca-se em relação aos demais não apenas pela presença da usina, mas pelo fato de que, aliado a toda uma conjuntura externa, se faz valer de relações profundamente arraigadas ao capital agrário (dinâmicas e intensas) mas ao mesmo tempo se particulariza lançando mão de relações tão próprias como aquelas com características não capitalistas (trocas).

Nesse sentido, apreendeu-se nestas diversas formas, relações e articulações, como esse sistema se organiza dentro de uma lógica contraditória e combinada, reafirmando assim a sua natureza. Ficou bastante clarificado através destas apreensões o mecanismo pelo qual o capital agrário não apenas se sustenta na área de estudo, mas como se reproduz e se amplia. O sistema tem suas bases alicerçadas de um lado por seus agentes hegemônicos, os detentores do capital (grandes latifundiários, setor agroindustrial, a própria usina sucroalcooleira, comerciantes, arrendatários e outros) e de outro, por aqueles que se encontram à margem do sistema, mas não fora dele (pequenos produtores, assentados, mutuários, trabalhadores rurais e outros).

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, n. 2, vol. IV, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ALCOPAR. Mapa de localização das unidades produtoras de álcool e açúcar do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.alcopar.org.br/associados/mapa.htm>> Acesso em: 07 abr. 2015.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Manuel C.de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ASSUMPCÃO, Clovis E. d'. *Vocabulário Agrário*. Curitiba: Open English House, 1996.

BORSATTO, Ricardo S; CARMO, Maristela S. do. A agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (mst) In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 5., 2012, Araraquara. *Anais...* Araraquara: Universidade de Araraquara, 2012.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRESSAN FILHO, Ângelo. A gestão eficiente da política sucroalcooleira. *Jornal da Cana*, 17 dez. 2002. Disponível em: <<https://www.jornalcana.com.br/a-gestao-eficiente-da-politica-sucroalcooleira/>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

BRUM, Argemiro J. *Modernização da Agricultura: trigo e soja*. Ijuí: Vozes, 1987.

BUAINAIN, Antônio M. et al. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014.

CANASAT - INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Monitoramento da Cana-de-açúcar via imagens de satélite. 2015. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

CARVALHEIRO, Elizângela M. *A agroindústria canavieira do Paraná evolução histórica e impactos sobre o desenvolvimento local*. 2005. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2005.

CARVALHO, Josiane F. de. *Os assalariados rurais da agroindústria canavieira na mesorregião Noroeste paranaense*. 2008. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

CARVALHO, Márcia S. de. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. *Geografia*, Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141, jul./dez. 1999.

CMNP, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2. ed. São Paulo: Publicação comemorativa do Cinquentenário da CMNP, 1977.

CURTY, Marlene G. *Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*: (NBR 14724/2005). 2. ed. Maringá: Dental Press, 2006.

DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Ícone, 1985.

DENARDI, Léia. *Implicações dos elementos naturais na organização do espaço rural do município de Terra Rica – PR*. Monografia (Especialização em Geografia Física do Paraná) – Departamento de Geografia da Fundação Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 1987.

DUQUE, Moacir H. *A luta pela modernização da economia cafeeira (assim agem as multinacionais)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, vol. X, n. 218 (03), ago.2006.

FELICIANO, Carlos A. *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 33, p. 45-54, set. 2000.

FERREIRA, João C. V. *Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FONSECA, Fernanda P. *O Projeto “Arenito Nova Fronteira” e o Avanço das Lavouras Temporárias nas Terras de Pasto*. 2006. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

HARACENKO, Adélia A. de S. *O processo de transformação do território no Noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas*. 2007. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HESPANHOL, Rosângela Ap de. M. Agroecologia: limites e perspectivas. In: CANDIOTTO, Luciano Z. (Org.) *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 117-136.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário Paraná 1970. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/243/agro_1975_v1_t18_p2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário Paraná 1975. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/45/ca_1970_v3_t19_pr.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário Paraná 1980. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/46/ca_1980_v2_t3_pr.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário Paraná 1985. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n22_pr.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário Paraná 1995. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/48/agro_1995_1996_n20_pr.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2015.

IBGE-CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412730&search=parana|terra-rica|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

IBGE-SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de Dados Agregados Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>> Acesso em: 20 fev. 2015.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Classificação dos imóveis rurais. 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projeto de assentamento Santo Antônio das Águas do Corvo I*. Terra Rica, 2004.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projeto de assentamento Nossa Senhora da Penha*. Terra Rica, 2004.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projeto de assentamento Vida Nova*. Terra Rica, 2004.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projeto de assentamento São Paulo*. Terra Rica, 2004.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projeto de assentamento Sétimo Garibaldi*. Terra Rica, 2004.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *O Trabalho Rural Volante no Estado do Paraná*. Curitiba: IPARDES: 1978. 1 v.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense*. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. (Disponível em Cd-rom)

KAGEYAMA, Angela (coord.) et al. *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Industriais*. Campinas, Unicamp, 1987.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LOPES, Ana Yara D. P. *Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná*. 1982. Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MAZALLI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MIRANDA, Roberto de Sousa; CUNHA, Luis Henrique Hermínio. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 363-376, Ago. 2013.

MORAES, Márcia A. F. D. de; SHIKIDA, Pery F. A. (Org.) *Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002.

MORO, Dalton A. *Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná*. 1991. Tese (Doutorado)-UNESP, Rio Claro, 1991.

MUZILLI, O. et al. *Conservação do solo em sistemas de produção nas microbacias hidrográficas do arenito Caiuá do Paraná*: 1. Clima, solo, estrutura agrária e perfil da produção agropecuária. Londrina: IAPAR, 1990.

O CLÃ ABUD: uma outra Mitologia da Colonização. [Londrina: Doclondrina, 2013]. Não paginado. Disponível em: <<http://doclondrina.blogspot.com.br/2013/09/o-cla-abud-uma-outra-mitologia-da.html>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 63-110.

_____. *Modo capitalista de produção, Agricultura e Reforma Agrária*. 1ª Ed. São Paulo: FFLCH/LABUR Edições, 2007.

PASSOS, Messias M. dos. *Paisagem e meio ambiente (Noroeste do Paraná)*. Maringá: Eduem, 2013.

PAULANI, Leda. *Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo*. Mimeogr. s/d.

PESSÔA, Vera L. S. Geografia e Pesquisa Qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, ano 14, v. 1, n. 23, p. 4-18, 1. Sem. 2012.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAMOS FILHO, E. S. *Questão agrária atual: Sergipe como referencia para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária de mercado*. 2008. Tese (Doutorado). UNESP, Presidente Prudente, 2008.

RANGEL, Ignácio. *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ROMA, Cláudia M. *O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço: um híbrido*. Tese (Doutorado)-UNESP, Presidente Prudente, 2012.

SANTOS, Manuel; JABUR, I.C. Revisão Estratigráfica da Formação Caiuá. *Boletim de Geografia UEM*, Maringá, ano 2, n. 2, p. 91-106, jan. 1984.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. 1. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2004 [2000].

SAQUET, Marcos A; SANTOS, Roseli A. dos. (Org.) *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SERRA, Elpídio. *Contribuição ao Estudo do Cooperativismo na Agricultura do Paraná: O Caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá*. 1986. Dissertação (Mestrado)-UNESP, Rio Claro, 1986.

_____. *Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná*. 1991. Tese (Doutorado)-UNESP, Rio Claro, 1991.

_____. A posse da terra e os conflitos rurais no Paraná. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roseli A. (Orgs.). *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. O novo modelo agrícola e a proletarização do trabalhador rural no norte do Paraná. In: ROSAS, Celso A. F. (Org.). *Perspectivas da geografia agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 25-38.

SHIKIDA, Pery F. A. *A dinâmica tecnológica da agroindústria canavieira do Paraná: estudos de caso das Usinas Sabarálcool e Perobálcool*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

SILVA, Juarez de S. e. *Tecnologia de secagem e armazenagem para a agricultura familiar*. Viçosa: [s.n.], 2005.

SILVA, Sérgio. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: PINSKY, Jaime (Org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 7- 24.

SILVEIRA, Maria Laura. Modernização agrícola, produtividade espacial e guerra de mercados, o exemplo da Patagônia Norte (Argentina). *Revista Departamento de Geografia*. São Paulo, n. 9, 1995.

SOARES, Olga M. M. *Bases Ecológicas da atividade agrária em Loanda – PR*. 1973. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

SOUZA, Suzane T. As investidas do capital no campo através das ideologias do “desenvolvimento” e da “modernização”. *Para Onde!?*. v.3, n.1, 2009.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 93, jul. 2001.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da Colonização à Migração. In: *Fronteiras*. BECKER, B. et. al. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Brasília- Paris: ORSTOM, 1988. p. 19-37.

TOMAZI, Nelson D. *“Norte do Paraná” história e fantasmagorias*. 1997. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TONIOLO, Marilza L. S. *As obras compensatórias e mitigatórias da UHE de Rosana Município de Terra Rica – Noroeste do Paraná*. 2006. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2012.

USACUCAR – Usina Santa Terezinha. Unidades de produção. 2015. Disponível em: <<https://www.usacucar.com.br/unidades.php?cod=2#prettyPhoto>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

VASCONCELOS, Ramon C. de. et al. *Cultivo do Cafeeiro em Condições de Adensamento*. Lavras: UFLA, [2002?] (UFLA. Boletim de Extensão, 25).

VIAN, Carlos E. F. *Oferta x Demanda*. [2009?]. Não paginado. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_114_22122006154842.html> Acesso em: 17 jul. 2015.

VIEIRA, L.F.; CASTRO, A.M.G. de; LIMA, S.M.V (Coord.). Perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário: consolidação da agricultura familiar. *Estudos de Reordenamento Agrário*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, n. 9, dez. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com proprietários de terras de Terra Rica

1. É residente no município de Terra Rica? Histórico de origem.
2. Extensão da propriedade e as principais atividades desenvolvidas.
3. Administra/explora a terra diretamente ou por terceirizados, arrendatários?
4. Destino da produção agrícola.
5. Possui área de arrendamento para a usina? Por quê?
6. Consequências e impactos sentidos após a instalação da Usina Santa Terezinha no município
7. Possui alguma outra atividade além da agropecuária? Setor urbano ou rural.
8. Quais destas atividades considera sua principal fonte de renda?
9. Pretende investir em algum outro setor da economia? Por qual motivo?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com arrendatários de terras de Terra Rica

1. É residente no município de Terra Rica? Histórico de origem.
2. Extensão da propriedade arrendada e a principais atividades desenvolvidas.
3. Tem conhecimento sobre o proprietário da terra arrendada?
4. Destino da produção agrícola.
5. Origem dos trabalhadores rurais contratados.
6. Possui área mais alguma área arrendada?
7. Consequências e impactos sentidos após a instalação da Usina Santa Terezinha no município
8. Possui alguma outra atividade além da agropecuária? Setor urbano ou rural.
9. Quais destas atividades considera sua principal fonte de renda?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com pequenos produtores de Terra Rica

1. É residente no município de Terra Rica há quanto tempo? Histórico de origem.
2. Quantas pessoas residem no lote? Idade.
3. Extensão da propriedade e as principais atividades desenvolvidas.
4. Explora a terra diretamente ou conta com auxílio de trabalhadores rurais?
5. Qual a finalidade/destino da produção agrícola?
6. Possui alguma outra atividade além da agropecuária? Setor urbano ou rural?
7. Consequências e impactos sentidos após a instalação da Usina Santa Terezinha no município.
8. Quais destas atividades considera sua principal fonte de renda?
9. Pretende continuar na área rural, desenvolvendo as mesmas atividades agrícolas? Por qual motivo?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevistas com assentados/mutuários de Terra Rica

1. É residente no município de Terra Rica há quanto tempo? Histórico de origem.
2. Quantas pessoas residem no lote? Idade.
3. Extensão da propriedade e as principais atividades desenvolvidas.
4. Quais destas atividades considera sua principal fonte de renda?
5. Explora a terra diretamente ou conta com auxílio de trabalhadores rurais?
6. Qual a finalidade/destino da produção agrícola?
7. Possui alguma outra atividade além da agropecuária? Setor urbano ou rural?
8. Consequências e impactos sentidos após a instalação da Usina Santa Terezinha no município.
9. Pretende continuar na área rural, desenvolvendo as mesmas atividades agrícolas? Por qual motivo?
10. Possui acesso a algum tipo de linha de crédito/financiamento bancário especial?

APÊNDICE E – Roteiro de entrevistas com trabalhadores rurais de Terra Rica

1. É residente no município de Terra Rica? Histórico de origem.
2. Família composta por quantas pessoas? Idades?
3. Trabalha somente na área rural ou possui algum outro tipo de trabalho? Setor urbano ou rural?
4. Qual atividade considera sua principal fonte de renda?
5. Foi contratado por uma empresa ou diretamente pelo agenciador?
6. Qual a periodicidade com que trabalha neste tipo de lavoura durante o ano?
7. Já trabalhou ou trabalha na colheita da cana para a usina local?

APÊNDICE F – Roteiro de entrevistas com comerciantes de Terra Rica

1. É residente no município de Terra Rica? Histórico de origem.
2. Há quanto tempo está no ramo comercial? Histórico.
3. Qual o público alvo de seu comércio? Por quê?
4. Quais as formas que usa para atrair e fidelizar seus clientes?
5. Possui outras atividades além da atividade comercial? Qual?
6. Possui ou já possui algum vínculo com a agropecuária?
7. Quais destas atividades considera sua principal fonte de renda?
8. Consequências e impactos sentidos em suas atividades após a instalação da Usina Santa Terezinha no município?
9. Pretende investir em algum outro setor da economia? Por qual motivo?